

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	8
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014	11
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	13
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	14
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	16
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	18
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	19
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015	21
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014	22
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	23
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	24
--------------------------	----

Notas Explicativas	57
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	142
---	-----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva	143
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	286.155
Preferenciais	572.317
Total	858.472
Em Tesouraria	
Ordinárias	55.830
Preferenciais	102.151
Total	157.981

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	62.360.906	51.083.642
1.01	Ativo Circulante	15.596.040	10.413.904
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.737.176	354.084
1.01.02	Aplicações Financeiras	59.814	24.437
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	59.814	24.437
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	59.814	24.437
1.01.03	Contas a Receber	2.413.740	1.978.558
1.01.03.01	Clientes	2.413.740	1.978.558
1.01.04	Estoques	31.796	28.347
1.01.06	Tributos a Recuperar	268.829	219.681
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	268.829	219.681
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	11.084.685	7.808.797
1.01.08.03	Outros	11.084.685	7.808.797
1.01.08.03.01	Créditos com Controladas	0	2.444.054
1.01.08.03.02	Instrumentos Financeiros Derivativos	1.285.516	141.096
1.01.08.03.03	Outros Tributos	249.447	247.507
1.01.08.03.04	Depósitos e Bloqueios Judiciais	877.973	881.595
1.01.08.03.05	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	882.818	854.231
1.01.08.03.06	Ativos Relacionados aos Fundos de Pensão	2.532	1.623
1.01.08.03.07	Despesas Antecipadas	56.714	27.040
1.01.08.03.08	Ativos Mantidos para Venda	7.308.467	2.821.322
1.01.08.03.09	Demais Ativos	421.218	390.329
1.02	Ativo Não Circulante	46.764.866	40.669.738
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	24.635.152	15.668.373
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	20.001	18.465
1.02.01.01.03	Caixa Restrito	20.001	18.465
1.02.01.06	Tributos Diferidos	7.188.435	4.381.261
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	7.188.435	4.381.261
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	3.624.858	707.802
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	3.624.858	707.802
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	13.801.858	10.560.845
1.02.01.09.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	8.401.854	7.886.194
1.02.01.09.04	Outros Tributos	193.585	198.768
1.02.01.09.05	Ativos Relacionados aos Fundos de Pensão	41.161	42.149
1.02.01.09.06	Instrumentos Financeiros Derivativos	4.824.688	2.114.364
1.02.01.09.07	Despesas Antecipadas	7.199	20.412
1.02.01.09.08	Demais Ativos	333.371	298.958
1.02.02	Investimentos	16.281.617	19.186.213
1.02.02.01	Participações Societárias	16.281.617	19.186.213
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	16.255.927	19.160.523
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	25.690	25.690
1.02.03	Imobilizado	5.606.900	5.575.321
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	5.246.424	5.105.094
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	360.476	470.227
1.02.04	Intangível	241.197	239.831
1.02.04.01	Intangíveis	241.197	239.831

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1.02.04.01.02	Software	103.439	88.006
1.02.04.01.03	Intangível em Formação	109.756	123.250
1.02.04.01.06	Outros	28.002	28.575

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	62.360.906	51.083.642
2.01	Passivo Circulante	7.212.360	6.217.257
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	186.296	203.686
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	186.296	203.686
2.01.02	Fornecedores	1.425.699	1.397.610
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.425.699	1.397.610
2.01.03	Obrigações Fiscais	110.019	71.877
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	110.019	71.877
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	110.019	71.877
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.105.517	1.901.051
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	2.105.517	1.901.051
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.596.465	1.789.332
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	509.052	111.719
2.01.05	Outras Obrigações	2.562.715	1.876.388
2.01.05.02	Outros	2.562.715	1.876.388
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	65.705	181.477
2.01.05.02.04	Outros Tributos	754.765	810.513
2.01.05.02.05	Programa de Refinanciamento Fiscal	52.415	52.590
2.01.05.02.06	Instrumentos Financeiros Derivativos	1.264.794	444.106
2.01.05.02.07	Autorizações e Concessões a Pagar	0	40.052
2.01.05.02.08	Demais Obrigações	425.036	347.650
2.01.06	Provisões	822.114	766.645
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	822.114	766.645
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	34.090	48.937
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	54.036	68.302
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	34.768	129.401
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	699.220	520.005
2.02	Passivo Não Circulante	37.109.808	27.064.093
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	32.418.210	22.740.381
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	32.418.210	22.740.381
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	6.393.447	11.209.701
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	26.024.763	11.530.680
2.02.02	Outras Obrigações	2.583.011	1.672.095
2.02.02.02	Outros	2.583.011	1.672.095
2.02.02.02.03	Programa de Refinanciamento Fiscal	437.897	467.327
2.02.02.02.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	406.734	127.730
2.02.02.02.05	Outros Tributos	109.837	88.613
2.02.02.02.06	Demais Obrigações	1.628.543	988.425
2.02.04	Provisões	2.108.587	2.651.617
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.108.587	2.651.617
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	28.709	49.885
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	549.847	544.634
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	362.775	346.789
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.167.256	1.710.309
2.03	Patrimônio Líquido	18.038.738	17.802.292
2.03.01	Capital Social Realizado	21.438.374	21.438.220

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2.03.02	Reservas de Capital	2.013.153	1.610.071
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	767.726	767.726
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-5.531.092	-2.367.552
2.03.02.07	Doações e Subvenções para Investimento	123.558	123.558
2.03.02.08	Outras Reservas de Capital	1.933.200	0
2.03.02.09	Reserva Especial de Incorporação - Acervo Líquido	3.942.718	2.309.296
2.03.02.10	Juros sobre Obras em Andamento	745.756	745.756
2.03.02.11	Correção Monetária Lei 8.200/91	31.287	31.287
2.03.04	Reservas de Lucros	0	1.933.354
2.03.04.10	Reserva de Investimentos	0	1.933.354
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-5.499.575	-4.024.184
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-337.356	-305.676
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	424.142	-2.849.493

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.541.265	4.690.705	1.607.811	4.901.800
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-686.108	-1.861.385	-690.060	-2.155.590
3.03	Resultado Bruto	855.157	2.829.320	917.751	2.746.210
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.043.580	-2.881.464	-205.490	-975.455
3.04.01	Despesas com Vendas	-257.949	-809.672	-309.244	-940.179
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-334.411	-1.096.410	-296.750	-939.196
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	93.766	283.765	377.161	516.935
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	30.726	-410.477	83.043	-344.333
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-575.712	-848.670	-59.700	731.318
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-188.423	-52.144	712.261	1.770.755
3.06	Resultado Financeiro	-986.943	-2.346.833	-584.151	-1.962.541
3.06.01	Receitas Financeiras	458.573	1.199.007	221.095	643.770
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.445.516	-3.545.840	-805.246	-2.606.311
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-1.175.366	-2.398.977	128.110	-191.786
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	188.868	550.918	-73.250	286.175
3.08.01	Corrente	-55.139	-67.651	-6.337	-7.514
3.08.02	Diferido	244.007	618.569	-66.913	293.689
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-986.498	-1.848.059	54.860	94.389
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	5.849	1.085.910	-47.218	-80.093
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	5.849	1.085.910	-47.218	-80.093
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-980.649	-762.149	7.642	14.296
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-1,40000	-1,02000	0,01000	0,03000
3.99.01.02	PN	-1,40000	-1,02000	0,01000	0,03000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-1,40000	-1,02000	0,01000	0,03000
3.99.02.02	PN	-1,40000	-1,02000	0,01000	0,03000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	-980.649	-762.149	7.642	14.296
4.02	Outros Resultados Abrangentes	417.328	379.016	-47.095	-428.969
4.02.01	Ganho (Perda) de Contabilidade de "Hedge"	-862.150	-882.118	-18.850	91.582
4.02.02	Ganho (Perda) de Contabilidade de "Hedge" Reflexa	-140.712	-132.509	-8.327	10.041
4.02.03	Perda Atuarial	-16.683	-9.770	0	-36.316
4.02.04	Varição cambial sobre investimento no exterior	1.436.873	1.358.395	0	0
4.02.05	Resultado Abrangente de Operações Descontinuadas	0	45.018	-19.918	-494.276
4.03	Resultado Abrangente do Período	-563.321	-383.133	-39.453	-414.673

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-1.881.050	-169.495
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.638.202	2.546.536
6.01.01.01	Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	-2.398.977	-191.786
6.01.01.02	Encargos, rendimentos financeiros e atualizações monetárias	8.588.667	1.613.919
6.01.01.03	Operações de instrumentos financeiros derivativos	-5.849.407	324.170
6.01.01.04	Depreciação e amortização	695.782	636.036
6.01.01.05	Perdas sobre contas a receber	81.909	70.782
6.01.01.06	Provisões (Reversões)	89.940	-153.277
6.01.01.07	Provisão para fundos de pensão	6.714	6.596
6.01.01.08	Equivalência patrimonial	848.670	-731.318
6.01.01.09	Perda na baixa de ativo permanente	2.642	2.969
6.01.01.10	Taxa de prorrogação do contrato de concessão - ANATEL	20.814	29.974
6.01.01.11	Participação de empregados e administradores	27.559	118.179
6.01.01.12	Atualização monetária de créditos com partes relacionadas e debêntures privadas	-206.360	-33.192
6.01.01.13	Atualização monetária de provisões	37.578	112.100
6.01.01.14	Atualização monetária do programa de refinanciamento fiscal	42.463	46.469
6.01.01.15	Dividendos prescritos	-115.302	-30.295
6.01.01.16	Outros	-234.490	725.210
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.857.261	-1.803.732
6.01.02.01	Contas a receber	-573.396	-10.001
6.01.02.02	Estoques	-3.449	-6.111
6.01.02.03	Tributos	-158.344	-570.265
6.01.02.04	Aplicações financeiras mantidas para negociação	-1.069.576	-1.102.724
6.01.02.05	Resgate de aplicações financeiras mantidas para negociação	1.037.947	1.074.065
6.01.02.06	Despesas antecipadas	-122.496	-119.886
6.01.02.07	Fornecedores	-287.105	-646.846
6.01.02.08	Salários, encargos sociais e benefícios	-45.332	-141.598
6.01.02.09	Provisões	-321.298	-210.371
6.01.02.10	Provisão para fundos de pensão	-139.325	-131.156
6.01.02.11	Varição dos ativos e passivos mantidos para venda	-772.496	0
6.01.02.12	Outras contas ativas e passivas	597.609	61.161
6.01.03	Outros	-1.661.991	-912.299
6.01.03.01	Encargos financeiros pagos	-1.656.134	-1.224.248
6.01.03.02	Imposto de renda e contribuição social pagos - Empresa	-2.400	-7.418
6.01.03.03	Imposto de renda e contribuição social pagos - Terceiros	-29.686	-59.961
6.01.03.04	Dividendos recebidos	26.229	379.328
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.593.745	-6.062.035
6.02.01	Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	-413.815	-678.712
6.02.02	Créditos com partes relacionadas e debêntures - Liberação	-3.411.748	-4.803.074
6.02.03	Créditos com partes relacionadas e debêntures - Recebimento	2.086.850	2.028.063
6.02.04	Recursos obtidos na venda de investimentos, imobilizado e intangível	592	1.779.026

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
6.02.05	Caixa recebido pela venda da PT Portugal	682.681	0
6.02.06	Depósitos e bloqueios judiciais	-1.119.166	-917.218
6.02.07	Resgates judiciais de depósitos e bloqueios judiciais	570.678	351.392
6.02.08	Aumento de capital em controladas	0	-3.849.423
6.02.09	Aumento/Redução de investimentos permanentes	10.183	27.911
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	4.898.691	6.535.999
6.03.01	Captações Líquidas de custos	9.310.407	2.128.405
6.03.02	Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos e derivativos	-4.335.652	-3.631.411
6.03.04	Autorizações e concessões	-49.665	0
6.03.05	Programa de refinanciamento fiscal	-46.275	-183.760
6.03.06	Aumento de capital	0	8.230.606
6.03.07	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-470	-7.841
6.03.08	Caixa e equivalentes de caixa adquiridos por incorporação	20.346	0
6.04	Varição Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-40.804	-2.129
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.383.092	302.340
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	354.084	442.016
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.737.176	744.356

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	21.438.220	1.610.071	1.933.354	-4.024.184	-3.155.169	17.802.292
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	21.438.220	1.610.071	1.933.354	-4.024.184	-3.155.169	17.802.292
5.04	Transações de Capital com os Sócios	154	403.082	-1.933.354	-5.809	3.131.860	1.595.933
5.04.01	Aumentos de Capital	154	1.933.200	-1.933.354	0	0	0
5.04.08	Permuta de Ações em Tesouraria	0	-3.163.540	0	0	3.163.540	0
5.04.09	Incorporação da TmarPart	0	1.633.422	0	-5.809	-31.680	1.595.933
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.469.582	110.095	-1.359.487
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-762.149	0	-762.149
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-707.433	110.095	-597.338
5.05.02.07	Perda de Contabilidade de "hedge"	0	0	0	0	-882.118	-882.118
5.05.02.08	Perda de Contabilidade de "hedge" Reflexa	0	0	0	0	-132.509	-132.509
5.05.02.09	Perda Atuarial	0	0	0	0	-9.770	-9.770
5.05.02.10	Ganho Atuarial Reflexo Transferido para Prejuízos Acumulados	0	0	0	-707.433	714.654	7.221
5.05.02.11	Variação Cambial sobre Investimento no Exterior	0	0	0	0	1.888.963	1.888.963
5.05.02.12	Variação Cambial sobre Investimento no Exterior Reflexa	0	0	0	0	364.408	364.408
5.05.02.13	Obrigações em Instrumentos Patrimoniais	0	0	0	0	-268.921	-268.921
5.05.02.14	Outros Resultados Abrangentes no Período	0	0	0	0	144.735	144.735
5.05.02.15	Resultado Abrangente Transferido para o Resultado do Período	0	0	0	0	-1.709.347	-1.709.347
5.07	Saldos Finais	21.438.374	2.013.153	0	-5.499.575	86.786	18.038.738

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	7.471.209	1.873.099	2.323.992	0	-144.162	11.524.138
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	7.471.209	1.873.099	2.323.992	0	-144.162	11.524.138
5.04	Transações de Capital com os Sócios	13.967.011	-263.028	-7.111	0	-200.245	13.496.627
5.04.01	Aumentos de Capital	13.959.900	0	0	0	0	13.959.900
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	0	0	0	0	-200.245	-200.245
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-263.028	0	0	0	-263.028
5.04.08	Aumento de Capital com Incentivos Fiscais de Reinvestimento	7.111	0	-7.111	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	14.296	-428.969	-414.673
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	14.296	0	14.296
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-428.969	-428.969
5.05.02.07	Ganho de Contabilidade de "hedge"	0	0	0	0	91.582	91.582
5.05.02.08	Ganho de Contabilidade de "hedge" Reflexa	0	0	0	0	10.041	10.041
5.05.02.09	Perdas Atuariais	0	0	0	0	-36.316	-36.316
5.05.02.10	Perdas Atuariais Reflexa	0	0	0	0	-644.890	-644.890
5.05.02.11	Variação Cambial sobre Investimento no Exterior	0	0	0	0	35.286	35.286
5.05.02.12	Variação Cambial sobre Investimento no Exterior Reflexa	0	0	0	0	84.584	84.584
5.05.02.13	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	30.744	30.744
5.07	Saldos Finais	21.438.220	1.610.071	2.316.881	14.296	-773.376	24.606.092

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
7.01	Receitas	6.642.445	7.409.277
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	6.151.015	6.520.315
7.01.02	Outras Receitas	573.339	959.744
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-81.909	-70.782
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.423.143	-2.710.009
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-628.878	-868.074
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.750.410	-1.785.156
7.02.04	Outros	-43.855	-56.779
7.03	Valor Adicionado Bruto	4.219.302	4.699.268
7.04	Retenções	-238.694	-1.335.321
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-695.782	-636.036
7.04.02	Outras	457.088	-699.285
7.04.02.01	Provisões (Inclui atualização monetária)	-421.067	-312.445
7.04.02.02	Resultado de Operações Descontinuadas	1.085.910	-80.093
7.04.02.03	Outras Despesas	-207.755	-306.747
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.980.608	3.363.947
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	350.337	1.375.088
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-848.670	731.318
7.06.02	Receitas Financeiras	1.199.007	643.770
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	4.330.945	4.739.035
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	4.330.945	4.739.035
7.08.01	Pessoal	358.111	482.192
7.08.01.01	Remuneração Direta	267.981	394.439
7.08.01.02	Benefícios	65.858	59.114
7.08.01.03	F.G.T.S.	16.812	18.381
7.08.01.04	Outros	7.460	10.258
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	847.525	1.368.781
7.08.02.01	Federais	-341.495	-11.961
7.08.02.02	Estaduais	1.169.344	1.292.483
7.08.02.03	Municipais	19.676	88.259
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3.887.458	2.873.766
7.08.03.01	Juros	3.526.155	2.480.775
7.08.03.02	Aluguéis	361.303	392.991
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-762.149	14.296
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-762.149	14.296

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	101.188.514	102.789.122
1.01	Ativo Circulante	41.009.788	49.286.795
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	13.192.288	2.449.206
1.01.02	Aplicações Financeiras	3.100.541	171.415
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	3.100.541	171.415
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	3.100.541	171.415
1.01.03	Contas a Receber	8.045.006	7.450.040
1.01.03.01	Clientes	8.045.006	7.450.040
1.01.04	Estoques	441.773	478.499
1.01.06	Tributos a Recuperar	698.136	1.097.189
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	698.136	1.097.189
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	15.532.044	37.640.446
1.01.08.03	Outros	15.532.044	37.640.446
1.01.08.03.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	1.838.852	340.558
1.01.08.03.02	Depósitos e Bloqueios Judiciais	1.253.268	1.133.639
1.01.08.03.03	Outros Tributos	938.602	1.054.255
1.01.08.03.05	Ativo Relacionado aos Fundos de Pensão	2.775	1.744
1.01.08.03.07	Despesas Antecipadas	513.224	301.181
1.01.08.03.08	Ativos Mantidos para Venda	10.166.830	33.926.592
1.01.08.03.09	Demais Ativos	818.493	882.477
1.02	Ativo Não Circulante	60.178.726	53.502.327
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	31.290.780	23.992.912
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	122.408	111.285
1.02.01.01.03	Caixa Restrito	122.408	111.285
1.02.01.06	Tributos Diferidos	10.778.087	7.625.772
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	10.778.087	7.625.772
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	20.390.285	16.255.855
1.02.01.09.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	12.937.666	12.260.028
1.02.01.09.04	Outros Tributos	742.929	741.911
1.02.01.09.05	Ativo Relacionado aos Fundos de Pensão	44.481	45.752
1.02.01.09.06	Instrumentos Financeiros Derivativos	6.353.917	2.880.923
1.02.01.09.08	Despesas Antecipadas	77.944	104.398
1.02.01.09.09	Demais Ativos	233.348	222.843
1.02.02	Investimentos	140.796	148.411
1.02.02.01	Participações Societárias	140.796	148.411
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	140.796	148.411
1.02.03	Imobilizado	25.416.829	25.670.026
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	23.605.925	23.012.617
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	1.810.904	2.657.409
1.02.04	Intangível	3.330.321	3.690.978
1.02.04.01	Intangíveis	3.330.321	3.690.978
1.02.04.01.02	Software	1.437.323	1.435.313
1.02.04.01.04	Intangível em Formação	97.116	156.718
1.02.04.01.05	Licenças Regulatórias	1.417.889	1.646.790
1.02.04.01.06	Ágio	154.074	154.074
1.02.04.01.07	Outros	223.919	298.083

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	101.188.514	102.789.122
2.01	Passivo Circulante	21.236.421	42.556.832
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	630.096	744.439
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	630.096	744.439
2.01.02	Fornecedores	4.429.909	4.336.566
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	4.429.909	4.336.566
2.01.03	Obrigações Fiscais	387.854	477.282
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	387.854	477.282
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	387.854	477.282
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	8.732.850	4.463.728
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	8.732.850	4.463.728
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	3.116.984	3.501.295
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	5.615.866	962.433
2.01.05	Outras Obrigações	5.797.985	31.346.634
2.01.05.02	Outros	5.797.985	31.346.634
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	90.059	185.138
2.01.05.02.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	1.343.147	523.951
2.01.05.02.05	Outros Tributos	1.422.239	1.667.599
2.01.05.02.06	Programa de Refinanciamento Fiscal	93.706	94.041
2.01.05.02.07	Autorizações e Concessões a Pagar	834.259	675.965
2.01.05.02.08	Passivos Associados a Ativos Mantidos para Venda	897.112	27.178.221
2.01.05.02.09	Demais Obrigações	1.117.463	1.021.719
2.01.06	Provisões	1.257.727	1.188.183
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.257.727	1.188.183
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	101.158	115.560
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	201.106	220.930
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	35.085	129.662
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	920.378	722.031
2.02	Passivo Não Circulante	60.094.523	40.920.801
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	51.366.143	31.385.667
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	51.366.143	31.385.667
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	10.376.370	17.566.859
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	40.989.773	13.818.808
2.02.02	Outras Obrigações	5.038.785	5.115.014
2.02.02.02	Outros	5.038.785	5.115.014
2.02.02.02.03	Outros Tributos	891.434	874.727
2.02.02.02.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	406.734	142.971
2.02.02.02.05	Autorizações e Concessões a Pagar	8.986	685.975
2.02.02.02.06	Programa de Refinanciamento Fiscal	714.880	896.189
2.02.02.02.07	Demais Obrigações	3.016.751	2.515.152
2.02.04	Provisões	3.689.595	4.420.120
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.689.595	4.420.120
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	388.586	417.061
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	745.703	934.094
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	362.859	346.873
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	2.192.447	2.722.092

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	19.857.570	19.311.489
2.03.01	Capital Social Realizado	21.438.374	21.438.220
2.03.02	Reservas de Capital	2.013.153	1.610.071
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	767.726	767.726
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-5.531.092	-2.367.552
2.03.02.07	Doações e Subvenções para Investimento	123.558	123.558
2.03.02.08	Outras Reservas de Capital	1.933.200	0
2.03.02.09	Reserva Especial de Incorporação - Acervo Líquido	3.942.718	2.309.296
2.03.02.10	Juros Sobre Obras em Andamento	745.756	745.756
2.03.02.11	Correção Monetária Lei 8.200/91	31.287	31.287
2.03.04	Reservas de Lucros	0	1.933.354
2.03.04.10	Reserva de Investimentos	0	1.933.354
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-5.499.575	-4.024.184
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-337.356	-305.676
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	424.142	-2.849.493
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	1.818.832	1.509.197

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	6.826.964	20.650.685	6.968.481	20.924.572
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.840.437	-11.343.217	-3.801.305	-11.242.837
3.03	Resultado Bruto	2.986.527	9.307.468	3.167.176	9.681.735
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.095.573	-6.997.133	-2.059.096	-6.008.087
3.04.01	Despesas com Vendas	-1.205.841	-3.576.990	-1.395.667	-4.246.238
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-966.694	-2.913.124	-917.463	-2.733.159
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	397.186	944.356	706.918	2.669.901
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-303.818	-1.435.483	-451.825	-1.694.805
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-16.406	-15.892	-1.059	-3.786
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	890.954	2.310.335	1.108.080	3.673.648
3.06	Resultado Financeiro	-1.972.921	-4.451.608	-995.093	-3.226.564
3.06.01	Receitas Financeiras	4.003.796	4.881.100	379.412	1.032.526
3.06.02	Despesas Financeiras	-5.976.717	-9.332.708	-1.374.505	-4.259.090
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-1.081.967	-2.141.273	112.987	447.084
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	55.196	258.439	-60.814	-352.008
3.08.01	Corrente	-228.709	-626.313	-74.271	-474.001
3.08.02	Diferido	283.905	884.752	13.457	121.993
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-1.026.771	-1.882.834	52.173	95.076
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	5.849	1.085.910	-47.218	-80.093
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	5.849	1.085.910	-47.218	-80.093
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-1.020.922	-796.924	4.955	14.983
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-980.649	-762.149	7.642	14.296
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-40.273	-34.775	-2.687	687
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-1,40000	-1,02000	0,01000	0,03000
3.99.01.02	PN	-1,40000	-1,02000	0,01000	0,03000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
3.99.02.01	ON	-1,40000	-1,02000	0,01000	0,03000
3.99.02.02	PN	-1,40000	-1,02000	0,01000	0,03000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-1.020.922	-796.924	4.956	14.983
4.02	Outros Resultados Abrangentes	761.738	723.426	21.968	-374.584
4.02.01	Ganho (Perda) de Contabilidade de "Hedge"	-1.002.862	-1.014.627	-27.177	101.623
4.02.02	Perda Atuarial	-16.683	-9.770	0	-36.316
4.02.03	Varição cambial sobre investimento no exterior	1.781.283	1.702.805	54.385	54.385
4.02.04	Resultado Abrangente de Operações Descontinuadas	0	45.018	-5.240	-494.276
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-259.184	-73.498	26.924	-359.601
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-563.321	-383.133	-39.453	-414.673
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	304.137	309.635	66.377	55.072

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	4.096.268	3.669.014
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	13.852.553	8.410.590
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	-2.141.273	447.084
6.01.01.02	Encargos, rendimentos financeiros e atualizações monetárias	17.311.159	2.338.005
6.01.01.03	Operações com instrumentos financeiros derivativos	-7.452.811	361.001
6.01.01.04	Depreciação e amortização	3.777.737	3.341.082
6.01.01.05	Perdas sobre contas a receber	535.630	524.035
6.01.01.06	Provisões (Reversões)	384.098	177.874
6.01.01.07	Provisão para fundos de pensão	6.817	6.672
6.01.01.08	Equivalência patrimonial	15.892	3.786
6.01.01.09	Perda na baixa de ativo permanente	2.829	16.803
6.01.01.10	Taxa de prorrogação do contrato de concessão - ANATEL	61.675	93.110
6.01.01.11	Participação de empregados e administradores	91.065	209.860
6.01.01.12	Atualização monetária de créditos com partes relacionadas e debêntures privadas	0	-6.293
6.01.01.13	Atualização monetária de provisões	74.280	183.348
6.01.01.14	Atualização monetária do programa de refinanciamento fiscal	83.031	81.457
6.01.01.15	Dividendos prescritos	-116.223	-40.411
6.01.01.16	Outros	1.218.647	673.177
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-6.504.615	-2.181.671
6.01.02.01	Contas a receber	-1.369.951	-572.267
6.01.02.02	Estoques	40.419	-86.894
6.01.02.03	Tributos	-281.135	-933.770
6.01.02.04	Aplicações financeiras mantidas para negociação	-6.037.884	-3.294.769
6.01.02.05	Resgate de aplicações financeiras mantidas para negociação	3.951.845	3.576.679
6.01.02.06	Despesas antecipadas	-1.947.496	-1.246.317
6.01.02.07	Fornecedores	-165.914	-740.882
6.01.02.08	Salários, encargos sociais e benefícios	-205.791	-215.440
6.01.02.09	Provisões	-780.035	-536.879
6.01.02.10	Provisões para fundos de pensão	-139.325	-131.156
6.01.02.11	Varição de ativos e passivos mantidos para venda	-1.273.644	0
6.01.02.13	Fluxo das Atividades Operacionais das Operações Descontinuadas	485.342	1.253.200
6.01.02.14	Outras contas ativas e passivas	1.218.954	746.824
6.01.03	Outros	-3.251.670	-2.559.905
6.01.03.01	Encargos financeiros pagos	-2.914.747	-2.029.949
6.01.03.02	Imposto de renda e contribuição social pagos - Empresa	-203.108	-283.905
6.01.03.03	Imposto de renda e contribuição social pagos - Terceiros	-133.815	-246.051
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	13.764.143	-3.952.158
6.02.01	Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	-2.715.133	-4.093.652
6.02.02	Recursos obtidos na venda de investimentos, imobilizado e intangível	12.096	3.281.131
6.02.03	Depósitos e bloqueios judiciais	-1.540.283	-1.259.652

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
6.02.04	Resgates judiciais de depósitos e bloqueios judiciais	782.480	443.831
6.02.05	Aquisição de investimento na PT Portugal em 5 de maio de 2014	0	1.087.904
6.02.06	Caixa e equivalentes transferidos para ativos mantidos para venda	0	-942.257
6.02.07	Aumento/Redução de investimentos permanentes	-144	1.733
6.02.08	Fluxo das Atividades de Investimento das Operações Descontinuadas	-194.739	-2.471.196
6.02.09	Varição de caixa e equivalentes de caixa no período de operações descontinuadas	201.591	0
6.02.10	Caixa recebido pela venda da PT Portugal	17.218.275	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-4.330.745	413.657
6.03.01	Captações líquidas de custos	4.705.195	2.664.608
6.03.02	Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos e derivativos	-8.119.863	-4.917.041
6.03.03	Caixa e equivalentes de caixa adquiridos por incorporação	20.346	0
6.03.04	Autorizações e concessões	-347.215	-203.449
6.03.05	Programa de refinanciamento fiscal	-70.082	-317.739
6.03.06	Aumento de capital	0	8.230.606
6.03.07	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-26.932	-4.630
6.03.08	Fluxo das Atividades de Financiamento das Operações Descontinuadas	-492.194	-5.038.698
6.04	Varição Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-2.786.584	-5.041
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	10.743.082	125.472
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.449.206	2.424.830
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	13.192.288	2.550.302

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	21.438.220	1.610.071	1.933.354	-4.024.184	-3.155.169	17.802.292	1.509.197	19.311.489
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	21.438.220	1.610.071	1.933.354	-4.024.184	-3.155.169	17.802.292	1.509.197	19.311.489
5.04	Transações de Capital com os Sócios	154	403.082	-1.933.354	-5.809	3.131.860	1.595.933	0	1.595.933
5.04.01	Aumentos de Capital	154	1.933.200	-1.933.354	0	0	0	0	0
5.04.08	Permuta de Ações em Tesouraria	0	-3.163.540	0	0	3.163.540	0	0	0
5.04.09	Incorporação da TmarPart	0	1.633.422	0	-5.809	-31.680	1.595.933	0	1.595.933
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.469.582	110.095	-1.359.487	309.635	-1.049.852
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-762.149	0	-762.149	-34.775	-796.924
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-707.433	110.095	-597.338	344.410	-252.928
5.05.02.07	Perda de Contabilidade de "hedge"	0	0	0	0	-882.118	-882.118	0	-882.118
5.05.02.08	Perda de Contabilidade de "hedge" Reflexa	0	0	0	0	-132.509	-132.509	0	-132.509
5.05.02.09	Perda Atuarial	0	0	0	0	-9.770	-9.770	0	-9.770
5.05.02.10	Ganho Atuarial Reflexo Transferido para Prejuízos Acumulados	0	0	0	-707.433	714.654	7.221	0	7.221
5.05.02.11	Varição Cambial sobre Investimento no Exterior	0	0	0	0	1.888.963	1.888.963	344.410	2.233.373
5.05.02.12	Varição Cambial sobre Investimento no Exterior Reflexa	0	0	0	0	364.408	364.408	0	364.408
5.05.02.13	Obrigações em Instrumentos Patrimoniais	0	0	0	0	-268.921	-268.921	0	-268.921
5.05.02.14	Outros Resultados Abrangentes no Período	0	0	0	0	144.735	144.735	0	144.735
5.05.02.15	Resultado Abrangente Transferido para o Resultado do Período	0	0	0	0	-1.709.347	-1.709.347	0	-1.709.347
5.07	Saldos Finais	21.438.374	2.013.153	0	-5.499.575	86.786	18.038.738	1.818.832	19.857.570

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	7.471.209	1.873.099	2.323.992	0	-144.162	11.524.138	0	11.524.138
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	7.471.209	1.873.099	2.323.992	0	-144.162	11.524.138	0	11.524.138
5.04	Transações de Capital com os Sócios	13.967.011	-263.028	-7.111	0	-200.245	13.496.627	1.424.106	14.920.733
5.04.01	Aumentos de Capital	13.959.900	0	0	0	0	13.959.900	0	13.959.900
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	0	0	0	0	-200.245	-200.245	0	-200.245
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-263.028	0	0	0	-263.028	0	-263.028
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	0	-44.496	-44.496
5.04.08	Aumento de Capital com Incentivos Fiscais de Reinvestimento	7.111	0	-7.111	0	0	0	0	0
5.04.09	Aquisição de Participação - PT Portugal	0	0	0	0	0	0	1.468.602	1.468.602
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	14.296	-428.969	-414.673	55.072	-359.601
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	14.296	0	14.296	687	14.983
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-428.969	-428.969	54.385	-374.584
5.05.02.07	Ganho de Contabilidade de "hedge"	0	0	0	0	91.582	91.582	0	91.582
5.05.02.08	Ganho de Contabilidade de "hedge" Reflexa	0	0	0	0	10.041	10.041	0	10.041
5.05.02.09	Perdas Atuariais	0	0	0	0	-36.316	-36.316	0	-36.316
5.05.02.10	Perdas Atuariais Reflexa	0	0	0	0	-644.890	-644.890	0	-644.890
5.05.02.11	Varição Cambial sobre Investimento no Exterior	0	0	0	0	35.286	35.286	54.385	89.671
5.05.02.12	Varição Cambial sobre Investimento no Exterior Reflexa	0	0	0	0	84.584	84.584	0	84.584
5.05.02.13	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	30.744	30.744	0	30.744
5.07	Saldos Finais	21.438.220	1.610.071	2.316.881	14.296	-773.376	24.606.092	1.479.178	26.085.270

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
7.01	Receitas	27.471.967	31.661.360
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	26.827.127	27.635.459
7.01.02	Outras Receitas	1.180.470	4.549.936
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-535.630	-524.035
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-9.931.794	-10.921.114
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.651.575	-2.589.444
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-7.636.967	-7.632.917
7.02.04	Outros	-643.252	-698.753
7.03	Valor Adicionado Bruto	17.540.173	20.740.246
7.04	Retenções	-3.662.554	-6.277.579
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.777.737	-3.341.082
7.04.02	Outras	115.183	-2.936.497
7.04.02.01	Provisões (Inclui atualização monetária)	-751.927	-677.449
7.04.02.02	Resultado de Operações Descontinuadas	1.085.910	-80.093
7.04.02.03	Outras Despesas	-218.800	-2.178.955
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	13.877.619	14.462.667
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	4.865.208	1.028.740
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-15.892	-3.786
7.06.02	Receitas Financeiras	4.881.100	1.032.526
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	18.742.827	15.491.407
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	18.742.827	15.491.407
7.08.01	Pessoal	1.730.780	1.874.444
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.269.341	1.393.649
7.08.01.02	Benefícios	324.018	321.129
7.08.01.03	F.G.T.S.	92.556	100.041
7.08.01.04	Outros	44.865	59.625
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	5.868.222	7.161.360
7.08.02.01	Federais	851.502	1.555.350
7.08.02.02	Estaduais	4.899.575	5.405.824
7.08.02.03	Municipais	117.145	200.186
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	11.940.749	6.440.620
7.08.03.01	Juros	9.303.272	4.092.996
7.08.03.02	Aluguéis	2.637.477	2.347.624
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-796.924	14.983
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-762.149	14.296
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-34.775	687

3T15

Relações com Investidores



RELATÓRIO TRIMESTRAL

Informações e Resultados Consolidados (Não Auditados)

Este relatório contempla o desempenho operacional e financeiro da Oi S.A. e de suas controladas diretas e indiretas no terceiro trimestre de 2015.

Oi S.A. | www.oi.com.br/ri





Destaques

RESULTADOS DO 3T15 EM LINHA PARA ENTREGAR GUIDANCE DE 2015

- Mesmo com um cenário macroeconômico desafiador, a Oi entregou resultados consistentes por mais um trimestre, e em linha para atingir o *guidance* para as operações brasileiras em 2015 de EBITDA de rotina entre R\$ 7,0 e 7,4 bilhões e melhoria no Fluxo de Caixa Operacional (FCO) entre R\$ 1,2 e 1,8 bilhão.
- Como resultado do foco contínuo em eficiência de custos, associado à rentabilização da base existente de clientes, o EBITDA de rotina das operações brasileiras atingiu R\$ 1.740 milhões no trimestre, um aumento 10,6% em relação ao mesmo período do ano anterior.
- Apesar do aumento da inflação acumulada em 12 meses para 9,5% (em 2T15 foi de 8,9%), a Oi apresentou custos e despesas operacionais das operações brasileiras de R\$ 4.775 milhões no trimestre, uma queda de 7,5% na comparação anual, o que representa um ganho real de aproximadamente 16%. Com isto, a margem EBITDA de rotina das operações brasileiras no trimestre foi de 26,7%, um aumento de 3,4 p.p. em relação ao 3T14.
- No 3T15, o FCO (EBITDA de rotina menos Capex) das operações brasileiras foi de R\$ 790 milhões, um aumento de 455% em relação ao 3T14, em função do aumento do EBITDA de rotina e do foco em eficiência na alocação de capital. O Capex das operações brasileiras foi de R\$ 950 milhões, uma redução de 33,6% em relação ao 3T14, sendo 85,6% deste total direcionado à rede. A Companhia tem priorizado os projetos de infraestrutura e tem conseguido entregá-los com muita eficiência, fruto de iniciativas como renegociação de contratos, projetos de otimização de rede e compartilhamento de infraestrutura. Como resultado destas iniciativas, a Oi vem apresentado melhoria comprovada da experiência do cliente. Na rede fixa, por exemplo, nos últimos doze meses, a velocidade média da banda larga aumentou em 25% e hoje 53% das adições são feitas com velocidade a partir de 10 Mbps. Neste período, o tráfego IP cresceu 43% e a taxa de congestionamento ADSL caiu 17%. Na rede móvel, a contínua migração de clientes 2G para 3G tem impulsionado o tráfego de dados enquanto os indicadores da Anatel de taxas de conexão e queda de dados continuaram evoluindo positivamente.
- No Brasil, a receita líquida de clientes, que exclui a venda de aparelhos e a receita de uso de rede, atingiu R\$ 6.066 milhões no trimestre, apresentando crescimento anual de 0,9%, apesar do cenário macroeconômico desfavorável.
- A receita líquida total do Brasil alcançou R\$ 6.515 milhões no trimestre (-3,3% versus o 3T14), basicamente devido ao impacto do corte nas tarifas de interconexão na móvel (VU-M) e à terceirização da operação de aparelhos.
- No segmento de Mobilidade Pessoal, a receita líquida de clientes, que exclui venda de aparelhos e receita de VU-M, atingiu R\$ 1.780 milhões, um crescimento de 8,1% na comparação anual e de 1,3% em relação ao trimestre anterior, apresentando o melhor desempenho do mercado em ambas as comparações. Já a receita líquida de serviços, que exclui apenas receita de aparelhos, somou R\$ 1.997 milhões, apresentando aumento de 0,9% na comparação anual (2º maior crescimento do mercado) e 2,4% em relação ao trimestre anterior (o maior crescimento do mercado). Tanto para a receita de clientes quanto para a receita de serviços, a Oi foi a única operadora a manter de forma consistente uma tendência positiva na evolução do crescimento ano-contra-ano nos últimos 5 trimestres.
- O desempenho da Mobilidade Pessoal foi impulsionado pelo crescimento de 52,8% na receita de dados (incluindo SVA), registrando a melhor performance do mercado. O *mix* de dados sobre a receita de serviços



Destaques

atingiu 38,3%, um aumento de 13 p.p. nos últimos doze meses, apresentando também a melhor evolução do mercado.

- No segmento Residencial, o ARPU, que atingiu R\$ 79,5 neste trimestre (+8,3% na comparação anual), continua apresentando melhora em todos os produtos, como resultado do foco da Companhia em rentabilização de sua base de clientes. A receita líquida do segmento alcançou R\$ 2.437 milhões (-0,6% em relação ao 3T14), reforçando a tendência positiva observada nos últimos trimestres, devido ao aumento do ARPU combinado ao crescimento das adições brutas e taxas estáveis de *churn*, reflexo da qualidade das vendas e a retomada comercial.
- No 3T15, a receita líquida do segmento Corporativo / PMEs reduziu em 3,5% em relação ao mesmo período do ano anterior, impactada, principalmente, pelo ambiente macroeconômico brasileiro.
- O caixa gerado pelas operações no Brasil atingiu R\$ 686 milhões no trimestre, após vários trimestres de consumo de caixa. Este resultado reflete o esforço da Companhia em busca pela eficiência operacional.
- A dívida líquida aumentou para R\$ 37.241 milhões (+7,5% versus 2T15), principalmente impactada pelo resultado financeiro e pelo efeito contábil e temporal de R\$ 1,5 bilhão relacionado à marcação a mercado de derivativos no período. Em outubro, aproximadamente R\$ 1 bilhão deste efeito contábil já foi revertido.
- No contexto do plano de transformação, no início de novembro, a Oi lançou o Oi Livre, que revoluciona o modelo de telecomunicações no país, eliminando o efeito comunidade e ampliando significativamente a oferta de dados com liberdade de uso. Com o Oi Livre, o cliente tem muito mais dados sem restrições de uso e minutos para ligar para qualquer operadora em qualquer lugar do país. A Oi realiza assim, um movimento estratégico, tendo em vista a redução nas tarifas de interconexão no país, e segue uma tendência mundial, adotando um modelo difundido em mercados como os Estados Unidos e países europeus.



Destaques

Sumário

em R\$ milhões ou indicado de outra forma	3T15	3T14	2T15	Δ Ano	Δ Tri.	9M15	9M14	Δ Ano
Oi S.A. Pro-forma ⁽¹⁾								
Receita Líquida Total	6.827	6.968	6.784	-2,0%	0,6%	20.651	21.223	-2,7%
EBITDA	2.178	2.260	1.899	-3,6%	14,7%	6.088	7.166	-15,0%
Margem EBITDA (%)	31,9%	32,4%	28,0%	-0,5 p.p.	3,9 p.p.	29,5%	33,8%	-4,3 p.p.
EBITDA de Rotina	1.852	1.698	1.947	9,1%	-4,9%	5.810	5.279	10,1%
Margem EBITDA de Rotina (%)	27,1%	24,4%	28,7%	2,8 p.p.	-1,6 p.p.	28,1%	24,9%	3,3 p.p.
Lucro (Prejuízo) Líquido Consolidado ⁽²⁾	-1.021	5	671	n.m.	n.m.	-797	15	n.m.
Dívida Líquida	37.241	47.799	34.644	-22,1%	7,5%	37.241	47.799	-22,1%
Caixa Disponível	16.415	3.805	16.636	331,4%	-1,3%	16.415	3.805	331,4%
CAPEX	984	1.470	1.069	-33,0%	-7,9%	3.078	4.170	-26,2%

em R\$ milhões ou indicado de outra forma	3T15	3T14	2T15	Δ Ano	Δ Tri.	9M15	9M14	Δ Ano
BRASIL								
Unidades Geradoras de Receita (Mil)	71.838	75.035	72.975	-4,3%	-1,6%	71.838	75.035	-4,3%
Residencial	16.524	17.401	16.791	-5,0%	-1,6%	16.524	17.401	-5,0%
Mobilidade Pessoal	47.059	48.976	47.756	-3,9%	-1,5%	47.059	48.976	-3,9%
Corporativo / PMEs	7.602	8.004	7.778	-5,0%	-2,3%	7.602	8.004	-5,0%
Telefones públicos	651	653	651	-0,3%	0,0%	651	653	-0,3%
Receita Líquida Total	6.515	6.738	6.555	-3,3%	-0,6%	19.911	20.549	-3,1%
Receita Líquida de Serviços ⁽³⁾	6.463	6.526	6.486	-1,0%	-0,4%	19.588	19.991	-2,0%
Residencial	2.437	2.451	2.460	-0,6%	-0,9%	7.387	7.522	-1,8%
Mobilidade Pessoal	1.997	1.978	1.950	0,9%	2,4%	6.006	6.053	-0,8%
Clientes ⁽⁴⁾	1.780	1.646	1.757	8,1%	1,3%	5.336	4.998	6,8%
Corporativo / PMEs	1.967	2.030	2.001	-3,1%	-1,7%	5.986	6.193	-3,3%
Receita Líquida de Clientes ⁽⁴⁾	6.066	6.009	6.131	0,9%	-1,1%	18.400	18.366	0,2%
EBITDA de Rotina	1.740	1.573	1.816	10,6%	-4,2%	5.485	4.923	11,4%
Margem EBITDA de Rotina (%)	26,7%	23,3%	27,7%	3,4 p.p.	-1,0 p.p.	27,5%	24,0%	3,6 p.p.
CAPEX	950	1.431	1.041	-33,6%	-8,7%	2.976	4.018	-25,9%
EBITDA de Rotina - CAPEX	790	142	775	455,1%	1,9%	2.509	904	177,5%

(1) Os números apresentados são pro-forma, a exceção dos dados de lucro líquido, dívida líquida e caixa disponível.

(2) O lucro líquido consolidado inclui a descontinuação das operações da PT Portugal SGPS, S.A. ("PT Portugal"). O lucro líquido de Operações Descontinuadas inclui o efeito positivo referente à variação cambial sobre valor contábil da PT Portugal, que estava registrada no patrimônio líquido no 4T14. Com a conclusão da operação de venda da PT Portugal no 2T15, esse valor foi reclassificado para resultado líquido de operações descontinuadas, juntamente com despesas associadas à venda.

(3) Exclui receita de aparelhos.

(4) Exclui receita de aparelhos e uso de rede.



Resultados Operacionais

Receita Líquida:

Tabela 1 – Composição da Receita Líquida

R\$ Milhões	Trimestre					9 Meses			Composição %	
	3T15	3T14	2T15	Δ Ano	Δ Tri.	9M15	9M14	Δ Ano	3T15	3T14
Receita Líquida Total (Pro-forma)	6.827	6.968	6.784	-2,0%	0,6%	20.651	21.223	-2,7%	100,0%	100,0%
Brasil	6.515	6.738	6.555	-3,3%	-0,6%	19.911	20.549	-3,1%	95,4%	96,7%
Residencial	2.437	2.451	2.460	-0,6%	-0,9%	7.387	7.522	-1,8%	35,7%	35,2%
Mobilidade Pessoal	2.048	2.180	2.018	-6,1%	1,5%	6.325	6.578	-3,8%	30,0%	31,3%
Serviços	1.997	1.978	1.950	0,9%	2,4%	6.006	6.053	-0,8%	29,2%	28,4%
Clientes	1.780	1.646	1.757	8,1%	1,3%	5.336	4.998	6,8%	26,1%	23,6%
Uso de Rede	217	332	193	-34,7%	12,7%	670	1.056	-36,6%	3,2%	4,8%
Material de Revenda	52	202	68	-74,4%	-23,8%	319	525	-39,2%	0,8%	2,9%
Corporativo / PMEs	1.967	2.039	2.001	-3,5%	-1,7%	5.989	6.227	-3,8%	28,8%	29,3%
Outros serviços	63	67	76	-6,4%	-17,5%	209	222	-5,9%	0,9%	1,0%
Outros	312	231	229	35,1%	36,3%	740	674	9,7%	4,6%	3,3%
Brasil										
Receita Líquida de Serviços	6.463	6.526	6.486	-1,0%	-0,4%	19.588	19.991	-2,0%	94,7%	93,6%
Receita Líquida de Clientes	6.066	6.009	6.131	0,9%	-1,1%	18.400	18.366	0,2%	88,8%	86,2%

Considerando as operações internacionais, a receita líquida consolidada no 3T15 foi de R\$ 6.827 milhões, apresentando uma queda anual de 2,0% e um crescimento trimestral de 0,6%. A receita líquida das operações brasileiras totalizou R\$ 6.515 milhões, com queda anual de 3,3%, que será discutida mais à frente, enquanto a receita das outras operações internacionais (África e Timor Leste) aumentou em 35,1% neste mesmo período, devido principalmente à variação cambial.

BRASIL

No trimestre, a receita líquida das operações brasileiras ("Brasil") somou R\$ 6.515 milhões, uma redução de 3,3% na comparação anual e de 0,6% em relação ao trimestre anterior. A queda na comparação anual se deve, principalmente, à redução na receita de aparelhos em função da terceirização da operação de *handsets* e à menor receita de uso de rede com o corte de 33,3% nas tarifas reguladas de interconexão do serviço móvel (VU-M) em fevereiro de 2015. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo crescimento das receitas de banda larga (+7,5%) e TV paga (+42,7%) no segmento Residencial, assim como da receita de dados (+52,8%) no segmento de Mobilidade Pessoal.

A receita líquida total de serviços, que exclui a receita de aparelhos, atingiu R\$ 6.463 milhões, uma variação anual de -1,0%. Já a receita líquida total de clientes, que além da receita de aparelhos exclui também a receita de uso de rede, apresentou crescimento de 0,9% no mesmo período, registrando R\$ 6.066 milhões no 3T15.

Adicionalmente, as receitas da Companhia, em especial nos segmentos de PMEs (B2B) e do pré-pago (Mobilidade), também foram naturalmente impactadas por um cenário macroeconômico mais adverso.

3T15 Relações com Investidores

www.oi.com.br/ri



Resultados Operacionais



Residencial

	3T15	3T14	2T15	Δ Ano	Δ Tri.	9M15	9M14	Δ Ano
Residencial								
Receita Líquida (R\$ Milhões)	2.437	2.451	2.460	-0,6%	-0,9%	7.387	7.522	-1,8%
Unidades Geradoras de Receitas (UGRs) - Mil	16.524	17.401	16.791	-5,0%	-1,6%	16.524	17.401	-5,0%
Linhas fixas em serviço	10.217	11.128	10.440	-8,2%	-2,1%	10.217	11.128	-8,2%
Banda Larga Fixa	5.136	5.241	5.167	-2,0%	-0,6%	5.136	5.241	-2,0%
TV Paga	1.171	1.032	1.184	13,4%	-1,1%	1.171	1.032	13,4%
ARPU - Residencial (R\$)	79,5	73,4	78,5	8,3%	1,2%	78,5	73,7	6,6%

O segmento Residencial alcançou R\$ 2.437 milhões de receita líquida no 3T15, uma variação anual de -0,6%, apresentando significativa desaceleração da queda anual quando comparada aos trimestres anteriores (-2,4% no 2T15 e -4,4% no 3T14). O crescimento das receitas de banda larga e TV Paga, combinado com o aumento do ARPU dos três produtos do segmento e com a melhoria da performance das adições líquidas associada a taxas estáveis de *churn*, vem compensando uma parte cada vez maior da queda da receita de voz fixa como que ocorre em função da redução das tarifas fixo-móvel (VC) e da menor base de clientes. Este desempenho se deve à melhor qualidade das vendas, ao melhor *mix* de clientes e ofertas de alto valor (*high-end*), em conjunto com as estratégias de convergência de produtos, *upgrade* de velocidade da banda larga e *upselling* da TV, o que demonstra o sucesso da estratégia de rentabilização como parte do plano de *turnaround* operacional. Na comparação com o 2T15, a receita líquida do segmento residencial reduziu 0,9%, explicado principalmente pela queda da base de clientes do serviço de telefonia fixa e banda larga.

No 3T15, as UGRs reduziram 5,0% na comparação anual, atingindo 16.524 mil, em função principalmente da queda de 8,2% das linhas fixas. Comparado ao trimestre anterior, houve uma redução de 1,6% nas UGRs. Apesar da redução, as desconexões líquidas desaceleraram em todos os produtos do segmento Residencial neste trimestre.

ARPU Residencial

O ARPU residencial manteve a trajetória de crescimento no trimestre, alcançando R\$ 79,5, um aumento de 8,3% na comparação anual e de 1,2% em bases sequenciais. A melhora consistente do ARPU reflete o foco da Companhia na venda de ofertas convergentes e ofertas *high-end*, juntamente às iniciativas de *cross selling* e *upselling*, que rentabilizam a base existente e também agregam maior valor aos clientes entrantes. O sucesso da estratégia de convergência também é observado pelo percentual crescente de clientes com mais de um produto Oi (63,0% no 3T15, +2,1 p.p. comparado ao 3T14), resultando na fidelização da base e controle das taxas de *churn*.

Fixo

A base de clientes de telefonia fixa da Oi no segmento Residencial totalizou 10.217 mil no 3T15 (-8,2% comparado ao 3T14 e -2,1% em relação ao 2T15), e desconexões líquidas de 223 mil linhas fixas, o menor nível apresentado em 2015. Apesar da queda das UGRs, a Companhia vem rentabilizando a sua base de clientes. O ARPU do serviço de telefonia fixa cresceu 2,4% na comparação anual e 1,6% quando comparado ao trimestre anterior. Adicionalmente, neste serviço, o *mix* de ofertas de baixo valor (*low-end*) nas adições brutas vem declinando expressivamente ao longo do ano, reduzindo 49,6 p.p. entre o 3T14 e o 3T15.

A Oi mantém o foco na convergência, ofertando pacotes que combinam vários serviços oferecidos pela Companhia. As ofertas convergentes fidelizam os clientes, resultando em taxas de *churn* inferiores à dos



Resultados Operacionais

produtos avulsos. No 3T15, a oferta Oi Conta Total (OCT) correspondeu a 10,9% da base de telefonia fixa do Residencial (+0,9 p.p. em relação ao 3T14), com uma taxa de *churn* 9,7% menor que a taxa da linha fixa avulsa. O *mix* de ofertas de baixo valor (*low-end*) nas adições brutas do OCT apresentou redução de 19,3 p.p. comparado ao 3T14. A oferta Oi Voz Total (OVT), por sua vez, correspondeu a 14,8% da base de telefonia fixa do Residencial no 3T15 (-1,2 p.p. comparado ao 3T14), com uma taxa de *churn* 19,9% inferior à da oferta avulsa de linha fixa. A penetração média de *chips* por cliente na oferta OVT permaneceu em 1,6 no trimestre, o que representa um crescimento de 8,4% em relação ao 3T14.

Ainda no final do 3T15, iniciou-se o processo de expansão das vendas do "Oi Total", o novo pacote convergente, incluindo ofertas exclusivas com telefonia fixa, banda larga, TV e mobilidade. Foram cobertos integralmente 3 estados com o novo *bundle* e os resultados apontaram crescimento das adições brutas de fixo, banda larga e TV se comparados aqueles das localidades sem a oferta do pacote. Neste contexto, prevê-se a ampliação do Oi Total para mais da metade da área de atuação residencial da Oi até o final de 2015. São 4 combinações de ofertas para os diferentes perfis de clientes, mantendo o foco na simplificação do portfólio e com velocidades de banda larga que podem alcançar até 35 Mbps com o VDSL.

Banda Larga

A Oi encerrou o 3T15 com 5.136 mil UGRs de banda larga fixa no segmento Residencial, queda de 2,0% e de 0,6% na comparação com o 3T14 e 2T15, respectivamente. Como ocorrido no serviço de telefonia fixa, no trimestre, houve uma redução das desconexões líquidas quando comparado ao trimestre anterior (-30 mil no 3T15 versus -47 mil 2T15), consequência do aumento do *gross*. A penetração da banda larga fixa da Oi em residências que possuem produtos Oi manteve a trajetória de crescimento, atingindo 50,3% no trimestre (+3,2 p.p. versus 3T14 e +0,8 p.p. versus 2T15).

É importante destacar a crescente evolução da velocidade média da base de banda larga, que ultrapassou os 5 Mbps neste trimestre (5,2 Mbps), representando um crescimento de 24,7% em relação ao 3T14 e de 6,8% em comparação ao trimestre anterior. Essa performance se deve ao sucesso das iniciativas de rentabilização. A participação de UGRs com velocidade a partir de 5 Mbps aumentou 12,4 p.p. para 58,0%, enquanto a participação de UGRs com velocidade a partir de 10 Mbps subiu 8,8 p.p. para 29,6%, ambas na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior. A velocidade média das adições brutas foi de 7,3 Mbps (+52,0% na comparação com o 3T14 e +1,7% contra 2T15). Atualmente, cerca de 75,9% das adições brutas possuem velocidade a partir de 5 Mbps e 52,8% possuem velocidade a partir de 10 Mbps.

A continuidade na otimização e seletividade dos investimentos com melhor alocação nas localidades de maior demanda e equilíbrio competitivo tem resultado no aumento da velocidade média da banda larga fixa experimentada pelo cliente, fundamentais para viabilizar a estratégia adotada pela Companhia em rentabilizar a base, melhorar o *mix* de entrada de novos usuários e fidelizar cada vez mais os clientes. O sucesso dessa estratégia está refletido no crescimento anual de 9,2% do ARPU no serviço de banda larga fixa. No 3T15, a banda larga também apresentou uma melhora no *mix* das adições brutas, com redução de 16,6 p.p. na participação das ofertas de baixo valor (*low-end*) na comparação anual.

TV Paga

A base de TV paga da Oi encerrou o trimestre com 1.171 mil UGRs, aumento de 13,4% em relação ao 3T14, associado ao expressivo crescimento de ARPU de 12,7% no mesmo período. Na comparação sequencial, houve redução de 1,1% nas UGRs, compensada pelo aumento de 1,5% no ARPU, resultante do foco da Companhia em rentabilizar a base de clientes existentes.



Resultados Operacionais

Também se observou na TV paga uma reversão da tendência das desconexões líquidas, que atingiram -13 mil no 3T15 versus -48 mil no trimestre anterior. A penetração do Oi TV em residências que possuem produtos Oi atingiu 11,5% no 3T15, 2,2 p.p. acima do registrado no 3T14 e 0,1 p.p. acima do apresentado no 2T15. Adicionalmente, o serviço de TV paga apresentou uma redução substancial no *mix* de ofertas de baixo valor (*low-end*) nas adições brutas, reduzindo em 22,6 p.p. na comparação anual.

A Oi continua investindo para tornar a Oi TV cada vez mais atrativa, oferecendo um conteúdo completo, com HD em todos os planos, além de uma grande quantidade de canais, incluindo canais abertos em HD em todas as ofertas, serviços *pay per view* e gravador de vídeo digital (DVR – *Digital Video Recording*). A Companhia lançou recentemente o “Oi Play”, serviço de TV *Everywhere*, em que os clientes podem assistir ao conteúdo de diversos programadores a qualquer momento, ao vivo e *on demand*, por meio de qualquer dispositivo (*smartphone*, *tablet* ou PC) com conexão à internet, sem custo adicional para o consumidor. A constante inovação do produto aliada a sua qualidade e capacidade satelital diferenciadas faz com que a Oi mantenha forte competitividade frente ao mercado e permita avançar com as estratégias de convergência e rentabilização (*cross selling* e *upselling*), que resultam na maior receita por cliente e maior fidelização dos clientes. Nesse contexto, pode-se observar taxas de *churn* em residências com 3 produtos (3P) menores em 2,2 p.p. comparados às taxas de *churn* em residências que adquiriram apenas 1 produto (Oi TV).



Mobilidade Pessoal

	3T15	3T14	2T15	Δ Ano	Δ Tri.	9M15	9M14	Δ Ano
Mobilidade Pessoal								
Receita Líquida (R\$ Milhões)	2.048	2.180	2.018	-6,1%	1,5%	6.325	6.578	-3,8%
Serviços	1.997	1.978	1.950	0,9%	2,4%	6.006	6.053	-0,8%
Clientes ⁽¹⁾	1.780	1.646	1.757	8,1%	1,3%	5.336	4.998	6,8%
Uso de Rede	217	332	193	-34,7%	12,7%	670	1.056	-36,6%
Material de Revenda	52	202	68	-74,4%	-23,8%	319	525	-39,2%
Unidades Geradoras de Receitas (UGRs) - Mil	47.059	48.976	47.756	-3,9%	-1,5%	47.059	48.976	-3,9%
Pré-Pago	40.296	41.990	40.719	-4,0%	-1,0%	40.296	41.990	-4,0%
Pós-Pago ⁽²⁾	6.763	6.986	7.037	-3,2%	-3,9%	6.763	6.986	-3,2%

Obs: (1) Exclui receita de aparelhos e uso de rede.

(2) Inclui: pós-pago de alto valor, Oi Controle, serviços móveis convergentes (Oi Conta Total e Oi Internet Total) e 3G (mini-modem).

No 3T15, a receita líquida total no segmento de Mobilidade Pessoal foi de R\$ 2.048 milhões, uma queda anual de 6,1% devido ao corte nas tarifas de VU-M e à redução na receita de material de revenda, como resultado da terceirização da operação de venda de aparelhos. Na comparação sequencial, a receita líquida apresentou um crescimento de 1,5% devido ao aumento das receitas de clientes e de uso de rede.

A receita líquida de serviços totalizou R\$ 1.997 milhões no período, um crescimento de 0,9% em relação ao 3T14 e de 2,4% contra o trimestre anterior. Este desempenho positivo merece destaque, tendo em vista o impacto negativo do corte das tarifas de VU-M e o ambiente macroeconômico desfavorável.

A receita de clientes cresceu 8,1% em relação ao 3T14, atingindo R\$ 1.780 milhões, principalmente devido ao crescimento de 52,8% na receita de dados, que atingiu R\$ 764 milhões no 3T15, representando 42,9% do total da receita de clientes (+12,5 p.p. na comparação com o 3T14 e +2,5 p.p. em relação ao trimestre anterior) e 38,3% do total da receita de serviços do segmento (+13,0 p.p. contra 3T14 e +1,9 p.p. versus 2T15).



Resultados Operacionais

A receita de uso de rede apresentou uma queda de 34,7% na comparação com o mesmo período do ano anterior, atingindo R\$ 217 milhões no trimestre, explicado pelos cortes regulados nas tarifas de VU-M implementado em fevereiro deste ano e pela queda do tráfego *off-net*. Na comparação sequencial, houve um aumento de 12,7% em função, principalmente, de efeitos sazonais do período.

A migração de voz para dados vem se acelerando e a Companhia vem experimentando um contínuo crescimento desta linha de receita, impulsionado pelo aumento da penetração de smartphones na base, pelo investimento que tem sido feito para alavancar sua infraestrutura única de transmissão e transporte e pelo lançamento de planos inovadores que oferecem mais tráfego de dados aos clientes, como o Oi Livre.

Após dez meses de profundo estudo sobre os hábitos de consumo de serviços de telecom no Brasil, a Oi lançou, no início de novembro, o Oi Livre, um conjunto de ofertas inovadoras com aumento expressivo da franquia de dados e cobrança de preço único para ligações para qualquer operadora em todo o Brasil. A iniciativa revoluciona a telefonia móvel no país ao romper com o modelo em que consumidores adquirem SIM cards de diferentes operadoras e usam dados para evitar o pagamento de tarifas elevadas em chamadas *off-net*. A Oi realiza assim um movimento estratégico, tendo em vista a redução nas tarifas de interconexão no país, e segue uma tendência mundial, adotando modelo difundido em mercados como os Estados Unidos e países europeus. Além disso, o aumento da franquia de dados atende à crescente demanda dos clientes por acesso aos milhões de aplicativos disponíveis para seus smartphones.

Em 24 de fevereiro de 2015, as tarifas de interconexão (VU-M) foram reduzidas em 33,3%, para R\$ 0,15517, R\$ 0,15897 e R\$ 0,15485 nas Regiões I, II e III, respectivamente. Cortes adicionais foram aprovados pela ANATEL, como segue: (i) em 2016: R\$ 0,09317, R\$ 0,10309 e R\$ 0,11218; (ii) em 2017: R\$ 0,04928, R\$ 0,05387 e R\$ 0,06816; (iii) em 2018: R\$ 0,02606, R\$ 0,02815 e R\$ 0,04141; e (iv) em 2019: R\$ 0,01379, R\$ 0,01471 e R\$ 0,02517 respectivamente nas Regiões I, II e III.

As vendas de aparelhos atingiram R\$ 52 milhões no 3T15, uma redução de 74,4% contra 3T14 e de 23,8% versus 2T15, resultado da terceirização da operação logística e financeira de aparelhos (*handsets*) realizada em abril deste ano. Esta redução na receita de aparelhos impacta de forma positiva a margem EBITDA e reduz os custos de armazenagem e logística.

Os principais objetivos com este novo modelo de distribuição são: (i) acelerar a venda e a migração da base para *smartphones* 3G/4G; (ii) aumentar a eficiência logística e melhorar o abastecimento de aparelhos aos canais de venda; (iii) reduzir os custos logísticos e de mercadorias vendidas; e (iv) reduzir o capital de giro empregado na operação de aparelhos. A Oi continua responsável pela gestão estratégica da cadeia de aparelhos, pelo relacionamento com os canais de venda, pela escolha e definição do portfólio de aparelhos, enquanto o parceiro é responsável pela compra, distribuição e venda.

As vendas de *smartphones* representaram 86% das vendas totais do trimestre e a penetração de aparelhos 3G/4G atingiu 56% da base total (+19 p.p. em relação ao 3T14). A Companhia vem estimulando a migração da tecnologia 2G para 3G, onde a experiência de uso de dados é melhor para o cliente. Com isso, a Oi melhora a percepção de qualidade do serviço ao mesmo tempo que proporciona maior tráfego de dados por cliente em sua rede.

A Oi encerrou o 3T15 com 47.059 mil UGRs no segmento de Mobilidade Pessoal (-3,9% contra o 3T14 e -1,5% versus 2T15). As desconexões líquidas atingiram 1.917 mil nos últimos 12 meses, sendo 1.694 mil no pré-pago e 223 mil no pós-pago. O desempenho é consequência da rígida política de desconexão de clientes com foco em controle de custos e rentabilização do negócio.



Resultados Operacionais

A base de clientes móveis (Mobilidade Pessoal + Corporativo / PMEs) atingiu 49.484 mil UGRs no 3T15, 47.059 mil no segmento de Mobilidade Pessoal e 2.424 mil no segmento Corporativo / PMEs. A Companhia registrou 5,3 milhões de adições brutas e 769 mil desconexões líquidas no 3T15.

Pré-pago

A base de clientes do pré-pago alcançou 40.296 mil UGRs no 3T15, uma redução anual de 4,0% devido à continuação da política de desconexão. Comparado ao trimestre anterior, a queda foi de 1,0%, com 423 mil desconexões líquidas.

Mesmo em um ambiente econômico desaquecido, as recargas apresentaram crescimento de 1,9% em relação ao 3T14, devido a medidas como o fim da navegação em velocidade reduzida pós franquia em todos os pacotes de internet (incluindo o pacote diário), o reposicionamento de ofertas e a simplificação do portfólio de recargas.

A receita de serviços de valor adicionado (SVA) aumentou 39,3% em relação ao 3T14, devido à oferta de serviços com foco em *smartphones* e de alta relevância para o cliente além do aumento de canais de venda dos serviços.

Com baixos custos de aquisição e de manutenção de clientes, inexistência de inadimplência e impacto favorável no capital de giro, o pré-pago apresenta um valor estratégico para a Companhia.

Pós-pago

O segmento pós-pago encerrou o trimestre com 6.763 mil UGRs (-3,2% na comparação anual e -3,9% em relação ao trimestre anterior), o equivalente a 14,4% da base total de Mobilidade Pessoal.

Com foco em controle de custos e rentabilização da base de clientes, neste trimestre foi realizada desconexão no plano Oi Controle, que apresentou queda de 5,7% em relação ao 3T14. Este plano continua apresentando valor estratégico para Companhia, ao combinar vantagens características do pré-pago, como a ausência de inadimplência e impacto favorável no capital de giro, com vantagens características do pós-pago, como um perfil de consumo mais robusto. Neste trimestre, o cliente Oi Controle representou 40,8% do total da base pós-paga.

Cobertura 2G, 3G e 4G LTE

No 3T15, a cobertura 2G da Oi alcançou 3.400 municípios (93% da população urbana do país). A cobertura 3G expandiu para 247 novos municípios (+25,1% em relação ao 3T14), totalizando 1.230 municípios ou 79% da população urbana brasileira.

Visando atender às demandas crescentes de uso de dados e aproveitar as oportunidades no segmento de dados móveis, a Companhia tem melhorado a qualidade de sua cobertura e capacidade de rede 3G em todas as camadas de rede, incentivando ainda mais a migração de clientes da rede 2G para a rede 3G onde a qualidade da experiência é significativamente melhor. Como resultado, a Companhia vem apresentando melhoria contínua nos indicadores de qualidade da ANATEL.

A Oi oferece acesso de dados pela tecnologia 4G LTE em 45 municípios, que representam 36% da população urbana brasileira.



Resultados Operacionais

ARPU Móvel

O ARPU móvel considera a receita total de serviços da móvel (Mobilidade Pessoal + Corporativo / PMEs) na visão de uma empresa móvel separada, ou seja, a receita oriunda do tráfego entre as divisões móvel e fixa (*intercompany*), mas exclui a receita de chamadas de longa distância de origem móvel que pertence à licença do STFC (concessão de voz fixa).

O ARPU móvel totalizou R\$ 16,7 neste trimestre, uma queda de 3,9% em relação ao 3T14 devido à redução nas tarifas de VU-M. Na comparação sequencial, o ARPU aumentou 2,6% devido aos esforços da Companhia em rentabilizar sua base de clientes. Excluindo a receita de interconexão, o ARPU móvel apresentou crescimento expressivo de 14,2% em relação ao 3T14.

O foco na simplificação do portfólio com redução de ofertas de planos e recargas menos rentáveis, combinando com incremento de pacotes de voz e dados em todo o portfólio, resultou no aumento do ARPU de novos clientes e na redução de custos operacionais devido à simplificação do processo de vendas.

É importante destacar a performance do ARPU por mais um trimestre. Este comportamento consistente é resultado dos esforços iniciados em 2014, visando maior fidelização e rentabilização da base de clientes como alavancas importantes do *turnaround* operacional.



Corporativo / PMEs

	3T15	3T14	2T15	Δ Ano	Δ Tri.	9M15	9M14	Δ Ano
Corporativo / PMEs								
Receita Líquida (R\$ Milhões)	1.967	2.039	2.001	-3,5%	-1,7%	5.989	6.227	-3,8%
Unidades Geradoras de Receitas (UGRs) - Mil	7.602	8.004	7.778	-5,0%	-2,3%	7.602	8.004	-5,0%
Fixa	4.584	4.909	4.677	-6,6%	-2,0%	4.584	4.909	-6,6%
Banda larga	594	622	604	-4,6%	-1,6%	594	622	-4,6%
Móvel	2.424	2.472	2.497	-1,9%	-2,9%	2.424	2.472	-1,9%

Obs: PMEs significa pequenas e médias empresas.

No 3T15, a receita líquida do segmento Corporativo / PMEs totalizou R\$ 1.967 milhões, uma redução de 3,5% na comparação com o 3T14 e de 1,7% em bases sequenciais, como consequência do corte nas tarifas fixo-móvel (VC) e de interconexão (VU-M), à redução do tráfego de voz, além do impacto negativo do cenário econômico em empresas e governos.

A Oi registrou 7.602 mil UGRs no segmento Corporativo / PMEs, queda de 5,0% versus 3T14 e de 2,3% em relação ao 2T15. A planta de circuitos de dados e as vendas de soluções de TI apresentaram crescimento no período, enquanto a base de Voz Avançada se manteve estável.

Corporativo

A Companhia tem reduzido a dependência dos serviços de voz através da oferta mais intensa de serviços de dados, TI e SVAs, como serviços gerenciados, soluções de segurança, serviços em *Cloud*, ICT, *Datacenter* e *M2M (Machine-to-Machine)*. Com isso, a participação de serviços não-voz aumentou 4,0 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior, representando 63,2% do total da receita líquida do segmento. Excluindo-se receitas não recorrentes de 2014 (contrato FIFA), a receita de SVAs e TI no segmento aumentou 17,8% na



Resultados Operacionais

comparação anual, enquanto a receita de dados apresentou evolução de 2,4% no período.

PMEs

Apesar do impacto da retração econômica, medidas estruturantes no sentido de reduzir custos e melhorar processos vêm resultando em melhoria de margens. São elas: (i) incremento da participação de canais de menor custo no *mix* de vendas; (ii) simplificação do portfólio para maior eficiência e qualidade da cadeia de produtos; (iii) revisão da estrutura do pós-venda para melhor gestão da entrega, do reparo e das contas; (iv) revisão da política de crédito para reduzir inadimplência; e (v) fim dos subsídios de aparelhos.



Resultados Operacionais

Custos e Despesas Operacionais

Tabela 2 – Composição dos Custos e Despesas Operacionais

Item - R\$ Milhões	3T15	3T14	2T15	Δ Ano	Δ Tri.	9M15	9M14	Δ Ano
Custos e Despesas Operacionais (Pro-forma)								
Brasil	4.775	5.165	4.739	-7,5%	0,8%	14.426	15.626	-7,7%
Pessoal	656	674	596	-2,7%	10,0%	1.844	2.041	-9,7%
Interconexão	431	627	427	-31,3%	0,9%	1.362	2.054	-33,7%
Serviços de terceiros	1.530	1.541	1.574	-0,7%	-2,8%	4.636	4.558	1,7%
Serviço de manutenção da rede	516	481	490	7,2%	5,3%	1.458	1.392	4,7%
Custos de aparelhos e outros	5	171	36	-97,1%	-86,2%	179	447	-60,0%
Publicidade e Propaganda	128	198	91	-35,6%	40,5%	252	496	-49,2%
Aluguéis e seguros	912	763	811	19,5%	12,4%	2.599	2.333	11,4%
Provisões para contingências	186	137	269	35,7%	-31,0%	678	494	37,1%
Provisão para devedores duvidosos	181	140	179	29,5%	1,6%	506	517	-2,1%
Tributos e outras despesas (receitas)	231	432	266	-46,6%	-13,4%	914	1.295	-29,4%
Outros	200	105	98	89,7%	103,2%	415	318	30,6%
OPEX de rotina	4.975	5.270	4.837	-5,6%	2,8%	14.841	15.944	-6,9%

No 3T15, as despesas operacionais de rotina consolidadas, considerando as operações internacionais, totalizaram R\$ 4.975 milhões, uma redução de 5,6% em relação ao 3T14 e um aumento de 2,8% na comparação sequencial.

O Opex de rotina das operações brasileiras somou R\$ 4.775 milhões no 3T15, uma redução de 7,5% na comparação anual e praticamente estável em relação ao 2T15. Considerando uma inflação de 9,5% no período, este resultado significa uma redução real de cerca de 16% no Opex. O foco da Companhia no plano de *turnaround* operacional por meio das iniciativas de aumento de eficiência e redução de custos, vem demonstrando sólidos resultados, mesmo com a pressão negativa da desvalorização do real, da alta das tarifas de energia elétrica e da inflação.

Pessoal

No 3T15, os custos e despesas de pessoal no Brasil totalizaram R\$ 656 milhões, uma queda de 2,7% em relação ao 3T14, reflexo das medidas adotadas visando o aumento da produtividade e da eficiência, controle de horas extras e sobreaviso, redução do quadro de funcionários e uma política de contratação mais restritiva.

Interconexão

Os custos de interconexão das operações brasileiras somaram neste trimestre R\$ 431 milhões, uma queda de 31,3% na comparação anual justificada pelo corte de 33,3% nas tarifas de VU-M em fevereiro deste ano e pela redução do tráfego *off-net*.

Serviços de Terceiros

No 3T15, os custos e despesas com serviços de terceiros das operações brasileiras apresentaram queda de 0,7% em relação ao 3T14 e de 2,8% em bases sequenciais, totalizando R\$ 1.530 milhões. Este desempenho é consequência, principalmente, da otimização dos canais de venda, com maior utilização de canais próprios, e menor despesa com consultoria.



Resultados Operacionais

Serviços de Manutenção de Rede

Os custos e despesas com serviços de manutenção de rede no Brasil totalizaram R\$ 516 milhões no 3T15 (+7,2% versus 3T14 e +5,3% contra o 2T15), devido principalmente ao reajuste contratual dos prestadores de serviço de rede (PSR). Esta linha de despesa está associada à qualidade dos serviços prestados aos clientes, uma prioridade para a Companhia, mesmo com sua estratégia de redução de custos e ganho de eficiência.

Custos de Aparelhos / Outros (CPV)

Os custos de aparelhos nas operações brasileiras apresentaram quedas expressivas em relação ao 3T14 (-97,1%) e ao 2T15 (-86,2%), atingindo R\$ 5 milhões no trimestre, devido à terceirização de vendas e gestão de estoques de aparelhos, implementada em abril deste ano.

Publicidade e Propaganda

Neste trimestre, as despesas com publicidade e propaganda atingiram R\$ 128 milhões, uma variação de -35,6% em relação ao 3T14, principalmente em função de campanhas relacionadas à Copa do Mundo em 2014. Em relação ao 2T15, o crescimento de 40,5% se deve a maiores gastos com veiculação de mídia.

Aluguéis e Seguros

As despesas com aluguéis e seguros nas operações brasileiras apresentaram aumento anual de 19,5% e sequencial de 12,4%, atingindo o total de R\$ 912 milhões no período. Este aumento se deve à valorização do dólar e a reajustes contratuais, principalmente da GlobeNet e do satélite SES-6, além do aumento dos custos com o aluguel de torres móveis vendidas em 2014.

Provisões para Contingências

A Companhia apresentou provisões para contingências nas operações brasileiras de R\$ 186 milhões no trimestre, um crescimento de 35,7% comparado ao 3T14 em função da maior quantidade de novos processos junto ao Juizado Especial Cível (JEC) e respectivo aumento do valor médio.

Provisões para Devedores Duvidosos – PDD

As provisões para devedores duvidosos somaram R\$ 181 milhões no 3T15 (+29,5% versus 3T14 e +1,6% contra o 2T15) devido ao cenário macroeconômico brasileiro que vem impactando diretamente a taxa de inadimplência de todos os setores da economia. As provisões para devedores duvidosos corresponderam a 2,8% da receita líquida das operações brasileiras no período (+0,7 p.p. na comparação anual).



Resultados Operacionais

EBITDA

Tabela 3 – EBITDA e Margem EBITDA

	3T15	3T14	2T15	Δ Ano	Δ Tri.	9M15	9M14	Δ Ano
Oi S.A. Pro-forma								
EBITDA (R\$ milhões)	2.178	2.260	1.899	-3,6%	14,7%	6.088	7.166	-15,0%
Brasil	2.066	2.134	1.768	-3,2%	16,8%	5.763	6.809	-15,4%
Outros	112	125	131	-10,8%	-14,3%	325	357	-8,8%
Margem EBITDA (%)	31,9%	32,4%	28,0%	-0,5 p.p.	3,9 p.p.	29,5%	33,8%	-4,3 p.p.
Itens Não Rotina	-326	-561	48	-42%	n.m.	-278	-1.887	-85,3%
OPEX reportado	4.649	4.709	4.885	-1,3%	-4,8%	14.563	14.057	3,6%
EBITDA de Rotina (R\$ milhões)	1.852	1.698	1.947	9,1%	-4,9%	5.810	5.279	10,1%
Brasil	1.740	1.573	1.816	10,6%	-4,2%	5.485	4.923	11,4%
Outros	112	125	131	-10,8%	-14,3%	325	357	-8,8%
Margem EBITDA de Rotina (%)	27,1%	24,4%	28,7%	2,8 p.p.	-1,6 p.p.	28,1%	24,9%	3,3 p.p.
Brasil	26,7%	23,3%	27,7%	3,4 p.p.	-1,0 p.p.	27,5%	24,0%	3,6 p.p.
Outros	35,9%	54,3%	57,0%	-18,5 p.p.	-21,1 p.p.	43,9%	52,9%	-9,0 p.p.

No 3T15, o EBITDA consolidado de rotina totalizou R\$ 1.852 milhões, um aumento de 9,1% comparado ao 3T14 e uma redução de 4,9% em bases sequenciais.

O EBITDA de rotina das operações brasileiras atingiu R\$ 1.740 milhões neste trimestre, um aumento de 10,6% na comparação anual, refletindo a estratégia de disciplina em custos e de eficiência operacional aliados ao foco na rentabilização da base de clientes da Oi. A margem EBITDA de rotina do Brasil ficou em 26,7%, contra 23,3% no 3T14 (+3,4 p.p.). Comparando com o trimestre anterior, o EBITDA de rotina do Brasil reduziu 4,2% em função da queda de 0,6% das receitas líquidas e do aumento de 0,8% dos custos das operações brasileiras no período.

Os itens de Opex não rotina totalizaram R\$ 326 milhões no trimestre, que se deve à revisão da metodologia estatística de cálculo das provisões relacionadas ao Plano de Expansão (PEX).

O EBITDA de rotina das outras operações internacionais (África e Timor Leste) somou R\$ 112 milhões no período (-10,8% na comparação anual e -14,3% em bases sequenciais). As operações na África e Ásia incorreram em custos operacionais (TI, manutenção, etc.) relacionadas a serviços prestados pela PT Portugal. Até a venda da PT Portugal, estes custos eram eliminados no processo de consolidação e, desde junho de 2015, passaram a ser contabilizados como custos das operações internacionais.

Capex

Tabela 4 – Capex

R\$ Milhões	3T15	3T14	2T15	Δ Ano	Δ Tri.	9M15	9M14	Δ Ano
Investimentos (Pro-forma)								
Brasil	950	1.431	1.041	-33,6%	-8,7%	2.976	4.018	-25,9%
Outros	34	39	27	-12,8%	25,2%	102	152	-32,6%
Total	984	1.470	1.069	-33,0%	-7,9%	3.078	4.170	-26,2%



Resultados Operacionais

O Capex consolidado da Companhia somou no 3T15 R\$ 984 milhões, uma variação de -33,0% comparado ao mesmo trimestre do ano passado e de -7,9% em bases sequenciais. Os investimentos das operações no Brasil atingiram R\$ 950 milhões, 33,6% abaixo do registrado no 3T14 e 8,7% abaixo do registrado no segundo trimestre de 2015.

Além de ganhos contratuais alcançados nas negociações relacionadas à rede fixa e de banda larga, em linha com o foco da Companhia na eficiência em investimentos e qualidade da experiência dos clientes, a Oi deu continuidade à reestruturação do *backbone* de transporte com a implementação dos projetos OTN 100G e *Single Edge*.

Recentemente, a Companhia concluiu também negociação fundamentada na estratégia de *Single-RAN* permitindo que, ao final do contrato, aproximadamente 75% dos sites da rede móvel estejam com um único fornecedor.

Estas iniciativas demonstram o êxito da Oi no controle de seus recursos aliado à melhoria e aumento da capacidade da sua rede de transporte, possibilitando maiores velocidades e aumento no volume de tráfego de dados. O avanço na qualidade dos serviços prestados é evidenciado pelo melhor desempenho nos indicadores de qualidade da Anatel na móvel e pela redução no congestionamento da rede de banda larga fixa.

No 3T15, 85,6% do total de investimentos das operações brasileiras (R\$ 814 milhões) foram destinados a investimentos em rede.

Fluxo de Caixa Operacional (EBITDA – Capex)

Tabela 5 - Fluxo de Caixa Operacional

R\$ Milhões	3T15	3T14	2T15	Δ Ano	Δ Tri.	9M15	9M14	Δ Ano
Oi S.A. - Pro-forma								
EBITDA de Rotina	1.852	1.698	1.947	9,1%	-4,9%	5.810	5.279	10,1%
Capex	984	1.470	1.069	-33,0%	-7,9%	3.078	4.170	-26,2%
Fluxo de Caixa Operacional de Rotina (EBITDA - Capex)	868	229	878	279,5%	-1,2%	2.732	1.109	146,3%

Tabela 6 - Fluxo de Caixa Operacional das Operações Brasileiras

R\$ Milhões	3T15	3T14	2T15	Δ Ano	Δ Tri.	9M15	9M14	Δ Ano
Oi S.A.								
EBITDA de Rotina	1.740	1.573	1.816	10,6%	-4,2%	5.485	4.923	11,4%
Capex	950	1.431	1.041	-33,6%	-8,7%	2.976	4.018	-25,9%
Fluxo de Caixa Operacional de Rotina (EBITDA - Capex)	790	142	775	455,1%	1,9%	2.509	904	177,5%

O fluxo de caixa operacional consolidado de rotina (EBITDA de rotina menos Capex) ficou em R\$ 868 milhões no trimestre, incremento significativamente maior ao reportado no mesmo período do ano anterior, quando este valor atingiu R\$ 229 milhões, e 1,2% inferior quando comparado ao 2T15.

No 3T15, o EBITDA de rotina menos Capex das operações brasileiras totalizou R\$ 790 milhões, crescimento



Resultados Operacionais

expressivo em relação ao 3T14 (455,1%) devido ao sólido crescimento de 10,6% no EBITDA de rotina e à melhor eficiência na alocação dos investimentos pela Companhia, conforme foi explicado anteriormente. Na comparação sequencial, houve uma melhora de 1,9%.

Depreciação / Amortização

No 3T15, as despesas com depreciação e amortização da Companhia atingiram R\$ 1.287 milhões, crescimento de 11,8% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior e de 1,1% quando comparado ao 2T15.

Tabela 7 – Depreciação e Amortização

R\$ Milhões	3T15	3T14	2T15	Δ Ano	Δ Tri.	9M15	9M14	Δ Ano
Depreciação e Amortização Pro-forma								
Total	1.287	1.151	1.272	11,8%	1,1%	3.778	3.408	10,8%



Resultados Financeiros

Resultados Financeiros

Tabela 8 – Resultado Financeiro (Oi S.A. Consolidado)

R\$ Milhões	3T15	3T14	2T15	9M15	9M14
Oi S.A. Consolidado					
Juros Líquidos (s/ Aplicações Fin. e Emprést. e Financ.)	-1.238	-617	-876	-2.967	-1.860
Resultado Cambial Líquido (s/ Aplicações Fin. e Emprést. e Financ.)	-500	-237	-399	-1.043	-729
Outras Receitas / Despesas Financeiras	-236	-141	66	-441	-638
Resultado Financeiro Líquido Consolidado	-1.973	-995	-1.210	-4.452	-3.227

A Oi S.A. registrou despesas financeiras líquidas de R\$ 1.973 milhões no 3T15, uma elevação de R\$ 763 milhões ou de 63,1% no trimestre e um aumento de 98,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. As despesas no item “Juros Líquidos” foram R\$ 361 milhões superiores, no “Resultado Cambial Líquido” evoluiu em R\$ 101 milhões e no item “Outras Receitas / Despesas Financeiras” apresentou aumento de R\$ 302 milhões no trimestre.

Cabe ressaltar que o resultado do 3T15 considera um trimestre completo de resultado financeiro decorrente das dívidas da Portugal Telecom International Finance (PTIF), que deixaram de ser classificadas como passivos associados a ativos disponíveis para a venda, passando a contribuir para o resultado consolidado da Companhia a partir de junho de 2015. No 3T14, estas dívidas não tiveram qualquer impacto em DRE pois o resultado da PT Portugal havia sido descontinuado e, no 2T15, o efeito em juros e no resultado cambial impactou apenas um mês. Portanto, o resultado financeiro não é plenamente comparável.

O impacto das despesas financeiras das dívidas da PTIF no 3T15 somou R\$ 338 milhões, incluindo os juros e a variação cambial bem como o resultado do *hedge* relativo a estas dívidas (*swaps*, NDFs e caixa *offshore*).

Além do impacto do resultado financeiro da PTIF, o resultado de “Juros Líquidos” foi impactado negativamente pelos maiores juros das dívidas denominadas em moeda estrangeira, resultado da valorização do Euro e do Dólar frente ao Real. Este impacto do câmbio foi parcialmente compensado pela redução dos juros relativos às dívidas denominadas em Real, resultado dos pré-pagamentos realizados ao final de junho, apesar do maior CDI e da manutenção de um IPCA elevado no trimestre.

A elevação do item “Resultado Cambial Líquido” reflete, mais uma vez, o impacto do maior CDI sobre o custo de *hedge* da Companhia, bem como a elevação da dívida média atrelada à moeda estrangeira.

A variação trimestral da linha de “outras receitas/despesas financeira” está impactada pela contabilização decorrente do ganho financeiro com o pré-pagamento das debêntures no 2T15, no valor de aproximadamente R\$ 250 milhões.



Resultados Financeiros

Lucro (Prejuízo) Líquido

Tabela 9 – Lucro (Prejuízo) Líquido (Oi S.A. Consolidado)

R\$ Milhões	3T15	3T14	2T15	Δ Ano	Δ Tri.	9M15	9M14	Δ Ano
Lucro Líquido								
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos (EBIT)	891	1.108	627	-19,6%	42,2%	2.310	3.674	-37,1%
Resultado Financeiro	-1.973	-995	-1.210	98,3%	63,1%	-4.452	-3.227	38,0%
Imposto de Renda e Contribuição Social	55	-61	141	n.m.	-60,9%	258	-352	n.m.
Lucro (Prejuízo) Líquido das Operações Continuadas	-1.027	52	-442	n.m.	n.m.	-1.883	95	n.m.
Resultado Líquido das Operações Descontinuadas	6	-47	1.113	n.m.	-99,5%	1.086	-80	n.m.
Lucro (Prejuízo) Líquido Consolidado	-1.021	5	671	n.m.	n.m.	-797	15	n.m.
-atribuído aos acionistas controladores	-981	8	620	n.m.	n.m.	-762	14	n.m.
-atribuído aos acionistas não controladores	-40	-3	51	n.m.	n.m.	-35	1	n.m.

No 3T15, o EBIT (lucro operacional antes do resultado financeiro e dos tributos) fechou em R\$ 891 milhões, 19,6% menor que o mesmo período do ano anterior, em função do aumento das despesas com depreciação e amortização e do menor impacto de itens não rotina no trimestre, que mais que compensaram a melhoria do EBITDA de rotina.

A Companhia registrou prejuízo líquido consolidado no 3T15 de R\$ 1.021 milhões, devido ao maior impacto do resultado financeiro.



Endividamento & Liquidez

Endividamento & Liquidez

Tabela 10 - Dívida

R\$ Milhões	set/15	set/14	jun/15	% Dívida Bruta
Endividamento				
Curto Prazo	8.237	5.121	7.603	15,4%
Longo Prazo	45.419	46.484	43.677	84,6%
Dívida Total	53.656	51.604	51.280	100,0%
Em moeda nacional	13.493	21.122	17.061	25,1%
Em moeda estrangeira	46.606	32.404	37.146	86,9%
Swap	-6.443	-1.921	-2.927	-12,0%
(-) Caixa	-16.415	-3.805	-16.636	-30,6%
(=) Dívida Líquida	37.241	47.799	34.644	69,4%

Neste trimestre, a Oi S.A. apresentou dívida bruta consolidada de R\$ 53.656 milhões, um aumento de 4,6% ou R\$ 2.376 milhões quando comparado ao trimestre imediatamente anterior. Dois eventos impactaram a evolução da dívida bruta da Companhia no 3T15: (i) variação cambial sobre a dívida hedgeada com caixa e (ii) efeito contábil da marcação a mercado dos derivativos:

(i) Houve uma forte desvalorização do Real em relação ao Euro e ao Dólar neste período. A Companhia mantém uma política muito conservadora de hedge, através de instrumentos financeiros de derivativos e de caixa em moeda estrangeira (*hedge natural*). Este último, porém, não é considerado no cálculo da dívida bruta.

Portanto, o impacto da variação cambial na dívida bruta deve-se principalmente à parte da dívida que é hedgeada com caixa, que basicamente se refere aos recursos advindos da venda da PT Portugal, que foram mantidos em Euros de forma a hedgear a dívida legada da Portugal Telecom.

(ii) Contabilmente, os financiamentos em moeda estrangeira são registrados no balanço pela taxa de câmbio do dia do fechamento do balanço, e os derivativos contratados para fazer a cobertura desses financiamentos são registrados a valor de mercado (marcação a mercado - MTM). Para cálculo do MTM dos derivativos, a taxa de juros em dólar negociada na BM&FBovespa (cupom cambial) é utilizada como fator de desconto.

No 3T15, observou-se uma volatilidade atípica na curva do cupom cambial para os derivativos contratados pela Oi, que se deslocou em cerca de 284 basis points, resultando em impacto contábil negativo de R\$ 1,5 bilhão na apuração do MTM.

Esse efeito é contábil e temporal, e reflete o descasamento entre a marcação a mercado e o *accrual* dos derivativos que convergem no vencimento dos contratos, anulando, portanto, este impacto.

Cabe ressaltar que este efeito é apurado todo trimestre, porém sem produzir impacto relevante na dívida nos últimos trimestres. No 3T15, o impacto foi significativo em função da volatilidade atípica do cupom cambial no período. Em outubro, por exemplo, cerca de R\$ 1 bilhão deste efeito já foi revertido.



Endividamento & Liquidez

Além disso, este efeito não tem qualquer impacto em caixa ou em resultado. Como a Companhia adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), este efeito contábil é registrado diretamente no patrimônio líquido.

Desde o final do segundo trimestre, a Companhia prosseguiu com o processo de *liability management*, direcionando parcela dos recursos recebidos da transação da venda da PT Portugal para o pré-pagamento de suas dívidas. No 3T15, as amortizações correntes e os pré-pagamentos realizados totalizaram o valor de R\$ 5.516 milhões. Ao longo do trimestre, não houve novos desembolsos de ECAs ou qualquer outra nova captação.

A Companhia encerrou o 3T15 com caixa de R\$ 16.415 milhões, resultando em uma dívida líquida de R\$ 37.241 milhões, um aumento de 7,5% ou R\$ 2.597 milhões em relação ao 2T15. Desconsiderando o efeito contábil do deslocamento da curva de cupom cambial, o aumento sequencial da dívida líquida teria sido de R\$ 1.078 milhões (+3,1%).

Ao final do 3T15, a parcela da dívida em moeda estrangeira representava 77,6% do total da dívida consolidada do período. Todavia, ao fim deste trimestre, esta parcela da dívida bruta estava totalmente protegida das flutuações cambiais através de swaps, NDFs e caixa em moeda estrangeira.

O prazo médio consolidado da dívida manteve-se em 3,7 anos no 3T15. Este valor encontra-se, ainda, influenciado por vencimentos de curto prazo da Oi S.A. e da PTIF, principalmente o *Bond* Euro 2016 (fev/16), *Revolver* em USD (out/16) e o *Bond* BRL 9,75% (set/16).

Tabela 11 – Variação da Dívida Líquida

R\$ Milhões	3T15	3T14	2T15
Dívida Líquida Inicial	34.644	46.239	32.557
(-) EBITDA de Rotina	1.740	2.375	1.816
(-) Receitas (Despesas) Não Recorrentes ⁽¹⁾	0	0	-37
(+) Capex ⁽²⁾	950	1.670	1.041
(+) Depósitos Judiciais	248	329	237
(+) IR/CS	84	202	79
(+) PIS / COFINS sobre ICMS	0	53	0
(+) Var. Capital de Giro ⁽³⁾	-228	-169	463
(+) Licenças 3G/4G	0	0	554
(+) Taxas Anatel	0	0	325
(+) Resultado Financeiro	1.763	1.187	1.167
(+) Impacto contábil MTM de derivativos	1.519	0	0
(-) Posição líquida de caixa de ativos mantidos a venda	0	-83	0
(+) Variação Cambial	0	461	0
(+) Outros movimentos	0	119	0
Dívida Líquida Final	37.241	47.799	34.644

(1) Exclui as vendas de ativos.

(2) Capex econômico do período.

(3) Inclui diferença entre Capex econômico e desembolso de Capex.

No 3T15, a dívida líquida atingiu R\$ 37.241 milhões, aumento de 7,5% em relação ao trimestre anterior,



Endividamento & Liquidez

devido, principalmente, ao impacto do efeito contábil e temporal de R\$ 1,5 bilhão relacionado ao MTM (*mark-to-market*) de derivativos, conforme mencionado anteriormente. Desconsiderando-se este efeito contábil, a variação da dívida líquida teria sido de +R\$ 1.078 milhões, uma melhora em relação ao trimestre anterior (+R\$ 2.087 milhões), em função do melhor resultado operacional e ausência de pagamentos de taxas regulatórias no trimestre.

Cabe destacar a melhoria significativa da geração operacional de caixa neste trimestre, refletindo o sucesso das ações iniciadas ao final de 2014 com foco em geração de caixa.



Endividamento & Liquidez

Tabela 12 - Cronograma de Amortização da Dívida Bruta

(R\$ milhões)	2015	2016	2017	2018	2019	2020 em diante	Total
Cronograma de Amortização da Dívida Bruta							
Amortização da Dívida em Reais	593	3.533	2.476	2.482	2.419	1.991	13.493
Amortização da Dívida em Euros + swap	700	4.018	5.170	3.288	3.101	9.615	25.892
Amortização da Dívida em Dólar + swap	-211	3.803	1.314	1.129	439	7.796	14.270
Amortização da Dívida Bruta	1.083	11.354	8.960	6.899	5.958	19.403	53.656

Tabela 13 – Composição da Dívida Bruta

R\$ Milhões

Distribuição da Dívida Bruta	3T15
Mercado de Cap. Inter.	40.382
Mercado de Cap. Nacional	4.245
Bancos de Desenvolvimento e ECAs	9.183
Bancos Comerciais	6.819
Hedge e Custo de Captação	-6.972
Dívida Bruta Total	53.656

Em 30 de setembro de 2015, a Companhia mantinha linhas de crédito já contratadas e disponíveis para desembolso conforme abaixo:

- BNB: linha de crédito de R\$ 371 milhões
- Linhas de crédito rotativo com bancos comerciais:
 - R\$ 1.192 milhões em dólares
 - R\$ 1.500 milhões
- ECAs: R\$ 654 milhões em dólares/euros



Endividamento & Liquidez

Venda de Ativos

Desde 2012, a Oi assinou contratos para a venda de alguns de seus ativos não estratégicos. O objetivo dessas operações é monetizar ativos que não são essenciais para as atividades operacionais da Companhia, com o propósito de trazer maior flexibilidade financeira para a Oi e gerar economias, uma vez que a Companhia contrata os respectivos serviços em condições financeiras mais favoráveis, além de criar valor para os acionistas.

Estas operações, entretanto, geram custos adicionais de aluguel para a Companhia, que naturalmente deixa de contar com eventuais receitas provenientes desses ativos. Por outro lado, economiza em investimentos e em custos de manutenção relativos a esses ativos. Portanto, após a conclusão de cada operação, os resultados da Companhia passam a ser afetados pelos impactos acima citados, líquidos de seus efeitos tributários.

Vale destacar que o custo dessas operações (incluindo custos, despesas, investimentos e efeitos tributários) é inferior ao seu custo médio de captação.

A tabela abaixo mostra com maiores detalhes essas operações previamente anunciadas:

Tabela 14 – Alienação de Ativos

Números Pro-Forma	Torres Fixas	Imóveis ¹	Torres Fixas	GlobeNet	Torres Móveis	Torres Móveis
Data da assinatura do contrato	abr/13	jul/13	jul/13	jul/13	dez/13	jun/14
Período de arrendamento (anos)	20 - 40	-	20 -40	13	15	15
Quantidade	4.226	1	2.113	-	2.007	1.641
Data de fechamento do negócio	ago/13	set/13	nov/13	dez/13	mar/14	dez/14
Valor da operação (R\$ bilhões)	1,1	0,2	0,7	1,8	1,5	1,2
Impacto das alienações no EBITDA (R\$ bilhões)	n.m.	0,2	n.m.	1,5	1,3	1,1

1 - Entrada no caixa ainda pendente

A tabela acima reflete a visão atual da administração, e está sujeita a diversos riscos e incertezas, inclusive de natureza econômica, regulatória e de defesa da concorrência. Quaisquer alterações nestas premissas ou fatores poderão resultar em diferenças entre os resultados reais e as estimativas atuais.



Informações Complementares

Oi S.A. Consolidado

Demonstração do Resultado do Exercício - R\$ Milhões	3T15	3T14	2T15	9M15	9M14
Receita Operacional Líquida	6.827	6.968	6.784	20.651	20.925
Custos e Despesas Operacionais	-4.649	-4.709	-4.885	-14.563	-13.910
Pessoal	-691	-703	-622	-1.930	-2.089
Interconexão	-511	-632	-451	-1.468	-2.061
Serviços de terceiros	-1.574	-1.567	-1.619	-4.746	-4.600
Serviço de manutenção da rede	-529	-488	-501	-1.490	-1.401
Custo de aparelhos e outros	-20	-182	-48	-217	-463
Publicidade e propaganda	-136	-205	-98	-273	-512
Aluguéis e seguros	-928	-772	-823	-2.637	-2.348
Provisões para contingências	-186	-137	-269	-678	-494
Provisão para devedores duvidosos	-184	-143	-182	-536	-524
Tributos e outras receitas (despesas)	-216	-442	-224	-867	-1.304
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	326	561	-48	278	1.887
EBITDA	2.178	2.260	1.899	6.088	7.015
Margem %	31,9%	32,4%	28,0%	29,5%	33,5%
Depreciações e Amortizações	-1.287	-1.151	-1.272	-3.778	-3.341
EBIT	891	1.108	627	2.310	3.674
Despesas Financeiras	-5.977	-1.375	-1.780	-9.333	-4.259
Receitas Financeiras	4.004	379	570	4.881	1.033
Lucro Antes dos Impostos e Particip.	-1.082	113	-583	-2.141	447
Imposto de Renda e Contribuição Social	55	-61	141	258	-352
Lucro (Prejuízo) Líquido das Operações Continuadas	-1.027	52	-442	-1.883	95
Resultado Líquido das Operações Descontinuadas	6	-47	1.113	1.086	-80
Lucro (Prejuízo) Líquido Consolidado	-1.021	5	671	-797	15
Margem %	-15,0%	0,1%	9,9%	-3,9%	0,1%
Lucro (Prejuízo) Líquido atribuído aos controladores	-981	8	620	-762	14
Lucro (Prejuízo) Líquido atribuído aos não controladores	-40	-3	51	-35	1
Quantidade de Ações em Mil (ex-tesouraria)	700.461	842.766	700.461	747.896	541.094
Lucro atribuído aos controladores por ação (R\$)	-1,4000	0,0091	0,8849	-1,0191	0,0264

3T15 Relações com Investidores

www.oi.com.br/ri



Informações Complementares

Oi S.A. Consolidado

Balço Patrimonial - R\$ Milhões	30/09/2015	30/06/2015	30/09/2014
TOTAL DO ATIVO	101.189	93.310	107.802
Ativo Circulante	41.010	38.041	28.454
Caixa e Equivalentes de Caixa	13.192	13.496	3.354
Aplicações Financeiras	3.101	3.022	257
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.839	391	415
Contas a Receber	8.045	7.831	9.238
Estoques	442	447	769
Tributos Correntes e a Recuperar	698	577	1.045
Outros Tributos	939	957	1.174
Depósitos e Bloqueios Judiciais	1.253	1.231	1.086
Ativos Mantidos para Venda	10.167	8.449	6.533
Outros Ativos	1.334	1.642	4.583
Ativo Não Circulante	60.179	55.269	79.348
Realizável a Longo Prazo	31.291	26.139	23.613
.Tributos Diferidos e a Recuperar	10.778	8.530	8.085
.Outros Tributos	743	697	776
.Aplicações Financeiras	122	119	194
.Depósitos e Bloqueios Judiciais	12.938	12.758	12.148
.Instrumentos Financeiros Derivativos	6.354	3.681	2.036
.Outros Ativos	356	355	374
Investimentos	141	143	288
Imobilizado	25.417	25.522	35.919
Intangível	3.330	3.465	19.528
TOTAL DO PASSIVO	101.189	93.310	107.802
Passivo Circulante	21.236	18.261	20.022
Fornecedores	4.430	4.036	6.339
Empréstimos e Financiamentos	8.733	6.956	5.067
Instrumentos Financeiros	1.343	1.037	469
Pessoal, Encargos Sociais e Benefícios	630	520	992
Provisões	1.223	1.084	1.524
Provisões para Fundo de Pensão	35	23	113
Tributos a Recolher e Diferidos	388	259	439
Outros Tributos	1.422	1.435	1.676
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	90	113	186
Passivos Associados a Ativos Mantidos para Venda	897	1.043	648
Autorizações e Concessões a Pagar	834	822	634
Outras Contas a Pagar	1.211	932	1.934
Passivo Não Circulante	60.095	56.583	61.695
Empréstimos e Financiamentos	51.366	47.251	48.459
Instrumentos Financeiros	407	107	61
Tributos a Recolher e Diferidos	0	0	1
Outros Tributos	891	902	863
Provisões	3.327	4.025	3.735
Provisões para Fundo de Pensão	363	333	3.822
Autorizações e Concessões a Pagar	9	9	693
Outras Contas a Pagar	3.732	3.956	4.062
Patrimônio Líquido	19.858	18.466	26.085
Participação de Acionistas Controladores	18.039	17.006	24.606
Participação de Acionistas Não Controladores	1.819	1.460	1.479



Informações Complementares

Em tempo

As principais tabelas divulgadas neste Relatório Trimestral em formato Excel estarão disponíveis no website da Companhia (www.oi.com.br/ri), na seção “Informações Financeiras / Resultados Trimestrais”.

As definições de termos utilizados neste Relatório Trimestral também estão disponíveis no glossário do website da Companhia: http://ri.oi.com.br/oi2012/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=44320



Informações Complementares

Assinatura de contrato de exclusividade para potencial transação que possibilite a consolidação do setor

No dia 30 de Outubro de 2015, a Oi informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em 28 de outubro de 2015, após avaliar a proposta de exclusividade para potencial transação com o fim específico de possibilitar uma consolidação do setor de telecomunicações no mercado brasileiro envolvendo uma potencial combinação de negócios com a TIM Participações enviada pela L1 Technology e divulgada em Fato Relevante de 26 de outubro de 2015, enviou carta à L1 Technology contendo uma contraproposta de exclusividade, pela qual a Oi e a L1 Technology conceder-se-iam mutuamente um direito de exclusividade por um período de 07 meses contados a partir de 23 de outubro de 2015, com relação a combinações de negócios envolvendo companhias de telecomunicações ou ativos de telecomunicações no Brasil.

A Oi recebeu confirmação da L1 Technology de que concorda com todos os termos da contraproposta. Dessa forma, a Oi e a L1 Technology passam a estar vinculadas pela exclusividade pelo prazo de 7 meses contados de 23 de outubro de 2015.

Se concretizada a operação em construção, espera-se uma redução de alavancagem da Oi, tornando-a um player mais robusto, e a geração de importantes sinergias e ganho de escala, promovendo geração de valor para todos os acionistas. Uma potencial união da Oi com a TIM Participações deve resultar na constituição de um operador mais completo e bem posicionado, capaz de competir com players globais já instalados no País. O consumidor deverá ser beneficiado com o consequente fortalecimento da Companhia.

Para mais informações, por favor acesse o Fato Relevante:

http://ri.oi.com.br/oi2012/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=43085&conta=28&id=218612

Conversão voluntária de ações preferenciais em ações ordinárias

No dia 8 de Outubro de 2015, a Oi em continuidade ao Fato Relevante e ao Comunicado ao Mercado divulgados em 02 de outubro de 2015, bem como ao Aviso aos Acionistas de 02 de setembro de 2015, informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que o Conselho de Administração da Oi, em reunião realizada nesta data, homologou a conversão voluntária de ações preferenciais em ações ordinárias de emissão da Oi ("Conversão Voluntária de PNs"), aprovou a efetiva conversão das ações preferenciais objeto das manifestações de conversão na BM&FBovespa e no Banco do Brasil e aceitou as solicitações de conversão apresentadas por titulares de American Depositary Shares ("ADSs") representativos de ações preferenciais ("ADSs Preferenciais").

Após o encerramento do pregão do dia 09 de outubro de 2015, as ações ordinárias emitidas como resultado da Conversão Voluntária de PNs estavam disponíveis nas posições de custódia dos acionistas que manifestaram intenção de conversão e podendo ser negociadas por seus titulares na BM&FBovespa a partir de 13 de outubro de 2015. Os ADSs representativos das novas ações ordinárias resultantes da Oferta para Permuta relativa à Conversão Voluntária de PNs foram emitidos no dia 13 de outubro de 2015.

O Conselho de Administração da Oi também aprovou a convocação de assembleia geral extraordinária, para refletir a Conversão Voluntária de PNs no Estatuto Social da Companhia.

Com a conclusão da Conversão Voluntária de PNs, permanecem em circulação 155.915.486 ações preferenciais que não foram objeto de manifestações de conversão por titulares de ações preferenciais ou de aceitação da Oferta para Permuta por titulares de ADSs Preferenciais da Oi.



Informações Complementares

Para mais informações, por favor acesse os Comunicados ao Mercado:

http://ri.oi.com.br/oi2012/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=43085&conta=28&id=217881

http://ri.oi.com.br/oi2012/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=43085&conta=28&id=217701

Norma de listagem contínua da NYSE

No dia 13 de outubro de 2015, a Oi comunicou que no dia 14 de setembro de 2015, foi notificada pela Bolsa de Valores de Nova Iorque (New York Stock Exchange, Inc.) ("NYSE") de que não estava em conformidade com a norma de listagem contínua da NYSE que exige que o preço médio de fechamento de valores mobiliários listados de uma empresa não seja inferior a US\$ 1,00 por ação para qualquer período consecutivo de 30 dias de negociação.

Segundo as regras da NYSE, a Oi tem um período de seis meses a partir do recebimento da notificação da NYSE para voltar a cumprir a exigência de preço mínimo por ação. Durante o período de transição, os American Depositary Shares da Oi, cada um representativo de uma ação ordinária de emissão da Companhia ("ADSs Ordinários"), e os American Depositary Shares da Oi, cada um representativo de uma ação preferencial da Companhia ("ADSs Preferenciais"), continuarão a ser listados e negociados na NYSE, sujeitos ao cumprimento pela Companhia de outros requisitos de listagem contínua da NYSE.

A Oi tem a intenção de alterar os termos de seus ADSs Ordinários e ADSs Preferenciais, para aumentar o número de ações ordinárias e ações preferenciais da Companhia representadas pelos ADSs Ordinários e pelos ADSs Preferenciais, respectivamente, a fim de voltar a cumprir o requisito de preço mínimo de ação estabelecido pela NYSE. A Oi ainda não determinou as proporções aplicáveis de ações por ADS, mas pretende escolhê-las com a expectativa de permanecer em cumprimento com o requisito da NYSE de preço mínimo por ação no futuro próximo, após tais alterações. As alterações nos termos dos ADSs Ordinários e ADSs Preferenciais devem ser aprovadas pelo Conselho de Administração da Oi e pela Comissão de Valores Mobiliários. A Oi pretende implementar esta alteração de proporção antes de 14 de março de 2016.

Para mais informações, por favor acesse o Comunicado ao Mercado:

http://ri.oi.com.br/oi2012/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=43085&conta=28&id=217945

Rating de risco da Moody's

No dia 7 de Outubro de 2015, a Oi informou a seus acionistas e ao mercado em geral que a Moody's anunciou a revisão do *rating* de crédito atribuído à Companhia, diminuindo o *rating* de longo prazo na escala global de Ba1 para Ba3 e de certas obrigações da Companhia de Ba2 para B1. O *outlook* é negativo.

Para mais informações, por favor acesse o Comunicado ao Mercado:

http://ri.oi.com.br/oi2012/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=43085&conta=28&id=217824

Oi permanece, pelo 3º ano consecutivo, no índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI)

No dia 11 de Setembro de 2015, a Oi comunicou pelo terceiro ano consecutivo, que integra a carteira do índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI) da New York Stock Exchange, que reúne empresas com as melhores práticas de sustentabilidade em todo o mundo. O índice é revisado anualmente, com base em questionários respondidos pelas empresas, e em informações públicas disponíveis em relatórios anuais e websites de relações com investidores. A Oi permanece como a única empresa de telecomunicações do Brasil a integrar o índice na categoria de Mercados Emergentes.



Informações Complementares

A permanência da Oi no índice reflete o comprometimento da empresa com as ações de governança corporativa e sustentabilidade e é mais uma prova do compromisso da Oi com a transparência e as boas práticas de gestão. O DJSI é uma das referências mais importantes para instituições administradoras de recursos, que se baseiam no índice para tomar suas decisões de investimentos.

A Oi também é uma das dez empresas brasileiras que compõem o novo índice Euronext-Vigeo Emerging Markets 70, da bolsa de valores europeia Euronext. A Companhia integra também a carteira do Índice de Carbono Eficiente (ICO2) da BM&FBOVESPA.

Para mais informações, por favor acesse o Comunicado ao Mercado:

http://ri.oi.com.br/oi2012/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=43085&conta=28&id=217148



Informações Complementares

INSTRUÇÃO CVM 358, ART. 12: Acionistas controladores direta ou indiretamente e acionistas que elegem membros do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal, bem como qualquer outra pessoa física ou jurídica, ou grupo de pessoas, agindo como um grupo ou que representem os mesmos interesses, que atinge um interesse direto ou indireto representando cinco por cento (5%) ou mais de espécie ou classe de ações do capital de uma sociedade anônima de capital aberto, devem notificar a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da Companhia do fato, de acordo com o artigo acima.

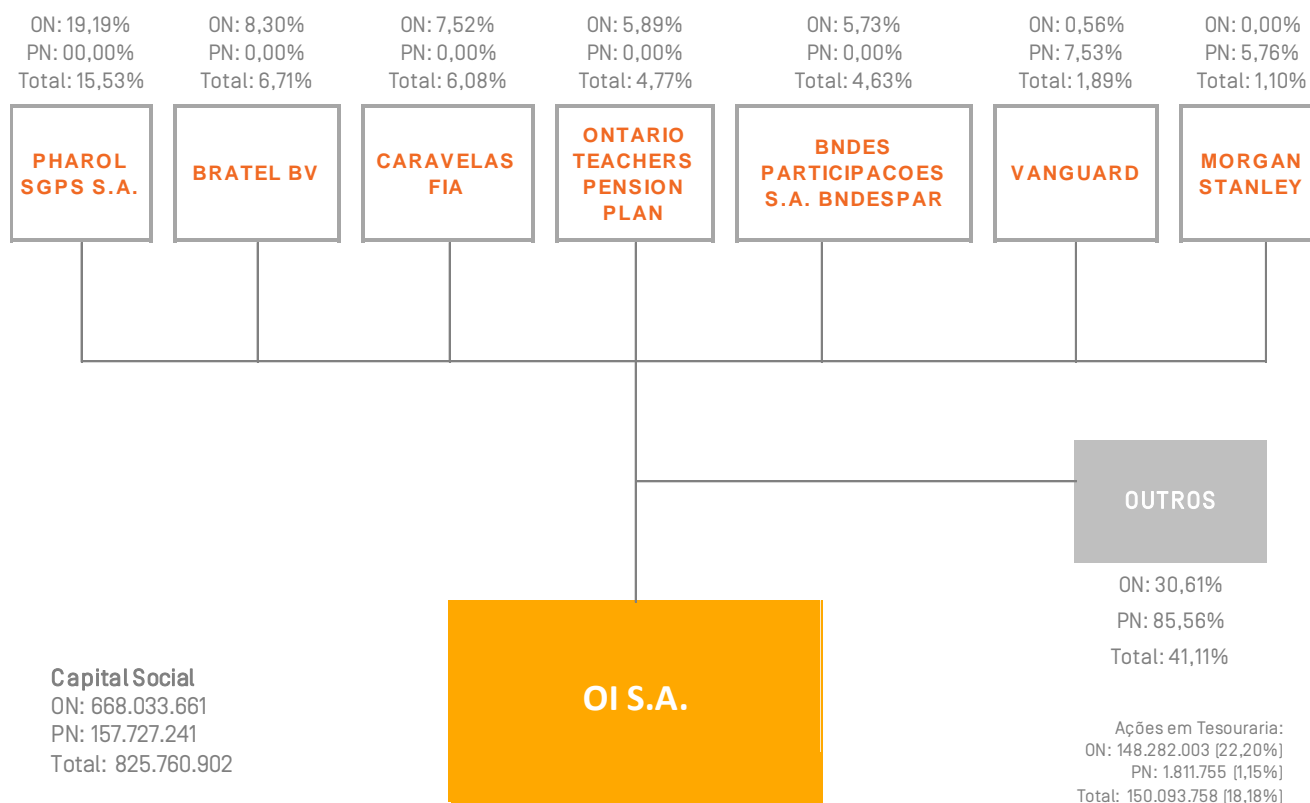
A Oi recomenda que seus acionistas cumpram com os termos do artigo 12 da Instrução CVM 358, mas não assume qualquer responsabilidade pela divulgação ou não de aquisições ou alienações de terceiros de interesse correspondentes a 5% ou mais de qualquer tipo ou classe de sua participação ou de direitos sobre essas ações ou outros valores mobiliários de sua emissão.

	Ações do Capital Social	Em Tesouraria	Em circulação ¹
Ordinárias	286.155.319	55.830.354	230.323.511
Preferenciais	572.316.691	102.150.550	470.162.296
Total	858.472.010	157.980.904	700.485.807

Posição acionária em 30/09/2015.

Obs: (1) As ações em circulação não consideram as ações detidas pelos membros do Conselho de Administração e da Diretoria.

Devido às últimas movimentações de participação acionária pós-conversão voluntária de ações preferencias em ordinárias concluída em 9 de outubro de 2015, segue abaixo estrutura acionária pública mais atual:



Obs: Os percentuais se referem a participação no capital social total da Companhia.



Detalhes da Audioconferência

Português

Data: Quinta, 12 de novembro de 2015
13h00 (Brasília) / 10h00 (NY) / 15h00 (UK)

Acesso: Fone: +55 (11) 2188-0155

Webcast: [Clique aqui](#)

Replay: +55 (11) 2188-0400
Disponível até 18/11/2015
Senha: Oi

Inglês

Data: Quinta, 12 de novembro de 2015
11h00 (Brasília) / 08h00 (NY) / 13h00 (UK)

Acesso: Fone: 1-877-883-0383 (EUA)
1-412-902-6506 (outros países)
Código: 9286525

Webcast: [Clique aqui](#)

Replay: 1-877-344-7529 (EUA)
1-412-317-0088 (outros países)
Disponível até 18/11/2015
Senha: 10074339



Disclaimer

Este relatório contempla informações financeiras e operacionais consolidadas da Oi S.A. e suas controladas diretas e indiretas em 30 de setembro de 2015 que, seguindo instrução da CVM, estão sendo apresentadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS).

No dia 02 de Junho de 2015, a Oi S.A. informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, após o cumprimento de todas as condições contratuais precedentes, foi efetivada a alienação pela Oi S.A. à Altice Portugal, S.A. ("Altice Portugal") da integralidade da participação societária detida pela Oi S.A. na PT Portugal SGPS, S.A. ("PT Portugal"), envolvendo substancialmente as operações conduzidas pela PT Portugal em Portugal e na Hungria. Para mais detalhes sobre o tratamento contábil e impacto nas demonstrações financeiras, acesse as Informações Trimestrais (ITRs) do período findo em 30 de junho de 2015.

A fim de proporcionar uma compreensão mais clara do desempenho da Companhia, foram apresentadas informações consolidadas pró-forma de indicadores operacionais, receitas, custos e despesas (EBITDA), depreciação/amortização e investimentos.

Em função da sazonalidade do setor de serviços de telecomunicações em seus resultados trimestrais, a Companhia irá focar a comparação dos seus resultados financeiros com o mesmo período do ano anterior.

Este relatório contém projeções e/ou estimativas de eventos futuros. As projeções aqui disponíveis foram preparadas de maneira criteriosa, considerando a atual conjuntura baseadas em trabalhos em andamento e suas respectivas estimativas. O uso dos termos "projeta", "estima", "antecipa", "prevê", "planeja", "espera", entre outros, pretende sinalizar possíveis tendências e declarações prospectivas que, evidentemente, envolvem incertezas e riscos, sendo que os resultados futuros podem diferir das expectativas atuais. Estas declarações baseiam-se em diversos pressupostos e fatores, inclusive nas condições econômicas, de mercado e do setor, além de fatores operacionais. Quaisquer alterações nesses pressupostos e fatores podem levar a resultados práticos diferentes das expectativas atuais. Não se deve confiar plenamente nessas declarações prospectivas.

Declarações prospectivas se aplicam somente à data em que foram preparadas, não se obrigando a Companhia a atualizá-las à luz de novas informações ou desenvolvimentos futuros. A Oi não se responsabiliza por operações que sejam realizadas ou por decisões de investimentos que sejam feitos com base nessas projeções e estimativas. As informações financeiras contidas neste documento não foram auditadas, e, portanto, podem diferir dos resultados finais.

Oi – Relações com Investidores

Marcelo Ferreira	55 (21) 3131-1314	marcelo.asferreira@oi.net.br
Cristiano Grangeiro	55 (21) 3131-1629	cristiano.grangeiro@oi.net.br

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas Explicativas

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Oi S.A. (“Companhia” ou “Oi”) é uma concessionária do STFC - Serviço Telefônico Fixo Comutado e atua desde julho de 1998 na Região II do PGO - Plano Geral de Outorgas, que abrange os estados brasileiros do Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Goiás, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além do Distrito Federal, na prestação do STFC nas modalidades local e de longa distância intra-regional. A partir de janeiro de 2004, a Companhia passou também a explorar os serviços de longa distância nacional e longa distância internacional em todas as Regiões e na modalidade local o serviço fora da Região II passou a ser ofertado a partir de janeiro de 2005. A prestação desses serviços é efetuada com base nas concessões outorgadas pela ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações, órgão regulador do setor brasileiro de telecomunicações.

A Companhia é sediada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, no bairro do Centro, na Rua do Lavradio, 71 – 2º andar.

A Companhia ainda possui: (i) através da subsidiária integral Telemar Norte Leste S.A. (“TMAR”) a concessão para prestação de serviços de telefonia fixa na Região I e serviço de LDI - Longa Distância Internacional em todo o território brasileiro; e (ii) através da controlada indireta Oi Móvel S.A. (“Oi Móvel”) a autorização para prestação de serviços de telefonia móvel nas Regiões I, II e III.

Os contratos de concessão do STFC nas modalidades local e longa distância nacional, firmados pela Companhia e sua controlada TMAR junto à ANATEL vão até 31 de dezembro de 2025. Estes contratos de concessão preveem revisões quinquenais e no geral possuem um maior grau de intervenção na gestão dos negócios do que os instrumentos de outorga relativos aos serviços prestados no regime privado, contendo ainda vários dispositivos de defesa dos interesses do consumidor, conforme percebido pelo órgão regulador.

A Companhia é registrada na CVM - Comissão de Valores Mobiliários e na SEC - “*Securities and Exchange Commission*” dos EUA, tendo suas ações negociadas na BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e negociando seus ADR’s - “*American Depositary Receipts*” na NYSE – “*New York Stock Exchange*”.

Em abril de 2014, no âmbito da operação de combinação de negócios e união das bases acionárias da Companhia e da Pharol SGPS S.A. (nova denominação da Portugal Telecom, SGPS, S.A. - “Pharol”), foi aprovado um aumento de capital da Companhia, o qual foi parcialmente integralizado mediante a conferência, pela Pharol, da totalidade das ações de emissão da PT Portugal SGPS, S.A. (“PT Portugal”).

Em 2 de junho de 2015 foi efetivada a venda da totalidade das ações da PT Portugal para a Altice Portugal S.A., envolvendo substancialmente as operações da PT Portugal em Portugal e na Hungria. Com a alienação, a Companhia manteve participações societárias nas seguintes subsidiárias que antes integravam o Grupo PT:

- (i) 100% das ações da PT Participações SGPS, S.A. (“PT Participações”) detentora das operações na África, através da Africatel Holdings BV (“Africatel”), e em Timor, através da Timor Telecom, S.A. (“Timor Telecom”);
- (ii) 100% das ações da Portugal Telecom International Finance B.V. (“PTIF”);

Notas Explicativas

- (iii) 100% das ações da CVTEL B.V. (“CVTEL”); e
- (iv) 100% das ações da Carrigans Finance S.à r.l (“Carrigans”).

Em 1 de setembro de 2015 e no âmbito da operação de reestruturação das bases acionárias da Oi, foi concluída a incorporação da Telemar Participações S.A. (“TmarPart”) pela Companhia.

Na África, a Companhia presta serviços de telefonia fixa e móvel e outros serviços de telecomunicações de forma indireta através da Africatel. A Companhia presta serviços na Namíbia, em Moçambique e São Tomé, entre outros países, principalmente através das suas empresas subsidiárias Mobile Telecommunications Limited (“MTC”), Listas Telefônicas de Moçambique (“LTM”) e Companhia Santomense de Telecomunicações, SARL (“CST”). Adicionalmente, a Africatel possui participação indireta de 25% na Unitel S.A. (“Unitel”) e de 40% na Cabo Verde Telecom, S.A. (“CVT”), as quais prestam serviços de telecomunicações em Angola e Cabo Verde.

Na Ásia, a Companhia presta serviços fixos, móveis e outros serviços de telecomunicações relacionados essencialmente através da sua subsidiária Timor Telecom.

A autorização para a conclusão da preparação destas Informações Trimestrais ocorreu na Reunião de Diretoria do dia 11 de novembro de 2015, após apreciadas na Reunião do Conselho de Administração do dia 11 de novembro de 2015.

União das bases acionárias da Oi e Pharol

Em 31 de março de 2015, no contexto da operação de união de bases acionárias da Oi, da TmarPart e da Pharol, anunciada em 2 de outubro de 2013 e objeto dos Fatos Relevantes de 20 de fevereiro de 2014 e 8 de setembro de 2014 (“Operação”), a Companhia divulgou um conjunto de operações e medidas alternativas com o intuito de antecipar os principais objetivos da Operação, com a adoção pela Oi das melhores práticas de governança corporativa exigidas nas normas do Novo Mercado da BM&FBOVESPA e a dispersão do direito de voto na Oi, mantendo-se o objetivo final de oportunamente implementar operação que resulte na migração das ações atualmente detidas pelos acionistas da Oi e, posteriormente, da Pharol, para o Novo Mercado (“Estrutura Alternativa”).

A Estrutura Alternativa consiste nas seguintes etapas: (i) simplificação da estrutura de capital da Companhia, incluindo a incorporação da TmarPart pela Oi (respectivamente, “Simplificação Societária” e “Incorporação”); (ii) aprovação de novo Estatuto Social da Companhia, refletindo a adoção pela Oi de elevados padrões de governança corporativa; (iii) a eleição de novo Conselho de Administração na Oi, com mandato até a Assembleia Geral que aprovar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social a findar em 31 de dezembro de 2017; e (iv) a conversão voluntária de ações preferenciais de emissão da Companhia por ações ordinárias, obedecendo-se, na conversão, a relação de troca 0,9211 ação ordinária para cada ação preferencial de emissão da Oi, já anteriormente divulgada para a incorporação das ações da Oi pela TmarPart e utilizada na precificação das ações de emissão da Oi no aumento de capital aprovado em abril de 2014 e integralizado em maio do mesmo ano (“Conversão Voluntária”).

Em 22 de julho de 2015, foi firmado pelos signatários dos acordos de acionistas controladores da Oi os termos de rescisão dos mesmos, os quais entraram em vigor no dia 31 de julho de 2015, data de publicação do primeiro anúncio de convocação da Assembleia Geral com vista à aprovação da simplificação societária. A rescisão dos acordos de acionistas resulta na inexistência de acionista controlador definido na Companhia.

Notas Explicativas

Em 30 de julho de 2015, o Conselho Diretor da ANATEL deferiu o pedido de Anuência Prévia, condicionada à comprovação da regularidade fiscal da Companhia, para a implementação da Estrutura Alternativa. Em 31 de agosto de 2015, foi comprovada a regularidade fiscal da Companhia, implementando-se a condição de eficácia prevista na Anuência Prévia. Dessa forma, em 1 de setembro de 2015, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Oi que deliberou, principalmente, sobre:

- (1) a Incorporação da TmarPart pela Oi e respectivo laudo de avaliação elaborado por empresa especializada;
- (2) a aprovação de novo estatuto social da Oi;
- (3) a eleição de novo Conselho de Administração na Oi, com mandato até a Assembleia Geral que aprovar as demonstrações financeiras do exercício social a findar em 31 de dezembro de 2017; e
- (4) a proposta e a abertura do prazo para a Conversão Voluntária, bem como seus termos e condições.

Com a aprovação da Incorporação em 1 de setembro de 2015, restou confirmada a rescisão dos acordos de acionistas da TmarPart.

Com relação à Conversão Voluntária, também aprovada na Assembleia Geral de Acionistas da Companhia realizada em 1 de setembro de 2015, abriu-se um prazo de 30 dias, até 1 de outubro de 2015, para que os acionistas detentores de ações preferenciais pudessem manifestar sua adesão. Encerrado o prazo de 30 dias, um total de 314.250.655 ações preferenciais da Companhia, ou 66,84% das ações preferenciais ex-tesouraria, foi objeto de manifestações de conversão por titulares de ações preferenciais, tendo sido atingida a adesão mínima de 2/3 de ações preferenciais ex-tesouraria a que estava sujeita a Conversão Voluntária.

No dia 8 de outubro de 2015, o Conselho de Administração da Companhia homologou a conversão voluntária de ações preferenciais em ações ordinárias de emissão da Oi, aprovou a efetiva conversão das ações preferenciais objeto das manifestações de conversão na BM&FBOVESPA e no Banco do Brasil e aceitou as solicitações de conversão apresentadas por titulares de ADSs Preferenciais. O Conselho de Administração da Companhia também aprovou a convocação de Assembleia Geral Extraordinária, para refletir a nova composição do capital social, decorrente da Conversão Voluntária, no Estatuto Social da Companhia. A referida Assembleia foi convocada no dia 13 de outubro de 2015, para ser realizada no dia 13 de novembro de 2015.

Em decorrência da incorporação, o acervo líquido a valor contábil da TmarPart incorporado pela Companhia foi de R\$ 122.412, sem alteração no número de ações emitidas e sem diluição dos atuais acionistas. A incorporação também resultou na transferência para o patrimônio líquido da Companhia de benefícios fiscais de ágios decorrentes de aquisições de participações da TmarPart e de seus controladores no montante de R\$ 1.511.010.

Como resultado da incorporação, os acionistas da TmarPart receberam ações de emissão da Companhia em igual quantidade àquelas detidas pela TmarPart imediatamente antes da incorporação, de forma que não houve diluição aos demais acionistas da Companhia.

Notas Explicativas

Aumento de capital da Companhia mediante integralização pela Pharol da totalidade das ações da PT Portugal

Em conformidade com o Fato Relevante divulgado pela Companhia em 20 de fevereiro de 2014 e com os contratos definitivos celebrados em 19 de fevereiro de 2014, que descreviam as etapas necessárias à implementação da Operação, foi deliberado nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia realizadas nos dias 28 e 30 de abril de 2014 o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 13.217.865 mediante oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, com a emissão para subscrição pública de 2.142.279.524 ações ordinárias, incluindo 396.589.982 ações ordinárias na forma de “*American Depository Shares*” (“ADSs”), e 4.284.559.049 ações preferenciais, incluindo 828.881.795 ações preferenciais na forma de ADSs.

Em 5 de maio de 2014, o Banco BTG Pactual S.A., na qualidade de Agente Estabilizador da Oferta Pública, exerceu parcialmente, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a opção de distribuição de 120.265.046 ações ordinárias e 240.530.092 ações preferenciais de emissão da Oi (“Ações Suplementares”), no montante de R\$ 742.035. Dessa forma, na referida data, o capital social da Companhia passou a ser de R\$ 21.431.109.

As ações foram emitidas pelo preço de R\$ 2,17 por ação ordinária e R\$ 2,00 por ação preferencial. As ações ordinárias na forma de ADSs (“ADSs ON”, cada qual representando uma ação ordinária) foram emitidas ao preço de US\$ 0,970 por ADS ON, e as ações preferenciais na forma de ADSs (“ADSs PN”, cada qual representando uma ação preferencial) foram emitidas ao preço de US\$ 0,894 por ADS PN.

Por fim, as ações emitidas foram integralizadas (i) pela Pharol em bens, por meio da contribuição à Companhia da totalidade das ações de emissão da PT Portugal, a qual detinha a totalidade dos (i.a) ativos operacionais da Pharol, exceto as participações direta ou indiretamente detidas na Companhia e na Contax Participações S.A. e (i.b) passivos da Pharol na data da contribuição, conforme considerados no Laudo de Avaliação elaborado pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (“Ativos PT”), aprovado em assembleia geral de acionistas da Companhia realizada em 27 de março de 2014; e (ii) à vista, em dinheiro, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional. Dessa forma, o aumento de capital da Companhia totalizou o valor bruto de R\$ 13,96 bilhões, incluindo os Ativos PT, que foram avaliados em R\$ 5,71 bilhões.

Reorganização societária do Grupo Oi Internet

Em 2 de fevereiro de 2015, dando continuidade ao processo de reorganização societária e patrimonial das sociedades controladas, direta ou indiretamente, pela Oi, iniciado em 2012, foram realizadas Assembleias Gerais Extraordinárias para deliberação sobre as incorporações da BrT Serviços de Internet S.A. (“BrTI”) e da Telemar Internet Ltda. (“Telemar Internet”) pela Oi Internet S.A. (“Oi Internet”), com a extinção das duas sociedades incorporadas.

A unificação das operações da BrTI e da Telemar Internet na Oi Internet, mediante a consolidação das atividades desenvolvidas por essas sociedades, trará consideráveis benefícios de ordem administrativa e econômica, com a redução de custos e geração de ganhos de sinergia.

Notas Explicativas

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a períodos apresentados nessas Informações Trimestrais, e têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia e suas controladas.

(a) Base de elaboração

As Informações Trimestrais da Companhia foram preparadas para o período findo em 30 de setembro de 2015 e estão de acordo com o IAS - “*International Accounting Standards*” nº 34 e com o pronunciamento técnico emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis nº 21 (R1) que tratam das demonstrações intermediárias.

O CPC 21 (R1) / IAS 34 requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As Informações Trimestrais foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros que são mensurados a valor justo.

Estas Informações Trimestrais não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas Demonstrações Financeiras anuais, portanto, devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, as quais foram preparadas de acordo com o IFRS – “*International Financial Reporting Standards*” e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Não houve mudanças nas práticas contábeis adotadas no período findo em 30 de setembro de 2015 em relação às aplicáveis em 31 de dezembro de 2014.

Com a alienação das ações da PT Portugal para a Altice, os resultados correspondentes da PT Portugal anteriormente consolidados e apresentados em cada uma das linhas da demonstração do resultado, do período findo em 30 de setembro de 2014, foram reclassificados para uma única linha de operações descontinuadas, conforme requerido pelo CPC 31 / IFRS 5.

Após 2 de julho de 2015, os ativos e passivos remanescentes da PT Portugal não alienados à Altice (Nota 1) passaram a ser consolidados integralmente pela Companhia em cada uma das linhas do balanço, com exceção dos ativos e passivos das operações na África que são consolidados e apresentados em única linha do balanço como ativos mantidos para venda, em resultado da expectativa e decisão da gestão de manter esses ativos e passivos em venda.

Moeda funcional e de apresentação

A Companhia e suas controladas atuam, principalmente, como operadoras no setor de telecomunicações no Brasil, África e Ásia e em atividades correlacionadas ao respectivo setor. Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da Companhia.

Para a definição da moeda funcional, a Administração considerou a moeda que influencia:

- o preço de venda de seus produtos e serviços;
- os custos dos serviços prestados e dos produtos vendidos;
- o fluxo de caixa pelo recebimento de clientes e pagamento a fornecedores;
- juros, investimentos e financiamentos.

Notas Explicativas

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando qualificadas como contabilidade de “*hedge*” (“*hedge accounting*”) e, portanto, diferidos no patrimônio líquido como operações de “*hedge*” de fluxo de caixa e operações de “*hedge*” de investimento líquido.

Empresas do grupo com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo, nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- os ativos e passivos são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço;
- receitas e despesas da demonstração do resultado são convertidas pelas taxas médias de câmbio;
- todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial";
- as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior e de empréstimos e outros instrumentos de moeda estrangeira designados como “*hedge*” desses investimentos são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda da venda; e
- ágio e ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

Em 30 de setembro de 2015 e 2014, os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Reais utilizando seguintes taxas de câmbio:

Moeda	Fechamento		Média	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	30/09/2014
Euro	4,4349	3,2270	4,3866	3,0088
Dólar Norte Americano	3,9729	2,6562	3,9065	2,3329

Consolidação das Informações Trimestrais

Em decorrência dos eventos societários ocorridos na Cabo Verde Telecom em 2015, a Companhia deixou de exercer todos os seus direitos previstos nos acordos de acionistas, nomeadamente a eleição da maioria dos membros do Conselho de Administração. Para efeitos contábeis a

Notas Explicativas

Companhia entende que deixaram de ser cumpridos os critérios para a existência de controle da Cabo Verde Telecom, tendo este investimento passado a ser registrado nas demonstrações financeiras consolidadas pelo Método da Equivalência Patrimonial em detrimento da Consolidação Integral.

(b) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Ao preparar as Informações Trimestrais, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos foram divulgadas nas Demonstrações Financeiras anuais da Companhia, acima mencionadas. No período findo em 30 de setembro de 2015, não houve mudança relevante nas estimativas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas.

Notas Explicativas

3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE RISCOS

3.1. Visão geral

A tabela abaixo demonstra, de forma resumida, nossos principais ativos e passivos financeiros em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

	Mensuração contábil	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		30/09/2015			
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Caixa e contas bancárias	Valor justo	139.213	139.213	536.469	536.469
Equivalentes de caixa	Valor justo	1.597.963	1.597.963	12.655.819	12.655.819
Aplicações financeiras	Valor justo	79.815	79.815	3.222.949	3.222.949
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	6.110.204	6.110.204	8.192.769	8.192.769
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	3.624.858	3.624.858		
Contas a receber (i)	Custo amortizado	2.413.740	2.413.740	8.045.006	8.045.006
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	Custo amortizado	882.818	882.818		
Ativos mantidos para venda					
Ativo financeiro disponível para venda da Unitel	Valor justo	5.888.112	5.888.112	5.888.112	5.888.112
Dividendos a receber da Unitel e demais ativos financeiros	Custo amortizado	2.333.006	2.333.006	2.333.006	2.333.006
Passivos					
Fornecedores (i)	Custo amortizado	1.425.699	1.425.699	4.429.909	4.429.909
Empréstimos e financiamentos					
Empréstimos e financiamentos (ii)	Custo amortizado	16.843.825	12.273.604	55.860.863	41.946.542
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	12.582.755	12.582.755		
Debêntures	Custo amortizado	5.097.148	5.104.469	4.238.130	4.218.788
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	1.671.528	1.671.528	1.749.881	1.749.881
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Custo amortizado	65.705	65.705	90.059	90.059
Autorizações e concessões a pagar (iii)	Custo amortizado			843.245	843.245
Programa de refinanciamento fiscal (iii)	Custo amortizado	490.312	490.312	808.586	808.586
Demais obrigações (Obrigação de compra de participação acionária) (iii)	Custo amortizado	403.601	403.601	403.601	403.601

Notas Explicativas

	Mensuração contábil	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2014			
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Caixa e contas bancárias	Valor justo	110.239	110.239	532.285	532.285
Equivalentes de caixa	Valor justo	243.845	243.845	1.916.921	1.916.921
Aplicações financeiras	Valor justo	42.902	42.902	282.700	282.700
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	2.255.460	2.255.460	3.221.481	3.221.481
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	3.151.856	3.151.856		
Contas a receber (i)	Custo amortizado	1.978.558	1.978.558	7.455.687	7.455.687
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	Custo amortizado	854.231	854.231		
Ativos mantidos para venda	Valor justo				
Ativo financeiro disponível para venda da Unitel	Valor justo	4.284.416	4.284.416	4.284.416	4.284.416
Dividendos a receber da Unitel e demais ativos financeiros	Custo amortizado	1.627.572	1.627.572	1.627.572	1.627.572
Passivos					
Fornecedores (i)	Custo amortizado	1.397.610	1.397.610	4.331.286	4.331.286
Empréstimos e financiamentos					
Empréstimos e financiamentos (ii)	Custo amortizado	16.036.198	15.779.521	28.072.519	27.534.247
Debêntures	Custo amortizado	8.605.234	8.364.946	7.776.876	7.513.867
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	571.836	571.836	666.922	666.922
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Custo amortizado	181.477	181.477	185.138	185.138
Autorizações e concessões a pagar (iii)	Custo amortizado	40.052	40.052	1.361.940	1.361.940
Programa de refinanciamento fiscal (iii)	Custo amortizado	519.917	519.917	990.230	990.230
Demais obrigações (Obrigação de compra de participação acionária) (iii)	Custo amortizado	408.978	408.978	408.978	408.978

(i) Os saldos de contas a receber e fornecedores têm seus vencimentos em curtíssimo prazo, portanto, não são ajustados a valor justo.

(ii) Parte do saldo de empréstimos e financiamentos com o BNDES, agências de crédito à exportação e outras partes relacionadas, correspondem a mercados exclusivos, sendo o valor justo destes instrumentos semelhante ao valor contábil. Parte do saldo de empréstimos e financiamentos estão relacionados aos “*Bonds*” emitidos no mercado internacional para os quais existe mercado secundário, sendo o valor justo diferente do valor contábil.

(iii) As autorizações e concessões a pagar, programa de refinanciamento fiscal e demais obrigações (obrigação de compra de participação acionária) não possuem mercado ativo, e por isso não são percebidos ajustes de valor justo.

Notas Explicativas

3.2. Valor justo dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas procederam a uma avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização (valor justo), utilizando informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. A utilização de diferentes hipóteses para apuração do valor justo pode ter efeito material nos valores obtidos.

(a) Instrumentos financeiros derivativos

O método utilizado para o cálculo do valor justo dos instrumentos derivativos foi o dos fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, descontados às taxas de mercado vigentes na data de encerramento do período findo em 30 de setembro de 2015.

(b) Instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo

Para títulos negociáveis em mercados ativos, o valor justo equivale ao valor da última cotação de fechamento disponível na data do encerramento do período multiplicado pelo número de títulos em circulação.

Para os demais contratos, a Companhia efetua uma análise das condições de contratação atuais com aquelas vigentes quando os mesmos se originaram. Quando as condições não são semelhantes, o valor justo é calculado através do desconto dos fluxos de caixa futuros pelas taxas de mercado vigentes na data de encerramento do período, e quando são, o valor justo é semelhante ao valor contábil na data de reporte.

(c) Hierarquia do valor justo

O CPC 46 / IFRS 13 define valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (“*nonperformance risk*”), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de “*input*” significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 — Os “*inputs*” são preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data da mensuração.

Nível 2 — Os “*inputs*” são diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1, sendo informações observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os

Notas Explicativas

“inputs” do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou “inputs” que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 — Os “inputs” para o ativo ou passivo não são baseados em variáveis observáveis de mercado. Esses “inputs” representam as melhores estimativas da Administração da Companhia, geralmente mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

Não ocorreram transferências entre níveis entre 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

	Hierarquia do valor justo	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		Valor justo	Valor justo	Valor justo	Valor justo
		30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Ativos					
Caixa e contas bancárias	Nível 1	139.213	110.239	536.469	532.285
Equivalentes de caixa	Nível 2	1.597.963	243.845	12.655.819	1.916.921
Aplicações financeiras	Nível 2	79.815	42.902	3.222.949	282.700
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	6.110.204	2.255.460	8.192.769	3.221.481
Ativos mantidos para venda (i)	Nível 3	5.888.112	4.284.416	5.888.112	4.284.416
Passivos					
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	1.671.528	571.836	1.749.881	666.922

(i) Refere-se ao valor justo do investimento financeiro de 25% do capital social da Unitel e classificado como mantido para venda (Nota 26). O valor justo deste investimento na data da aquisição foi estimado com base na avaliação efetuada pelo Banco Santander (Brasil), o qual recorreu a diversas estimativas e pressupostos, incluindo previsões de fluxos de caixa para um período de quatro anos, a escolha de uma taxa de crescimento para extrapolar as projeções de fluxo de caixa e a definição de taxas de desconto adequadas. A Companhia monitora e atualiza periodicamente os principais pressupostos e estimativas relevantes, bem como considera dentre outros os eventos mencionados no item 3.4.5 (“Riscos relacionados à participação detida na Unitel”). No final de setembro e outubro de 2015 ocorreu um conjunto de eventos, principalmente a abertura de processos judiciais da PT Ventures contra a Unitel e seus sócios. Estes eventos são recentes e envolvem matérias e julgamentos complexos, não tendo a Companhia avaliado completamente os seus efeitos e impactos na valorização do investimento da Unitel. Em 30 de setembro de 2015, a Companhia não considerou estes eventos na valorização do investimento da Unitel e tão logo sejam mensurados esses efeitos a Companhia irá refletir os mesmos nas demonstrações financeiras.

3.3. Mensuração dos ativos e passivos financeiros pelo custo amortizado

Na avaliação efetuada para fins de ajuste a valor presente dos ativos e passivos financeiros mensurados pelo método de custo amortizado, não foi constatada a aplicabilidade deste ajuste, destacando-se as seguintes razões:

- Contas a receber: curtíssimo prazo de vencimento das faturas. No caso dos dividendos a receber da Unitel não foram ainda avaliados os efeitos da contestação judicial apresentada pela PT Ventures contra a Unitel, considerando que esse evento é recente e envolve matérias e julgamentos complexos.
- Fornecedores, dividendos e juros sobre o capital próprio: curto prazo para liquidação de todas as obrigações.

Notas Explicativas

- Empréstimos e financiamentos e valores a receber e a pagar com partes relacionadas: todas as transações são atualizadas monetariamente pelos índices contratuais.
- Autorizações e concessões a pagar, programa de refinanciamento fiscal e demais obrigações (Obrigação de compra de participação acionária): todas as obrigações são atualizadas monetariamente pelos índices contratuais.

3.4. Administração do risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a uma variedade de riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco de alterações na moeda, risco de taxa de juros sobre valor justo, risco de taxa de juros sobre fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia e suas controladas usam instrumentos financeiros derivativos para proteger-se de certas exposições a estes riscos.

O gerenciamento de risco é realizado pela diretoria de tesouraria da Companhia, de acordo com as políticas aprovadas pela Administração.

As Políticas de “*Hedge*” e Aplicações Financeiras, aprovadas pelo Conselho de Administração, formalizam a gestão de exposição a fatores de risco de mercado, liquidez e crédito gerados pelas operações financeiras das empresas do Grupo Oi.

De acordo com a Política de “*Hedge*”, os riscos de mercado são identificados com base nas características das operações financeiras contratadas e a contratar no ano fiscal em questão. Diversos cenários de cada um dos fatores de risco são então simulados através de modelos estatísticos, servindo de base para mensuração de impactos sobre o resultado financeiro do Grupo. Com base em tal análise, a Diretoria acorda anualmente com o Conselho de Administração, a Diretriz de Risco a ser seguida em cada ano fiscal. A Diretriz de Risco é equivalente ao pior impacto esperado do resultado financeiro sobre o lucro líquido do Grupo, com 95% de confiança. Para o devido gerenciamento de riscos de acordo com a Diretriz de Risco, a área de tesouraria poderá contratar instrumentos de proteção, incluindo operações de derivativos como “*swaps*” e termo de moedas. A Companhia e suas controladas não utilizam derivativos para outros fins.

Com a aprovação das Políticas, foi criado o Comitê de Gestão de Riscos Financeiros, que se reúne mensalmente, e atualmente é composto pelo Diretor Presidente, Diretor de Finanças, Diretor de Planejamento Executivo, Diretor de Desenvolvimento e Gestão de Novos Negócios, Diretor Tributário, Diretor de Controladoria e Diretor de Tesouraria e acompanhado pelo Diretor de Auditoria Interna.

De acordo com as suas naturezas, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, avaliar o potencial desses riscos.

3.4.1. Risco de mercado

(a) Risco de taxa de câmbio

Ativos financeiros

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda estrangeira são mantidos, basicamente, em títulos emitidos por instituições financeiras no exterior, semelhantes aos

Notas Explicativas

Certificados de Depósito Bancário (CDBs), negociados no Brasil (“*time deposits*”) e depósitos a prazo em Euros e em Dólares dos Estados Unidos da América (“Dólar” ou “Dólares”).

O risco vinculado a esses ativos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam diminuir os saldos dos mesmos quando convertidos em Reais. Os ativos da Companhia e de suas controladas sujeitos a esse risco representam cerca de 82,38% (31/12/2014 – 11,41%) do total das disponibilidades que compreendem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Investimento líquido em controladas no exterior

Os riscos relacionados com os investimentos da Companhia em moeda estrangeira surgem, substancialmente, em razão dos investimentos nas controladas da África. A Companhia não tem qualquer instrumento contratado para cobertura de risco associado aos investimentos líquidos em empresas estrangeiras.

Análise de sensibilidade de risco cambial

A Administração estimou o impacto da desvalorização hipotética do Euro e do Dólar em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente, como apresentado a seguir:

Descrição	Taxa	
	30/09/2015	Desvalorização
<i>Cenário Provável</i>		
Dólar	3,97290	0%
Euro	4,43490	0%
<i>Cenário Possível</i>		
Dólar	2,97968	25%
Euro	3,32618	25%
<i>Cenário Remoto</i>		
Dólar	1,98645	50%
Euro	2,21745	50%

CONSOLIDADO				
30/09/2015				
Descrição	Risco	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
	individual			
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	149.654	112.240	74.827
Caixa em Euro	Queda do Euro	13.372.485	10.029.379	6.686.242
Total vinculado a taxas de câmbio		13.522.139	10.141.619	6.761.069

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos contratados ou indexados à moeda estrangeira. O risco vinculado a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os saldos dos mesmos. Os empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas controladas sujeitos a esse risco representam cerca de 77,6% (31/12/2014 – 41,7%) do total dos passivos de empréstimos e financiamentos, desconsideradas as operações de proteção cambial contratadas. Para minimizar esse tipo de risco, são contratadas operações de proteção cambial junto a instituições financeiras. Da parcela da dívida consolidada da Oi em moeda estrangeira 98,4% (31/12/2014 – 100,0%) está coberta por operações de proteção nas modalidades “*swap*” cambial, termo em moeda e aplicações em moeda estrangeira.

Notas Explicativas

Adicionalmente, com a conclusão da alienação da PT Portugal, em 2 de junho de 2015, grande parte dos recursos recebidos pela Companhia estão referenciados em Euros, o que por si só funciona como um “*hedge*” natural às dívidas que foram mantidas na estrutura consolidada da Oi pós venda. Os efeitos positivos ou negativos não realizados nas operações de proteção são mensurados a valor justo conforme descrito no item 3.2 (a) acima.

Esses ativos e passivos financeiros estão assim representados no balanço:

	CONTROLADORA			
	30/09/2015		31/12/2014	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Caixa e contas bancárias	7.720	7.720		
Equivalentes de caixa	26.841	26.841	32.007	32.007
Aplicações financeiras	45.673	45.673	4.885	4.885
Instrumentos financeiros derivativos	6.110.204	6.110.204	2.254.133	2.254.133
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	14.142.925	14.142.925	7.630.336	7.630.336
Instrumentos financeiros derivativos	1.138.008	1.138.008	338.193	338.193

	CONSOLIDADO			
	30/09/2015		31/12/2014	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Caixa e contas bancárias	168.033	168.033	26.759	26.759
Equivalentes de caixa	10.293.549	10.293.549	198.047	198.047
Aplicações financeiras	3.060.557	3.060.557	86.807	86.807
Instrumentos financeiros derivativos	7.783.186	7.783.186	3.025.464	3.025.464
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	46.605.640	46.605.640	14.781.242	14.781.242
Instrumentos financeiros derivativos	1.210.378	1.210.378	425.784	425.784

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos estão resumidos a seguir:

	Derivativos designados para contabilidade de “ <i>Hedge</i> ”		
	CONTROLADORA		
	Vencimento (anos)	Valor justo	
		Valores a (pagar)/ a receber	
	30/09/2015	31/12/2014	
Contratos de “ <i>swap cross currency</i> ” US\$/R\$	3,5 - 8,4	3.227.839	1.137.439
Contratos de “ <i>swap cross currency</i> ” US\$/Pré	5,0	744.686	649.293
Contratos de “ <i>swap cross currency</i> ” EUR/R\$	2,2 – 4,6	(636)	
Contratos de “ <i>Non Deliverable Forward</i> ” EUR/R\$ (NDF)	< 1 ano		23.524

Notas Explicativas

	Derivativos designados para contabilidade de “Hedge”		
	CONSOLIDADO		
	Vencimento (anos)	Valor justo	
		Valores a (pagar)/ a receber	
	30/09/2015	31/12/2014	
Contratos de “swap cross currency” US\$/R\$	0,4 - 8,4	4.815.896	1.816.206
Contratos de “swap cross currency” US\$/Pré	5,0	744.686	649.293
Contratos de “swap cross currency” EUR/R\$	2,2 – 4,6	(636)	
Contratos de “Non Deliverable Forward” EUR/R\$ (NDF)	< 1 ano		23.524

	Derivativos não designados para contabilidade de “Hedge”		
	CONTROLADORA		
	Vencimento (anos)	Valor justo	
		Valores a (pagar)/ a receber	
	30/09/2015	31/12/2014	
Contratos de “Non Deliverable Forward” US\$/R\$ (NDF)	< 1 ano	337.230	95.577
Contratos de “Non Deliverable Forward” EUR /R\$ (NDF)	< 1 ano	648.957	10.107
Contratos de Opção (PUT USD /R\$)	3,6 - 5,1	14.120	

	Derivativos não designados para contabilidade de “Hedge”		
	CONSOLIDADO		
	Vencimento (anos)	Valor justo	
		Valores a (pagar)/ a receber	
	30/09/2015	31/12/2014	
Contratos de “swap cross currency” US\$/R\$	0,3	66.612	24.122
Contratos de “swap cross currency” R\$/US\$	0,3	(57.570)	(31.290)
Contratos de “Non Deliverable Forward” US\$/R\$ (NDF)	< 1 ano	340.743	107.718
Contratos de “Non Deliverable Forward” EUR /R\$ (NDF)	< 1 ano	648.957	10.107
Contrato de Opção (PUT USD /R\$)	3,6 - 5,1	14.120	

As operações de proteção cambial, contratadas junto às instituições financeiras com o objetivo de minimizar o risco cambial são principalmente:

Contratos de “cross currency swap” (“plain vanilla”)

US\$/R\$: Referem-se a operações de “swap” cambial para proteger os pagamentos das dívidas contratadas em Dólar. Nestes contratos, a posição ativa é em Dólar acrescida de taxa pré-fixada ou de LIBOR americana mais taxa pré-fixada e a posição passiva é um percentual do CDI ou taxa pré-fixada em Reais. O principal risco de perdas na ponta ativa destes instrumentos está na variação cambial do Dólar, porém estas possíveis perdas seriam integralmente compensadas pelos fluxos dos vencimentos das dívidas em Dólar.

R\$/US\$: Referem-se a operações de “swap” cambial para reverter contratos de “swap”. Nestes contratos, a posição passiva é em Dólar acrescida de taxa pré-fixada e a posição ativa é um percentual do CDI. O principal risco de perdas na ponta passiva destes instrumentos está na

Notas Explicativas

variação cambial do Dólar, porém estas possíveis perdas seriam integralmente compensadas pelos fluxos dos vencimentos dos “swaps” em Dólar revertidos.

Contratos de NDF - “Non Deliverable Forward”

US\$/R\$: Referem-se a operações de compra de Dólar futuro via instrumentos de NDF no intuito de se proteger de uma depreciação do Real frente àquela moeda. A estratégia principal com estas contratações é fixar a variação cambial para o período contratado, mitigando assim variações desfavoráveis contra dívidas em Dólar. No intuito de alongar o período de proteção, existe a possibilidade de rolar tais instrumentos, através da venda de Dólar para o período equivalente ao NDF de curto prazo já existente em carteira, com a simultânea compra de Dólar para posições mais longas.

Euro/R\$: Referem-se a operações de compra de Euro futuro via instrumentos de NDF no intuito de se proteger de uma depreciação do Real frente àquela moeda. A estratégia principal com estas contratações é fixar a variação cambial para o período contratado, mitigando assim variações desfavoráveis contra dívidas em Euros. No intuito de alongar o período de proteção, existe a possibilidade de rolar tais instrumentos, através da venda de Euro para o período equivalente ao NDF de curto prazo já existente em carteira, com a simultânea compra de Euro para posições mais longas.

Contrato de Opções (“Put”)

Refere-se a operações de compra de opção de venda de US\$, referente a parcela de principal da dívida, no intuito de se proteger de uma valorização do Real frente àquela moeda. A estratégia principal com estas contratações é fixar um limite inferior a variação cambial, a um grupo de “swaps”, para o período contratado, mitigando assim variações desfavoráveis na ponta ativa destes derivativos.

Em 30 de setembro de 2015 e de 2014, foram registrados em resultados financeiros as operações de instrumentos financeiros derivativos nos montantes apresentados abaixo (vide Nota 6):

	Períodos de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
Ganho (perda) com “swap” cambial	3.069.321	559.109	3.893.213	799.631
Operações de termo em moedas	1.814.659	222.796	1.845.275	241.614
Opções	(548)		(548)	
Total	4.883.432	781.905	5.737.940	1.041.245

	Períodos de nove meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
Ganho (perda) com “swap” cambial	4.192.145	60.782	5.390.142	56.415
Operações de termo em moedas	2.031.181	(319.870)	2.109.579	(396.888)
Opções	(9.015)		(9.015)	
Total	6.214.311	(259.088)	7.490.706	(340.473)

Notas Explicativas

E foram registradas em outros resultados abrangentes as movimentações abaixo referentes aos “hedges” cambiais designados para fins de contabilidade de “hedge”:

Quadro da movimentação dos efeitos de contabilidade de “hedge” em outros resultados abrangentes		
	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2014	165.085	165.085
Resultado dos “hedges” designados	(1.265.599)	(1.456.473)
Transferência da porção inefetiva ao resultado	(760)	(9.742)
Amortização dos “hedges” ao resultado pela taxa efetiva	6.139	5.942
Tributos diferidos sobre contabilidade de “hedge”	428.474	496.493
“Hedge” reflexo de controlada	(132.034)	
Saldo em 30/09/2015	(798.695)	(798.695)

(a.1) Análise de sensibilidade de risco cambial

Na data de encerramento do período findo em 30 de setembro de 2015, a Administração estimou cenários de desvalorização do Real frente a outras moedas no encerramento do período. Para o cenário provável, foram utilizadas as taxas de câmbio de fechamento de setembro de 2015. As taxas prováveis foram então desvalorizadas em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente, como apresentado a seguir:

Descrição	Taxa	
	30/09/2015	Desvalorização
<i>Cenário Provável</i>		
Dólar	3,97290	0%
Euro	4,43490	0%
<i>Cenário Possível</i>		
Dólar	4,96613	25%
Euro	5,54363	25%
<i>Cenário Remoto</i>		
Dólar	5,95935	50%
Euro	6,65235	50%

Em 30 de setembro de 2015, a Administração estimou o fluxo de pagamentos de juros e principal de suas dívidas vinculadas a taxas de câmbio com base nas taxas de juros vigentes na data de encerramento deste período e nas taxas de câmbio apresentadas acima.

Os efeitos de exposição cambial, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados na tabela a seguir:

CONTROLADORA				
30/09/2015				
Descrição	Risco individual	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	11.685.967	14.607.459	17.528.951
Derivativos (Posição Líquida - USD)	Queda do Dólar	(16.701.724)	(20.877.155)	(25.052.586)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(30.825)	(38.531)	(46.238)
Dívidas em Euro	Alta do Euro	2.714.508	3.393.135	4.071.762
Derivativos (Posição Líquida - Euro)	Queda do Euro	(11.866.349)	(14.832.936)	(17.799.524)
Caixa em Euro	Queda do Euro	(49.408)	(61.760)	(74.112)
Total vinculado a taxas de câmbio		(14.247.831)	(17.809.788)	(21.371.747)

Notas Explicativas

CONSOLIDADO				
30/09/2015				
Descrição	Risco individual	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	21.668.546	27.085.683	32.502.819
Derivativos (Posição Líquida - USD)	Queda do Dólar	(20.902.044)	(26.127.555)	(31.353.066)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(149.654)	(187.068)	(224.481)
Dívidas em Euro	Alta do Euro	25.398.152	31.747.690	38.097.228
Derivativos (Posição Líquida - Euro)	Queda do Euro	(11.866.349)	(14.832.936)	(17.799.524)
Caixa em Euro	Queda do Euro	(13.372.485)	(16.715.606)	(20.058.728)
Total vinculado a taxas de câmbio		776.166	970.208	1.164.248

(b) Risco de taxa de juros

Ativos financeiros

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda local são mantidos, substancialmente, em fundos de investimento, geridos exclusivamente para Companhia e suas controladas, e aplicações em títulos privados, emitidos por instituições financeiras de primeira linha.

O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem queda nessas taxas e, conseqüentemente, na remuneração desses ativos.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos sujeitos a taxa de juros flutuantes com base na TJLP e no CDI, no caso das dívidas expressas em Reais, da LIBOR no caso da dívida expressa em Dólares e EURIBOR, no caso da dívida expressa em Euros.

Em 30 de setembro de 2015, aproximadamente 30,7% (31/12/2014 – 60,3%) da dívida consolidada contratada, excluindo o saldo de ajuste proveniente das operações de derivativos, estava sujeita a taxas de juros flutuantes. Após as operações de derivativos, cerca de 53,5% (31/12/2014 – 79,4%) da dívida consolidada estava sujeita a taxas de juros flutuantes. A exposição mais relevante a taxa de juros para o endividamento da Companhia e de suas controladas após operações de “*hedge*” é o CDI. Portanto uma elevação sustentada desta taxa impactaria negativamente os pagamentos futuros de juros e ajustes de “*hedge*”.

Há um monitoramento contínuo das taxas de mercado com o propósito de avaliar a eventual contratação de instrumentos para proteção contra a variação dessas taxas.

Notas Explicativas

Esses ativos e passivos estão assim representados no balanço:

	CONTROLADORA			
	30/09/2015		31/12/2014	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativos financeiros				
Equivalentes de caixa	1.571.122	1.571.122	211.838	211.838
Aplicações financeiras	34.142	34.142	38.017	38.017
Créditos com partes relacionadas	3.624.858	3.624.858	3.151.856	3.151.856
Instrumentos financeiros derivativos			1.327	1.327
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	22.049.938	22.049.938	12.986.020	12.986.020
Instrumentos financeiros derivativos	533.520	533.520	233.643	233.643

	CONSOLIDADO			
	30/09/2015		31/12/2014	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativos financeiros				
Equivalentes de caixa	2.362.270	2.362.270	1.718.874	1.718.874
Aplicações financeiras	162.392	162.392	195.893	195.893
Instrumentos financeiros derivativos	409.583	409.583	196.017	196.017
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	16.517.972	16.517.972	17.722.928	17.722.928
Instrumentos financeiros derivativos	539.503	539.503	241.138	241.138

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção das taxas de juros flutuantes da dívida estão resumidos a seguir:

	Derivativos designados para contabilidade de "Hedge"		
	CONTROLADORA		
	Vencimento (anos)	Valor justo	
		Valores a (pagar)/ a receber	
	30/09/2015	31/12/2014	
Contratos de "swap" Pré/DI	5,0	(123.938)	(37.626)

	Derivativos designados para contabilidade de "Hedge"		
	CONSOLIDADO		
	Vencimento (anos)	Valor justo	
		Valores a (pagar)/ a receber	
	30/09/2015	31/12/2014	
Contratos de "swap" Pré/DI	5,0	(123.938)	(37.627)
Contratos de "swap" US\$ LIBOR/US\$ Pré	< 1 ano		(1.413)

	Derivativos não designados para contabilidade de "Hedge"		
	CONTROLADORA		
	Vencimento (anos)	Valor justo	
		Valores a (pagar)/ a receber	
	30/09/2015	31/12/2014	
Contratos de "swap" US LIBOR/US\$ Pré	6,3	(409.582)	(194.690)

Notas Explicativas

	Derivativos não designados para contabilidade de “Hedge”		
	CONSOLIDADO		
	Vencimento (anos)	Valor justo	
		Valores a (pagar)/ a receber	
	30/09/2015	31/12/2014	
Contratos de “swap” US\$ LIBOR/US\$ Pré	0,3 - 6,3	(415.565)	(200.771)
Contratos de “swap” US\$ Pré/US\$ LIBOR	6,3	409.583	194.690

As operações de proteção contratadas junto às instituições financeiras com o objetivo de minimizar o risco de taxa de juros são principalmente:

Contratos de “swap” de taxa de juros

US\$ LIBOR/US\$ Pré: Referem-se a operações de “swap” de taxa de juros para proteger os pagamentos das dívidas contratadas em Dólar com taxas flutuantes. Nestes contratos, a posição ativa é em LIBOR de Dólar e a posição passiva é em taxa pré-fixada. O risco de perdas na ponta ativa destes instrumentos está, portanto, na flutuação da LIBOR de Dólar, porém estas possíveis perdas seriam integralmente compensadas pelos fluxos dos vencimentos das dívidas em Dólar, indexadas a LIBOR.

US\$ Pré/US\$ LIBOR: Refere-se a operação de “swap” de taxa de juros para trocar os pagamentos da dívida contratada em Dólar com taxa pré-fixada para pós fixada. Neste contrato, a posição ativa é pré-fixada de Dólar e a posição passiva é em taxa LIBOR, com o objetivo de baratear o custo da dívida lastro, dentro da estratégia de gestão do passivo oneroso da Companhia.

R\$ Pré/CDI: Referem-se a operações de “swap” de taxa de juros para conversão de uma posição de “swap” cambial passivo pré-fixado em R\$ para passivo em % DI. Esta operação visa trocar o lastro cambial de determinada dívida em US\$ para uma posição flutuante em DI, anulando o efeito da ponta pré-fixada presente na estrutura.

Em 30 de setembro de 2015 e de 2014, foram registrados em resultado de operações de instrumentos financeiros derivativos nos montantes apresentados abaixo: (vide Nota 6).

	Períodos de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
Ganho (perda) com “swap” taxa de juros	(292.529)	(23.636)	(7.180)	(45.646)
Total	(292.529)	(23.636)	(7.180)	(45.646)

	Períodos de nove meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
Ganho (perda) com “swap” taxa de juros	(364.904)	(65.082)	(37.895)	(20.528)
Total	(364.904)	(65.082)	(37.895)	(20.528)

Notas Explicativas

E foram registradas em outros resultados abrangentes as movimentações abaixo referentes aos “*hedges*” de taxa de juros designados para fins de contabilidade de “*hedge*”:

Quadro da movimentação dos efeitos de contabilidade de “ <i>hedge</i> ” em outros resultados abrangentes		
	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2014	(41.442)	(41.442)
Resultado dos “ <i>hedges</i> ” designados	(79.733)	(79.277)
Transferência da porção inefetiva ao resultado	42	42
Amortização dos “ <i>hedges</i> ” ao resultado pela taxa efetiva	3.368	2.191
Tributos diferidos sobre contabilidade de “ <i>hedge</i> ”	25.950	26.195
“ <i>Hedge</i> ” reflexo de controlada	(476)	
Saldo em 30/09/2015	(92.291)	(92.291)

(b.1) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A Administração considera que o risco mais relevante de variações nas taxas de juros advém do passivo vinculado à TJLP, à LIBOR USD e, principalmente, ao CDI. O risco está associado à elevação dessas taxas.

Na data de encerramento do período findo em 30 de setembro de 2015, a Administração estimou cenários de variação nas taxas CDI, TJLP, e LIBOR USD. Para o cenário provável, foram utilizadas as taxas vigentes na data de encerramento do período. Tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente. Cabe ressaltar, que, a partir de janeiro de 2015, a TJLP subiu de 5,0% a.a. para 5,5% a.a., posteriormente, entre 1 de abril até 30 junho de 2015 subiu para 6,0% e, entre 1 de julho e 30 de setembro de 2015 manteve-se em 6,5%. Antes do encerramento do trimestre, o Conselho Monetário Nacional havia decidido por nova elevação desta taxa, desta vez para 7,0% a.a., em vigor a partir de 1 de outubro até 31 de dezembro de 2015.

30/09/2015								
Cenários de taxas de juros								
Cenário provável			Cenário possível			Cenário remoto		
CDI	TJLP	USD LIBOR 6M	CDI	TJLP	USD LIBOR 6M	CDI	TJLP	USD LIBOR 6M
14,13	6,50	0,5340	17,66	8,13	0,6675	21,20	9,75	0,8010

Em 30 de setembro de 2015, a Administração estimou os fluxos futuros de pagamentos de juros de suas dívidas vinculadas ao CDI, à TJLP, e à LIBOR USD com base nas taxas de juros apresentadas acima. Não foram considerados fluxos de dívidas contratadas entre empresas do Grupo Oi.

A análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos em datas futuras. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo, ou ainda, ao valor presente desses passivos. O valor justo desses passivos, mantendo-se o risco de crédito da Companhia inalterado, não seria impactado em caso de variações nas taxas de juros, tendo em vista que as taxas utilizadas para levar os fluxos a valor futuro seriam as mesmas que trariam os fluxos a valor presente.

Notas Explicativas

Os efeitos de exposição a taxa de juros, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados nas tabelas a seguir:

CONTROLADORA				
30/09/2015				
Operação	Risco individual	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Dívidas em CDI	Alta do CDI	1.759.478	2.117.619	2.472.605
Derivativos (Posição Líquida - CDI)	Alta do CDI	9.188.646	11.319.317	13.429.963
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	227.706	269.421	312.947
Dívidas em US LIBOR	Alta da US LIBOR	161.811	170.796	179.782
Derivativos (Posição Líquida - LIBOR)	Queda da US LIBOR	(1.445.926)	(1.498.944)	(1.551.961)
Total vinculado a taxas de juros		9.891.715	12.378.209	14.843.336

CONSOLIDADO				
30/09/2015				
Operação	Risco individual	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Dívidas em CDI	Alta do CDI	2.469.990	2.953.681	3.432.206
Derivativos (Posição Líquida - CDI)	Alta do CDI	9.871.859	12.148.026	14.401.808
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	973.304	1.152.410	1.339.191
Dívidas em US LIBOR	Alta da US LIBOR	293.574	309.691	325.806
Derivativos (Posição Líquida - LIBOR)	Queda da US LIBOR	(191.008)	(202.504)	(214.000)
Total vinculado a taxas de juros		13.417.719	16.361.304	19.285.011

3.4.2. Risco de crédito

A concentração do risco de crédito associado às contas a receber de clientes não é relevante em função da pulverização da carteira. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face à eventuais perdas nas suas realizações.

As operações com instituições financeiras (aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos) são distribuídas em instituições de primeira linha, evitando risco de concentração. O risco de crédito das aplicações financeiras é avaliado através do estabelecimento de limites máximos de aplicação nas contrapartes, considerando os “ratings” publicados pelas principais agências de risco internacionais para cada uma destas contrapartes. Em 30 de setembro de 2015, aproximadamente 99,52% das aplicações financeiras consolidadas estavam em contrapartes de “rating” AAA, AA, A e de risco soberano.

A Companhia possui riscos de crédito relativos a dividendos a receber associados ao investimento na Unitel. Os riscos de créditos associados a esses dividendos a receber da Unitel são detalhados no item 3.4.5 (Riscos relacionados à participação detida na Unitel).

3.4.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade da Companhia não honrar com as suas obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado. A Administração utiliza seus recursos principalmente para custear gastos de capital para expansão e modernização de rede, investir em novos negócios, pagar dividendos e refinar dívidas.

Notas Explicativas

As condições são atendidas com fluxo de caixa gerado internamente, dívidas de curto e longo prazos e financiamentos externos. Estas origens de recursos somadas à forte posição financeira da Companhia continuarão a permitir o cumprimento dos requisitos de capital estabelecidos.

O Grupo Oi possui duas linhas de crédito rotativo, o que aumenta a liquidez no curto prazo e possibilita maior eficiência da gestão do caixa, sendo consistente com o seu foco estratégico na redução do custo do capital. As linhas de crédito rotativo foram contratadas em novembro de 2011 e em dezembro de 2012 junto a sindicatos compostos por diversos bancos comerciais globais.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados, quando aplicável:

	CONTROLADORA				
	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre quatro e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 30 de setembro de 2015					
Empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos (i)	2.849.951	9.627.027	16.604.751	713.608	29.795.337
Debêntures (i)	773.428	3.386.174	1.885.345		6.044.947
Fornecedores (ii)	226.140				226.140
Programa de refinanciamento fiscal (iv)	13.495	161.937	107.958	206.922	490.312

	CONSOLIDADO				
	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre quatro e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 30 de setembro de 2015					
Empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos (i)	11.367.438	23.528.789	17.236.669	10.910.625	63.043.521
Debêntures (i)	773.428	3.412.365	1.932.682	8.177	6.126.652
Fornecedores (ii)	1.220.711				1.220.711
Autorizações e concessões (iii)	2.810	840.102	333		843.245
Programa de refinanciamento fiscal (iv)	22.253	267.057	178.038	341.238	808.586

Os valores incluídos nas tabelas consideram as estimativas dos fluxos de pagamentos contratuais não descontados e não são conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e financiamentos, instrumentos financeiros derivativos e fornecedores.

- (i) Inclui estimativas de pagamentos de juros futuros, calculados com base nas taxas de juros aplicáveis a cada período e considera que todos os pagamentos de juros e principal seriam realizados nas datas de liquidação previstas contratualmente;
- (ii) Consiste nas estimativas em obrigações de compra de equipamentos de rede de telefonia fixa e móvel no Brasil de acordo com as obrigações contratuais firmadas com nossos fornecedores, incluindo todos os termos significativos e o tempo aproximado da transação;
- (iii) Consiste em obrigações devidas à ANATEL relacionadas às autorizações de radiofrequências. Inclui juros acumulados e não pagos em cada período; e
- (iv) Consiste no programa de parcelamento de tributos que foram aderidos aos programas de refinanciamento fiscal. Inclui juros acumulados e não pagos em cada período.

Notas Explicativas

Gestão de capital

A Companhia administra sua estrutura de capital de acordo com melhores práticas de mercado.

O objetivo da gestão de capital é de assegurar níveis de liquidez e alavancagem financeira que possibilitem o crescimento sustentado do grupo, plano de investimentos estratégicos e retorno aos acionistas.

A Companhia poderá alterar sua estrutura de capital, de acordo com as condições econômico-financeiras de forma a otimizar sua alavancagem financeira e gestão da dívida.

Os indicadores utilizados para mensurar a gestão da estrutura de capital são: Dívida Bruta sobre o EBITDA acumulado nos últimos 12 meses (sigla em inglês que representa o lucro líquido antes dos juros (resultado financeiro), impostos, depreciações e amortizações), Dívida líquida (Dívida bruta menos o caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras) sobre o EBITDA acumulado nos últimos 12 meses, índice de cobertura de juros, conforme abaixo:

Dívida Bruta/EBITDA.....	entre 2x e 4,0x
Dívida Líquida/EBITDA	entre 1,4x e 3x
Índice de cobertura de juros (*).....	maior que 1,75

(*) Mede a capacidade da Companhia em cobrir suas obrigações futuras de juros.

Como resultado da venda da PT Portugal, a Companhia manteve parcela das dívidas da subsidiária portuguesa, ao mesmo tempo em que recebeu o caixa resultante do desinvestimento. Deste modo, temporariamente o “ratio” dívida bruta/EBITDA irá superar o valor que, em condições normais seria o alvo deste indicador, no processo de gestão de capital da Companhia (Nota 17). A partir do recebimento deste caixa, a Companhia deu início a um processo de “*Liability Management*” com vistas a definir a melhor estratégia de pré-pagamento de dívidas.

3.4.4. Risco de vencimentos antecipados de empréstimos e financiamentos

A ocorrência de eventos de inadimplemento em alguns dos instrumentos de dívida da Companhia e de suas controladas poderá configurar o vencimento antecipado de outros instrumentos de dívida. A impossibilidade de incorrer em dívidas adicionais pode impedir a capacidade de investir em seu negócio e de fazer dispêndios de capital necessários ou aconselháveis, o que pode reduzir as suas vendas futuras e afetar negativamente sua lucratividade. Além disso, os recursos necessários para cumprir com as obrigações de pagamento dos empréstimos tomados podem reduzir a quantia disponível para dispêndios de capital.

O risco de vencimento antecipado decorrente do não cumprimento dos “*covenants*” financeiros atrelados às dívidas, detalhado na Nota 17, na seção “*Covenants*”.

3.4.5. Riscos relacionados às nossas operações na África e na Ásia

É possível que não consigamos alienar a participação da Companhia na Africatel ou aliená-la por um valor que exceda o seu valor contábil apresentado nas Demonstrações Financeiras da Companhia. Uma eventual redução do valor justo de mercado em que o investimento indireto na Unitel está registrado nas Demonstrações Financeiras poderá ter um efeito negativo relevante sobre a situação financeira e os resultados da Companhia.

No dia 16 de setembro de 2014, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a realização das medidas necessárias para vender as ações de emissão da Africatel, que representam 75% do

Notas Explicativas

capital desta, estando a participação na Africatel registrada nas demonstrações financeiras, em 30 de setembro de 2015, como mantida para venda. A Companhia contratou um assessor financeiro para auxiliar na venda da sua participação na Africatel.

Em 30 de setembro de 2015, foi registrado nas Informações Trimestrais Consolidadas da Companhia como ativos mantidos para venda R\$ 10.167 milhões relacionados aos ativos dos negócios na África e Timor, incluindo R\$ 1.881 milhões em dividendos acumulados devidos à Companhia pela Unitel e R\$ 5.888 milhões, referentes ao valor justo da participação de 25% da Africatel na Unitel e registrados como passivos mantidos para venda de R\$ 897 milhões relativos aos passivos dos negócios de África e Timor.

O valor contábil do investimento indireto na Unitel é testado para verificar se há redução do valor recuperável quando eventos ou mudanças nas circunstâncias indicam que o valor desse investimento indireto poderá ser inferior ao seu valor justo de mercado, que é o valor contabilizado.

Em outubro de 2015, a PT Ventures iniciou ação judicial em Angola contra a Unitel e processo arbitral contra os demais sócios da Unitel. A empresa encontra-se neste momento em negociações na busca de alternativas para a realização do valor do seu investimento na Unitel. Considerando que os eventos acima mencionados são recentes, bem como a complexidade associada a estas matérias e ao seu julgamento, a Companhia está avaliando os impactos nas demonstrações financeiras.

A Companhia mantém a intenção de vender os seus negócios na África e Timor, continuando a desenvolver esforços nesse sentido, no entanto talvez não seja possível vender esses ativos por um valor que exceda o seu valor contábil. A redução do valor recuperável desse investimento poderá ter efeito negativo relevante sobre a situação financeira e os resultados da Companhia.

Não é possível assegurar quando a PT Ventures irá receber o montante relativo aos dividendos declarados e devidos à PT Ventures pela Unitel ou quando a primeira receberá dividendos que poderão vir a ser declarados para o exercício de 2014 e exercícios posteriores.

Desde novembro de 2012, a PT Ventures não recebeu nenhum pagamento relativo aos valores em aberto devidos pela Unitel em relação aos dividendos por ela declarados para os exercícios fiscais findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e aos dividendos extraordinários declarados em novembro de 2010, com base em resultados transitados de 2005 e reservas livres de 2006 a 2009. Com base nos dividendos declarados pela Unitel para esses exercícios, a PT Ventures tem direito a receber um total de US\$ 190,0 milhões (R\$ 755 milhões) para o exercício de 2012, US\$ 190,0 milhões (R\$ 755 milhões) para o exercício de 2011, e US\$ 157,5 milhões (R\$ 626 milhões) para os dividendos declarados em 2010. Até a data deste relatório, a PT Ventures só havia recebido US\$ 63,7 milhões (R\$ 253 milhões) da sua parcela dos dividendos declarados pela Unitel, em 2010, e não recebeu nenhum montante dos dividendos declarados para os exercícios de 2011 e 2012.

No dia 25 de março de 2014, a Unitel emitiu uma declaração alegando que a PT Ventures não está relacionada no cadastro de acionistas da Unitel e que o seu Conselho de Administração notificou a Pharol sobre a existência de uma irregularidade, que resultou na impossibilidade da Unitel pagar dividendos à PT Ventures até que esta seja resolvida. Em 3 de junho de 2014, a Agência Nacional para o Investimento Privado de Angola averbou a atualização do nome da PT Ventures (anteriormente denominada Portugal Telecom Internacional, SGPS, S.A.) em seu Certificado de Investimento Estrangeiro, confirmando a razão social atual da PT Ventures e sanando, assim, a irregularidade apontada pelo Conselho de Administração da Unitel.

Notas Explicativas

Em assembleia geral da Unitel, realizada em 4 de novembro de 2014, os demais acionistas apreciaram as Demonstrações Financeiras, bem como a destinação do resultado relativo ao exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2013. A PT Ventures solicitou o adiamento da reunião, porque as Demonstrações Financeiras e outras informações relevantes sobre a reunião não foram incluídas na convocação, nem foram disponibilizadas à PT Ventures, apesar de a PT Ventures ter solicitado esses materiais em várias ocasiões. O pedido de adiamento não foi atendido e a PT Ventures não participou desta reunião, que não poderia ter se realizado sem a PT Ventures, uma vez que a cláusula 8.2 do Acordo de Acionistas estabelece que as assembleias gerais somente podem ocorrer em primeira convocação com a presença de todos os acionistas. Além disso, a PT Ventures não recebeu a ata da reunião nem foi informada sobre as decisões tomadas, apesar de ter efetuado diversas solicitações.

No dia 13 de maio de 2015, foi realizada assembleia geral da Unitel para a apreciação das Demonstrações Financeiras e da destinação do resultado relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Os demais acionistas da Unitel não permitiram o ingresso e a participação da PT Ventures na referida assembleia, sob a alegação de não reconhecerem a PT Ventures como acionista da Unitel. Apesar de sua solicitação, a PT Ventures também não recebeu cópia da ata da assembleia. A PT Ventures não concorda com as alegações dos demais acionistas da Unitel e com a postura adotada por ocasião da assembleia geral. Dessa forma, em 12 de junho de 2015, a PT Ventures ajuizou, junto a um Tribunal Angolano, ação em face da Unitel para a declaração de nulidade e anulação das deliberações sociais tomadas na assembleia realizada no último dia 13 de maio.

A PT Ventures solicitou, em várias ocasiões, explicações à Unitel em relação ao não pagamento da sua parcela dos dividendos declarados. Até a data deste relatório, a PT Ventures não tinha recebido nenhuma explicação plausível sobre o não pagamento nem indicações confiáveis do momento previsto para o pagamento dos dividendos acumulados.

Dessa forma, em 13 de outubro de 2015, a PT Ventures deu início a um processo arbitral em face dos demais acionistas da Unitel, em virtude da violação, por estes, de diversas regras do Acordo de Acionistas da Unitel e da legislação angolana, incluindo o fato de tais acionistas terem levado a Unitel a não efetuar o pagamento dos dividendos devidos à PT Ventures e a reter informações e esclarecimentos sobre tal pagamento. Além disso, em 20 de outubro de 2015, a PT Ventures ajuizou ação declarativa de condenação em face da Unitel, junto a um Tribunal Angolano, para reconhecimento do direito da PT Ventures ao recebimento aos valores em aberto dos dividendos declarados em 2010, bem como aos dividendos referentes aos exercícios de 2011, 2012 e 2013.

Considerando a complexidade associada aos procedimentos legais acima identificados, bem como o fato de eles serem recentes, a Companhia ainda não concluiu a avaliação dos efeitos e impactos nas demonstrações financeiras. A incapacidade da Companhia em receber tais dividendos poderá ter um efeito negativo relevante sobre o valor justo do seu investimento na Unitel, a sua situação financeira e os seus resultados.

Os outros acionistas da Unitel indicaram à PT Ventures que entendem que a venda pela Pharol de uma participação minoritária na Africatel contraria o acordo de acionistas da Unitel.

O acordo de acionistas da Unitel prevê o direito de preferência para os demais acionistas caso qualquer acionista deseje transferir qualquer ou todas as suas ações da Unitel, com exceção das transferências para certas empresas afiliadas. O acordo também prevê que a violação de uma

Notas Explicativas

obrigação material por qualquer acionista permite que os outros acionistas comprem a participação de tal acionista na Unitel pelo seu valor patrimonial líquido.

Os outros acionistas da Unitel afirmaram à PT Ventures que entendem que a venda pela Pharol de uma participação minoritária na Africatel à Samba Luxco em 2007 constituiu uma violação do acordo de acionistas da Unitel. A PT Ventures contesta essa interpretação das disposições pertinentes ao acordo de acionistas da Unitel e entende que as tais disposições se aplicam apenas à transferência de ações da Unitel pela própria PT Ventures.

Até a data deste relatório, a Companhia não tinha sido notificada de qualquer processo em andamento em relação à venda pela Pharol de uma participação minoritária na Africatel à Samba Luxco. Na hipótese dos outros acionistas da Unitel questionarem a venda de tal participação em um fórum apropriado e uma decisão vinculativa para esse efeito seja tomada em um fórum apropriado a favor dos demais acionistas, a Companhia poderá ser obrigada a vender sua participação acionária na Unitel a um preço significativamente inferior ao montante que a Companhia registrou em suas Demonstrações Financeiras com relação ao investimento indireto na Unitel. A venda da participação da PT Ventures na Unitel, nessas circunstâncias, poderá ter um efeito negativo relevante sobre a situação financeira e os resultados da Companhia.

Os outros acionistas da Unitel poderão alegar que, em virtude de a Pharol não ter oferecido a sua participação indireta na Unitel a tais acionistas antes da aquisição da PT Portugal pela Companhia, esses acionistas teriam o direito de adquirir as ações de emissão da Unitel detidas pela PT Ventures pelo valor patrimonial líquido.

Em 25 de março de 2014, a Unitel emitiu um comunicado em que informou que os seus acionistas teriam um direito de preferência em caso de venda da participação indireta da Pharol na Unitel a outra empresa. Posteriormente, os outros acionistas da Unitel entregaram à Pharol uma notificação em que alegam que a aquisição indireta pela Companhia da participação indireta da Pharol na Unitel como parte do aumento de capital da Oi desencadeou esse direito. A Companhia entende que as respectivas disposições do acordo de acionistas da Unitel se aplicam apenas à transferência de ações da Unitel pela própria PT Ventures.

Até a data deste relatório, a Companhia não tinha sido notificada de nenhum processo em andamento em relação à não oferta da participação indireta na Unitel pela Pharol aos demais acionistas antes da aquisição da PT Portugal. Caso os outros acionistas da Unitel aleguem que esta falha de oferecer a participação indireta da Pharol na Unitel aos demais acionistas resultou em uma violação do acordo de acionistas da Unitel e uma decisão vinculativa para esse efeito seja tomada em um fórum apropriado a favor dos demais acionistas, a PT Ventures poderá ser obrigada a vender a sua participação na Unitel por seu valor patrimonial líquido, que é significativamente inferior ao valor registrado pela Companhia nas suas Demonstrações Financeiras em relação ao investimento indireto na Unitel. A venda da participação da PT Ventures na Unitel, nessas circunstâncias, poderá ter um efeito negativo relevante sobre a situação financeira e os resultados da Companhia.

Os outros acionistas da Unitel têm impedido a PT Ventures de exercer o seu direito de nomear o diretor-presidente e uma maioria do Conselho de Administração da Unitel.

Segundo o acordo de acionistas da Unitel, a PT Ventures tem o direito de nomear três dos cinco membros do Conselho de Administração da Unitel, incluindo o seu diretor-presidente. Pelo acordo de acionistas da Unitel, a nomeação do diretor-presidente está sujeita à aprovação dos detentores de 75% das ações da Unitel. No entanto, os demais acionistas da Unitel não votaram nos membros do Conselho de Administração indicados pela PT Ventures nas assembleias gerais da Unitel, e, por

Notas Explicativas

consequente, a representação da PT Ventures no Conselho de Administração desta ficou reduzida a um único conselheiro desde junho de 2006, e o diretor-presidente da Unitel não é uma indicação da PT Ventures desde junho de 2006.

Em 22 de julho de 2014, o único membro do Conselho de Administração da Unitel indicado pela PT Ventures renunciou ao cargo, não tendo sido possível à PT Ventures indicar o seu substituto desde então. Em novembro de 2014, os demais acionistas da Unitel notificaram a PT Ventures de que os seus direitos enquanto acionista foram suspensos em outubro de 2012, apesar de esses acionistas não terem indicado nenhuma base jurídica justificando tal suspensão. Na assembleia geral da Unitel do dia 15 de dezembro de 2014, foi realizada a eleição dos membros do Conselho de Administração da Unitel. Nessa assembleia, os demais acionistas da Unitel alegaram que a PT Ventures não teria direito a voto devido à suspensão dos seus direitos enquanto acionista da Unitel em outubro de 2012 e recusaram-se a eleger o conselheiro indicado pela PT Ventures para o Conselho de Administração da Unitel.

A PT Ventures ajuizou, junto a um tribunal Angolano, ação de anulação das eleições dos membros do Conselho de Administração da Unitel no dia 15 de dezembro de 2014. Além disso, em 13 de outubro de 2015, a PT Ventures deu início a um processo arbitral em face dos demais acionistas da Unitel, em virtude da violação, por estes, de diversas regras do Acordo de Acionistas da Unitel e da legislação angolana, incluindo o fato de tais acionistas não terem permitido a eleição de membros indicados pela PT Ventures para o Conselho de Administração da Unitel.

Até a data deste relatório, nenhum conselheiro indicado pela PT Ventures participa do Conselho de Administração da Unitel.

A Unitel concedeu empréstimos a uma parte relacionada e celebrou um contrato de gestão com um terceiro sem aprovação da PT Ventures.

Pelo acordo de acionistas da Unitel, os seus acionistas e as afiliadas destes não estão autorizados a celebrar quaisquer contratos com a Unitel a menos que tais contratos sejam aprovados por deliberação de seu Conselho de Administração, com voto favorável de, pelo menos, quatro membros do seu Conselho de Administração. Como resultado da incapacidade da PT Ventures em indicar seus membros para o Conselho de Administração da Unitel, a PT Ventures está impedida de exercer o seu direito de veto implícito sobre transações com partes relacionadas.

Entre maio e outubro de 2012, a Unitel fez desembolsos à Unitel International Holdings B.V. de € 178,9 milhões (R\$ 616 milhões) e US\$ 35,0 milhões (R\$ 112 milhões) sob um "Contrato de Empréstimo" celebrado entre a Unitel e a Unitel International Holdings B.V. (Unitel Holdings), uma entidade que concorre com a Africatel em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe. A Unitel Holdings é controlada pela Sra. Isabel dos Santos, acionista indireta da Unitel, e, de acordo com as informações públicas divulgadas pela NOS, uma das acionistas da ZOPT, SGPS, S.A. (que detém a maioria do capital social votante e total da NOS). O representante da PT Ventures no Conselho de Administração da Unitel votou contra essas operações que foram propostas pela Unitel e a PT Ventures se absteve quando as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Unitel, que incluíam essas transações, foram aprovadas em assembleia geral da Unitel.

A Unitel realizou empréstimos adicionais a partes relacionadas em 2013. Não nos foi possível obter informações em relação à existência de operações similares em 2014 e 2015.

Notas Explicativas

Qualquer impedimento da Unitel International Holdings BV para realizar pagamentos nos termos do Contrato de Empréstimo poderá ter um efeito negativo relevante sobre a situação financeira e os resultados da Unitel e, por conseguinte, no valor do investimento da Companhia nessa sociedade.

Adicionalmente, a Unitel tem registrado o pagamento de uma taxa de administração de US\$ 155,7 milhões em 2013 em favor de um terceiro nas Demonstrações Financeiras Individuais em 31 de dezembro de 2013, preparadas de acordo com os princípios contábeis de Angola. Esta taxa de administração não foi apresentada ao Conselho de Administração nem à assembleia geral da Unitel para aprovação e não foi aprovada pela PT Ventures. O pagamento de uma taxa de administração pela Unitel poderá ter um efeito negativo relevante sobre a situação financeira e os resultados da Unitel e, por conseguinte, no valor do investimento indireto da Companhia nessa sociedade.

Em 13 de outubro de 2015, a PT Ventures deu início a um processo arbitral em face dos demais acionistas da Unitel, em virtude da violação, por estes, de diversas regras do Acordo de Acionistas da Unitel e da legislação angolana, incluindo a utilização da Unitel como veículo para a realização de operações com partes relacionadas e o não fornecimento de informações e esclarecimentos sobre essas transações à PT Ventures.

Não é possível assegurar que será possível evitar que a Unitel tome medidas que exijam a aprovação dos membros do seu Conselho de Administração indicados pela PT Ventures, inclusive a aprovação de operações com partes relacionadas com os demais acionistas da Unitel que entendemos ser prejudiciais à situação financeira e aos resultados da Unitel. O uso dos recursos da Unitel desta forma pode ter um efeito negativo relevante sobre a situação financeira e os resultados da Unitel e, por conseguinte, no valor do investimento da Companhia nessa sociedade.

Os outros acionistas da Unitel tentaram diluir a participação indireta da Companhia na Unitel através de um aumento de capital que tecnicamente impediria a Companhia de participar e convocaram assembleias gerais nas quais indicaram o seu desejo de alterar unilateralmente o estatuto social e o acordo de acionistas da Unitel.

Na assembleia geral da Unitel realizada em 15 de dezembro de 2014, os demais acionistas da Unitel aprovaram o aumento de capital da sociedade e alteraram o valor nominal das suas ações. Embora a PT Ventures tenha solicitado diversas vezes o envio prévio da proposta e de outras informações relevantes no que diz respeito a este e outros itens da agenda da reunião, a PT Ventures nunca recebeu tais documentos e informações.

Os detalhes desse aumento de capital são obscuros, uma vez que não foram incluídos no aviso de convocação da assembleia nem foram detalhados durante esta assembleia. Outros detalhes sobre este aumento de capital foram incluídos na minuta da ata da assembleia enviada à PT Ventures e, aparentemente, apesar de esta ter decidido subscrever uma parcela proporcional desse aumento de capital para evitar a diluição da sua participação na Unitel, o vencimento da integralização do preço de subscrição pode ser antecipado para impedir que a PT Ventures consiga obter as aprovações cambiais necessárias antes da data de vencimento. A PT Ventures ajuizou uma ação junto a um tribunal angolano para a anulação da aprovação do aumento de capital da Unitel nessa assembleia geral.

A pauta da assembleia geral da Unitel de 15 de dezembro de 2014 também incluiu alterações do seu estatuto social e eventuais alterações ao acordo de acionistas da Unitel, além de assuntos diversos que poderiam ser levantados e discutidos na própria assembleia. No âmbito do item da pauta relativo a assuntos diversos, foram discutidos os investimentos pela Unitel no Zimbábue e a realização de estudo para a implementação de uma reorganização societária na Unitel. A PT

Notas Explicativas

Ventures ajuizou uma ação junto a um tribunal angolano para a anulação da aprovação dos investimentos pela Unitel no Zimbabwe e a realização de estudo para a implementação de uma reorganização societária na Unitel.

Quanto às alterações do estatuto social e do acordo de acionistas da Unitel, a PT Ventures não recebeu os detalhes das propostas, apesar de seus vários pedidos antes, durante e após a realização da reunião. A assembleia de 15 de dezembro de 2014 foi suspensa sem que nenhuma deliberação fosse tomada em relação a esse tema.

Posteriormente, foi convocada uma nova assembleia da Unitel para o dia 13 de maio de 2015, tendo como pauta não apenas o tema das alterações do estatuto social e do acordo de acionistas da Unitel, mas também a apreciação das demonstrações financeiras, da destinação do resultado e do desempenho da administração e da fiscalização da Unitel referentes ao exercício de 2014. A PT Ventures novamente solicitou os detalhes das propostas que seriam submetidas para a deliberação dos acionistas, mas não teve acesso às referidas informações.

Além disso, no dia 13 de maio, os demais acionistas da Unitel não permitiram o ingresso e a participação da PT Ventures na assembleia, sob a alegação de não reconhecerem a PT Ventures como acionista da Unitel. Apesar de sua solicitação, a PT Ventures também não recebeu cópia da ata da assembleia e, por isso, não tem conhecimento do teor das deliberações tomadas na referida assembleia. A PT Ventures não concorda com as alegações dos demais acionistas da Unitel e com a postura adotada por ocasião da assembleia geral. Dessa forma, em 12 de junho de 2015, a PT Ventures ajuizou, junto a um Tribunal Angolano, ação em face da Unitel para a declaração de nulidade e anulação das deliberações sociais tomadas na assembleia realizada no último dia 13 de maio.

Além disso, em 13 de outubro de 2015, a PT Ventures deu início a um processo arbitral em face dos demais acionistas da Unitel, em virtude da violação, por estes, de diversas regras do Acordo de Acionistas da Unitel e da legislação angolana, incluindo (i) a ameaça de diluição da participação societária da PT Ventures na Unitel, através do aumento de capital aprovado na Assembleia Geral de 15 de dezembro de 2014; (ii) a ameaça de alteração unilateral dos termos do Estatuto Social e do Acordo de Acionistas da Unitel; (iii) a retenção de informações sobre as Assembleias Gerais da Unitel; e (iv) o não reconhecimento dos direitos da PT Ventures como acionista da Unitel.

Não é possível avaliar o impacto na Unitel ou na Companhia dos assuntos discutidos nas assembleias gerais de 15 de dezembro de 2014 e 13 de maio de 2015 ou das alterações propostas do estatuto social e do acordo de acionistas da Unitel porque não recebemos informações suficientes para analisá-los. Além disso, cumpre destacar que os demais acionistas não têm autoridade legal para alterar o acordo de acionistas da Unitel com base em medidas tomadas em assembleia geral, uma vez que este é um acordo entre todas as partes. Caso os outros acionistas venham a implementar medidas prejudiciais à Unitel ou ao investimento da Companhia nessa sociedade, tais medidas poderão ter um efeito negativo relevante sobre a situação financeira e os resultados da Unitel e, por conseguinte, no valor do investimento da Companhia.

A concessão da Unitel para operar em Angola expirou e ainda não foi renovada.

A concessão da Unitel para prestar serviços de telecomunicações móveis em Angola expirou em abril de 2012. A Companhia não pode fornecer nenhuma garantia sobre os termos em que o Instituto Angolano das Comunicações concederá uma renovação desta concessão. A não obtenção da renovação desta concessão pode ter um efeito material adverso sobre a capacidade da Unitel para continuar a prestar serviços de telecomunicações móveis em Angola, o que poderia ter um efeito

Notas Explicativas

negativo relevante sobre a situação financeira e os resultados da Unitel e no valor do investimento da Companhia nessa sociedade.

Condições políticas, econômicas e jurídicas adversas em países africanos e asiáticos onde a Companhia adquiriu investimentos poderão prejudicar a sua capacidade de receber dividendos de controladas e investimentos na África e na Ásia.

Historicamente, os governos de muitos países africanos e asiáticos onde a Companhia detém investimentos exerceram e continuam a exercer influência significativa sobre as respectivas economias e sistemas jurídicos. Países onde a Companhia detém investimentos poderão editar medidas legais ou regulamentares que restringem a capacidade de suas controladas e investidas de pagar dividendos. Paralelamente, condições políticas ou econômicas adversas nesses países poderão prejudicar a capacidade da Companhia de receber dividendos de controladas e investidas. Historicamente, a Pharol recebeu dividendos de controladas e investidas africanas e asiáticas, mas qualquer restrição à capacidade da Companhia de receber uma parcela significativa desses dividendos poderá afetar negativamente os seus fluxos de caixa e a sua liquidez.

Além disso, os seus investimentos nessas regiões estão expostos a riscos políticos e econômicos que incluem, entre outros, variações cambiais e nas taxas de juros, inflação e políticas econômicas restritivas, além de riscos regulatórios que incluem, entre outros, processo de renovação de licenças e a evolução do varejo regulamentado e das tarifas no atacado. Adicionalmente, os nossos empreendimentos em mercados africanos e asiáticos enfrentam riscos associados ao aumento da concorrência, inclusive devido à entrada de novos concorrentes e ao rápido desenvolvimento de novas tecnologias.

O desenvolvimento de parcerias nesses mercados gera riscos relacionados à capacidade dos parceiros em explorar os ativos em conjunto. Qualquer incapacidade da Companhia e de seus parceiros para explorar esses ativos poderá ter um efeito negativo na nossa estratégia e todos esses riscos poderão afetar negativamente os resultados da Companhia.

A aquisição da PT Portugal poderá ter desencadeado alegações por parte dos parceiros de “joint ventures” ou conduzir a sua liquidação.

Alguns acordos que regulam as “joint ventures” na África e na Ásia, além da Unitel, contêm disposições que conferem certos direitos, inclusive direitos de compra e de venda, aos nossos parceiros em caso de mudança de controle ou incorporação da Pharol. Caso esses direitos sejam exercidos, a Companhia poderá ser obrigada a deixar uma ou mais “joint ventures” rentáveis e a vender as suas ações aos seus parceiros por um preço significativamente inferior ao valor justo de mercado dessas participações. Alternativamente, a Companhia poderá ser obrigada a utilizar caixa para adquirir participações em uma ou mais “joint ventures” junto aos seus parceiros. Qualquer um desses casos poderá ter um efeito negativo relevante sobre a estratégia de investimento da Companhia para a África e a Ásia, as suas perspectivas de crescimento e/ou a sua liquidez e fluxos de caixa.

Mesmo que nenhuma disposição contratual seja aplicada durante qualquer uma das fases da combinação de negócios, o nosso relacionamento com esses parceiros poderá mudar ou piorar em virtude dessa operação por razões políticas, comerciais ou outras. A Companhia não detém participação controladora na maioria dessas “joint ventures” e qualquer questionamento por parte dos seus parceiros nesses empreendimentos em virtude da combinação de negócios ou por outro motivo poderá conduzir a negociações dispendiosas e demoradas, processos de arbitragem ou

Notas Explicativas

judiciais ou, eventualmente, a alienação desses investimentos a preços significativamente inferiores ao valor justo de mercado do investimento da Companhia.

A Companhia é sócia de “joint ventures” e parcerias que poderão não ser bem sucedidas ou expor a Companhia a custos futuros.

A Companhia é sócia de “joint ventures” e parcerias na África e na Ásia. Os acordos de parceria poderão não ter os resultados previstos por diversos motivos, inclusive devido à avaliação incorreta nas necessidades ou da capacidade da Companhia ou à estabilidade financeira dos seus parceiros estratégicos. A participação da Companhia em eventuais prejuízos ou compromissos para contribuir com capital adicional nessas parcerias poderá ter um efeito negativo relevante sobre os resultados e a situação financeira da Companhia.

A nossa capacidade para trabalhar com esses parceiros ou desenvolver novos produtos e soluções poderá ser restringida, prejudicando a nossa competitividade nos mercados onde atuam tais “joint ventures” e parcerias. A Companhia poderá se envolver em disputas com os seus parceiros e ter dificuldades para chegar a um acordo que esta considere ser benéfico para tais “joint ventures” e parcerias. Adicionalmente, as “joint ventures” e as parcerias em países africanos e asiáticos são, habitualmente, regidas pelas leis desses países e os nossos parceiros costumam ser participantes estabelecidos nesses mercados e poderão ter mais influência sobre essas economias que a Companhia. Caso a Companhia sinta dificuldades com os seus parceiros, poderá igualmente ter dificuldades para proteger os seus investimentos nesses países.

Qualquer um desses fatores poderá fazer com que essas “joint ventures” e parcerias deixem de ser rentáveis e resultar na perda de e ou da totalidade dos respectivos investimentos da Companhia.

O acionista minoritário da Africatel afirmou que a combinação de negócios desencadeou o direito de obrigar a Companhia a adquirir ações de emissão da Africatel sob o acordo de acionistas. Se a Companhia for obrigada a comprar esta participação na Africatel, terá de utilizar recursos que poderiam ser utilizados de outra forma, no intuito de reduzir o endividamento ou fazer investimentos no seu plano de negócios. Se tal aquisição for financiada através da assunção de dívida adicional da Companhia, haverá um efeito negativo relevante sobre a alavancagem consolidada da Companhia.

A Companhia detém indiretamente 75% do capital da Africatel. A Samba Luxco S.à.r.l., uma afiliada da Helios Investors LLP, detém os 25% restantes. A Africatel detém a participação da Companhia em empresas de telecomunicações na África subsaariana, incluindo a sua participação na Unitel em Angola, na CVT em Cabo Verde, na MTC na Namíbia, e na CST em São Tomé e Príncipe, entre outras. As partes do acordo de acionistas da Africatel são a Pharol, as controladas Africatel GmbH & Co. KG (“Africatel GmbH”) e PT Ventures, e a Samba Luxco.

No dia 16 de setembro de 2014, a controlada Africatel GmbH, controladora direta da Africatel, recebeu uma carta da Samba Luxco, por meio da qual esta afirma que a aquisição da PT Portugal pela Oi é considerada uma mudança de controle da Africatel GmbH nos termos do acordo de acionistas e que essa mudança lhe dá o direito de exercer a opção de venda das ações prevista nesse acordo pelo valor de mercado das ações por ela detidas na Africatel. Nessa correspondência, a Samba Luxco alega estar exercendo o suposto direito e, por conseguinte, exige que a Africatel GmbH adquira as suas ações da Africatel.

Notas Explicativas

Na mesma data, a Companhia divulgou Fato Relevante sobre as pretensões da Samba Luxco, o entendimento de que não caberia o exercício da opção de venda e que o seu Conselho de Administração teria autorizado a administração a tomar as medidas necessárias para a alienação da participação da Companhia na Africatel.

Em resposta à carta da Samba Luxco, no dia 26 de setembro de 2014, a Africatel GmbH afirmou à Samba Luxco que, pelos termos do acordo de acionistas da Africatel, não teria ocorrido qualquer ato ou fato que desse lugar ao exercício da opção de venda e que pretende contestar o alegado exercício dessa opção por parte da Samba Luxco.

No dia 12 de novembro de 2014, o Tribunal Arbitral Internacional da Câmara Internacional de Comércio notificou a Africatel GmbH de que a Samba Luxco havia iniciado um processo de arbitragem contra a Africatel GmbH para aplicar o pretense direito de venda ou, em alternativa, certos direitos e demandas. A Africatel GmbH apresentou a sua resposta ao pedido da Samba Luxco para arbitragem em 15 de dezembro de 2014. O tribunal arbitral foi instalado no dia 12 de março de 2015 e a Africatel GmbH apresentou sua defesa no dia 9 de outubro de 2015. A Companhia pretende defender decisivamente a Africatel GmbH neste processo.

Caso a Companhia seja obrigada a adquirir a participação da Samba Luxco na Africatel em decorrência do exercício do alegado direito de venda, nos termos do acordo de acionistas da Africatel, a aquisição dessa participação irá reduzir os recursos da Companhia que poderiam ser utilizados para a redução da dívida em aberto ou para a realização de outras oportunidades de investimento. Caso tal aquisição seja financiada através da assunção de dívida adicional, a alavancagem consolidada da Companhia poderá aumentar consideravelmente e haverá um efeito negativo relevante sobre a sua situação financeira e os seus resultados.

Outros acionistas da Cabo Verde Telecom S.A. (“CVT”) alegaram à PT Ventures que o Acordo de Acionistas da CVT teria sido extinto de pleno direito.

Outros acionistas da CVT alegaram à PT Ventures que o Acordo de Acionistas da CVT teria sido extinto de pleno direito, em virtude da transferência da participação indireta da CVT para a Companhia quando do aumento de capital da Companhia realizado no âmbito da operação anunciada no Fato Relevante de dois de outubro de 2013.

A Companhia não concorda com o entendimento do Estado de Cabo Verde de que o Acordo de Acionistas teria sido extinto, tendo prontamente refutado tal alegação e iniciado desde então discussões sobre o assunto com o outro acionista da CVT. A Companhia entende que a pretendida extinção do Acordo de Acionistas constitui um ato totalmente arbitrário por parte do Estado de Cabo Verde e desprovido de qualquer fundamento jurídico, não podendo produzir efeitos.

Na Assembleia Geral da CVT realizada em 24 de março de 2015, foi aprovada a eleição dos membros titulares dos órgãos sociais da CVT para o triênio 2015-2017, sem a observância das regras previstas no Acordo de Acionistas, com o voto contrário da PT Ventures. A PT Ventures apresentou pedido de arbitragem para a resolução do conflito junto à Câmara de Comércio Internacional (CCI).

Caso o Acordo de Acionistas da CVT seja considerado extinto nos procedimentos arbitrais, o poder de influência da PT Ventures nas decisões da CVT será reduzido. A PT Ventures poderá deixar de ser capaz de impedir a tomada de decisões na CVT que entenda ser prejudicial para a situação financeira e para os resultados operacionais da CVT.

Notas Explicativas

O Estado de Cabo Verde violou suas obrigações assumidas no Acordo Sobre Promoção e Proteção de Investimento celebrado com Portugal.

O Estado de Cabo Verde violou suas obrigações assumidas no Acordo Sobre Promoção e Proteção de Investimento celebrado com Portugal e suprimiu de forma unilateral o exclusivo da CVT na concessão do serviço público de estabelecimento, gestão e exploração das infraestruturas da rede básica de telecomunicações em Cabo Verde.

Por esse motivo, em 18 de março de 2015, nos termos do contrato de concessão, a PT Ventures iniciou uma ação arbitral junto do Centro Internacional para a Resolução de Diferendos Relativos a Investimentos (CIRDI), em Washington, com vista à proteção do seu investimento na CVT.

Apesar dos esforços envidados, a Companhia não é capaz de assegurar que conseguirá obter, seja no âmbito negocial, seja por meio do processo arbitral, tanto a compensação financeira a que faz jus em virtude da retirada unilateral do direito de exclusividade previsto no contrato de concessão como também a própria revisão do contrato de concessão, a fim de restaurar o seu equilíbrio econômico-financeiro.

3.4.6. Riscos regulatórios no Brasil

A ANATEL editou um TAC - Termo de Ajustamento de Conduta que permite que as concessionárias de telecomunicações paguem multas ao regulador via investimentos ou benefícios aos consumidores.

Em dezembro de 2013, a ANATEL aprovou a Resolução nº. 629/2013 na qual foi adotado um Termo de Ajustamento de Conduta que permite às concessionárias de telecomunicações solicitar que as suas obrigações de pagamento de certas multas da ANATEL sejam cumpridas através de despesas de investimento em suas redes ou através de benefícios aos consumidores. Em abril de 2015, a Oi protocolou uma proposta de (a) medidas corretivas para quase 500 condutas que englobam quase todas as principais causas das multas regulamentares aplicadas pela ANATEL e (b) de “compromisso adicional” para compensar as contingências da Oi no âmbito do TAC.

Desde então, a ANATEL está avaliando e discutindo o conteúdo dessa proposta com a Oi com o objetivo de chegar a um acordo mais eficiente para ambas as partes e o setor em geral. Atualmente, o processo de negociação da TAC está em fase de conclusão e os acordos para as primeiras condutas deverão ser celebrados nos próximos meses.

Caso a Oi deixe de cumprir seus compromissos previstos no TAC ou as obrigações previstas pelos regulamentos da ANATEL, ficará sujeita a penalidades tais como: advertências, multas, intervenção pela ANATEL, suspensões temporárias dos serviços ou cancelamento das suas concessões e autorizações. Caso no TAC não seja celebrada uma conduta específica, tal conduta retornará ao seu processo normal, onde a Oi discutirá com a ANATEL a sua natureza e os valores envolvidos, além da implementação das respectivas medidas corretivas, se necessário.

Nossos contratos de concessão de telefonia fixa e de longa distância estão sujeitos a modificações periódicas pela ANATEL e expiram em 31 de dezembro de 2025. Após o término do prazo destes contratos, nossos lances para novas concessões podem não ser bem sucedidos.

Antes do término do contrato de concessão, em 2025, há uma revisão formal de concessão prevista a cada cinco anos, onde a ANATEL tem o direito (após consulta pública) de estabelecer novos

Notas Explicativas

termos e condições às concessionárias. A próxima revisão ocorrerá até 31 de dezembro de 2015. A Oi está atualmente trabalhando para fazer mudanças significativas para seus termos de concessão, a fim de ganhar mais sustentabilidade financeira através da redução de obrigações desnecessárias (como por exemplo, reduzir os requisitos de telefonia pública), a fim de utilizar tais recursos financeiros, não só para o segmento de telefonia fixa da Companhia como também para o crescimento da banda larga no Brasil.

Não podemos garantir que os aditamentos futuros não irão impor exigências a nossa Companhia que requeiram um significativo dispêndio de capital ou que não modificarão os procedimentos de determinação de taxa aplicáveis à nossa Companhia de forma a reduzir de maneira significativa a receita operacional líquida que geramos em nosso segmento de telefonia fixa. Caso os aditamentos aos contratos de concessão tenham os efeitos mencionados acima, nossos negócios, situação financeira e resultados operacionais podem ser afetados de maneira adversa.

4. RECEITAS DE VENDAS E/OU SERVIÇOS

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
Receita bruta de vendas e/ou serviços	3.375.672	3.411.008	11.116.790	11.177.669
Deduções da receita bruta	(1.834.407)	(1.803.197)	(4.289.826)	(4.209.188)
Tributos	(474.945)	(521.788)	(2.015.973)	(2.169.506)
Outras deduções	(1.359.462)	(1.281.409)	(2.273.853)	(2.039.682)
Receitas de vendas e/ou serviços	1.541.265	1.607.811	6.826.964	6.968.481

	Período de nove meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
Receita bruta de vendas e/ou serviços	10.285.363	10.305.227	33.366.813	33.680.656
Deduções da receita bruta	(5.594.658)	(5.403.427)	(12.716.128)	(12.756.084)
Tributos	(1.460.310)	(1.618.515)	(6.176.442)	(6.710.882)
Outras deduções	(4.134.348)	(3.784.912)	(6.539.686)	(6.045.202)
Receitas de vendas e/ou serviços	4.690.705	4.901.800	20.650.685	20.924.572

Notas Explicativas

5. RESULTADOS POR NATUREZA

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
Receitas de vendas e/ou serviços	1.541.265	1.607.811	6.826.964	6.968.481
Receitas (despesas) operacionais:				
Interconexão	(198.521)	(278.616)	(449.075)	(631.909)
Pessoal	(140.649)	(163.415)	(691.081)	(703.226)
Serviços de terceiros	(344.534)	(355.043)	(1.573.609)	(1.567.126)
Serviço de manutenção da rede	(168.696)	(145.298)	(529.020)	(487.526)
Custo de aparelhos e outros			(19.802)	(181.541)
Publicidade e propaganda	(1.953)	(6.013)	(135.636)	(204.704)
Aluguéis e seguros	(161.903)	(101.501)	(928.299)	(771.526)
Provisões / Reversões	(157.603)	(62.114)	(185.606)	(136.810)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(32.903)	(26.847)	(184.066)	(143.432)
Tributos e outras receitas (despesas) (i)	(611.115)	(37.678)	(278.660)	(442.319)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (ii)	325.709	499.636	325.709	561.151
Despesas operacionais excluindo depreciação e	(1.492.168)	(676.889)	(4.649.145)	(4.708.968)
Depreciação e amortização	(237.520)	(218.661)	(1.286.865)	(1.151.433)
Total das despesas operacionais	(1.729.688)	(895.550)	(5.936.010)	(5.860.401)
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro e dos tributos	(188.423)	712.261	890.954	1.108.080
Resultado financeiro:				
Receitas financeiras	458.573	221.095	4.003.796	379.412
Despesas financeiras	(1.445.516)	(805.246)	(5.976.717)	(1.374.505)
Total do resultado financeiro	(986.943)	(584.151)	(1.972.921)	(995.093)
Lucro (Prejuízo) antes das tributações	(1.175.366)	128.110	(1.081.967)	112.987
Imposto de renda e contribuição social	188.868	(73.250)	55.196	(60.814)
Lucro (Prejuízo) líquido das operações continuadas	(986.498)	54.860	(1.026.771)	52.173
Operações descontinuadas				
Resultado líquido de operações descontinuadas (líquidos de impostos)	5.849	(47.218)	5.849	(47.218)
Lucro (Prejuízo) líquido do período	(980.649)	7.642	(1.020.922)	4.955
Lucro (Prejuízo) líquido atribuído aos acionistas controladores	(980.649)	7.642	(980.649)	7.642
Lucro (Prejuízo) atribuído aos acionistas não controladores			(40.273)	(2.687)
Despesas operacionais por função:				
Custos dos bens e/ou serviços vendidos	(686.108)	(690.060)	(3.840.437)	(3.801.305)
Despesas com vendas	(257.949)	(309.244)	(1.205.841)	(1.395.667)
Despesas gerais e administrativas	(334.411)	(296.750)	(966.694)	(917.463)
Outras receitas operacionais	93.766	377.161	397.186	706.918
Outras despesas operacionais	30.726	83.043	(303.818)	(451.825)
Resultado de equivalência patrimonial	(575.712)	(59.700)	(16.406)	(1.059)
Total das despesas operacionais	(1.729.688)	(895.550)	(5.936.010)	(5.860.401)

Notas Explicativas

	Período de nove meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
Receitas de vendas e/ou serviços	4.690.705	4.901.800	20.650.685	20.924.572
Receitas (despesas) operacionais:				
Interconexão	(628.878)	(868.074)	(1.405.548)	(2.061.196)
Pessoal	(412.282)	(542.552)	(1.929.819)	(2.089.409)
Serviços de terceiros	(1.076.366)	(1.133.816)	(4.746.198)	(4.600.117)
Serviço de manutenção da rede	(448.687)	(419.663)	(1.489.630)	(1.401.326)
Custo de aparelhos e outros			(216.504)	(462.592)
Publicidade e propaganda	(7.674)	(12.261)	(272.586)	(512.179)
Aluguéis e seguros	(361.303)	(392.991)	(2.637.477)	(2.347.624)
Provisões / Reversões	(383.489)	(200.345)	(677.647)	(494.101)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(81.909)	(70.782)	(535.630)	(524.035)
Tributos e outras receitas (despesas) (i)	(944.799)	697.880	(929.528)	(1.303.943)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (ii)	298.320	447.595	277.954	1.886.680
Despesas operacionais excluindo depreciação e amortização	(4.047.067)	(2.495.009)	(14.562.613)	(13.909.842)
Depreciação e amortização	(695.782)	(636.036)	(3.777.737)	(3.341.082)
Total das despesas operacionais	(4.742.849)	(3.131.045)	(18.340.350)	(17.250.924)
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro e dos tributos	(52.144)	1.770.755	2.310.335	3.673.648
Resultado financeiro:				
Receitas financeiras	1.199.007	643.770	4.881.100	1.032.526
Despesas financeiras	(3.545.840)	(2.606.311)	(9.332.708)	(4.259.090)
Total do resultado financeiro	(2.346.833)	(1.962.541)	(4.451.608)	(3.226.564)
Lucro (Prejuízo) antes das tributações	(2.398.977)	(191.786)	(2.141.273)	447.084
Imposto de renda e contribuição social	550.918	286.175	258.439	(352.008)
Lucro (Prejuízo) líquido das operações continuadas	(1.848.059)	94.389	(1.882.834)	95.076
Operações descontinuadas				
Resultado líquido de operações descontinuadas (líquidos de impostos)	1.085.910	(80.093)	1.085.910	(80.093)
Lucro (Prejuízo) líquido do período	(762.149)	14.296	(796.924)	14.983
Lucro (Prejuízo) líquido atribuído aos acionistas controladores	(762.149)	14.296	(762.149)	14.296
Lucro (Prejuízo) atribuído aos acionistas não controladores			(34.775)	687
Despesas operacionais por função:				
Custos dos bens e/ou serviços vendidos	(1.861.385)	(2.155.590)	(11.343.217)	(11.242.837)
Despesas com vendas	(809.672)	(940.179)	(3.576.990)	(4.246.238)
Despesas gerais e administrativas	(1.096.410)	(939.196)	(2.913.124)	(2.733.159)
Outras receitas operacionais	283.765	516.935	944.356	2.669.901
Outras despesas operacionais	(410.477)	(344.333)	(1.435.483)	(1.694.805)
Resultado de equivalência patrimonial	(848.670)	731.318	(15.892)	(3.786)
Total das despesas operacionais	(4.742.849)	(3.131.045)	(18.340.350)	(17.250.924)

(i) Inclui despesa de equivalência patrimonial de R\$ 848.670 na controladora (receita de R\$ 731.318 – 30/09/2014) e despesa de R\$ 15.892 (despesa de R\$ 3.786 – 30/09/2014) no consolidado.

(ii) As outras receitas (despesas) operacionais, líquidas no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2015 incluem reversão de contingência cível no valor de R\$ 325.709 decorrentes de reavaliação de metodologia de cálculo e R\$ 47.756 de custos associados às rescisões trabalhistas ocorridas no período. Em setembro de 2014, as outras receitas (despesas) operacionais, líquidas incluem essencialmente o ganho na venda, líquido de despesas de

Notas Explicativas

transação, no montante de R\$ 1,3 bilhão registrado no âmbito do acordo firmado em 3 de dezembro de 2013 pela Companhia com a SBA Torres Brasil, para a transferência de ações representativas a 100% do capital social de uma das suas subsidiárias detentora de 2.007 torres de telecomunicações usadas na prestação de serviços de telefonia móvel, R\$ 355 milhões decorrentes da revisão da metodologia de apuração das provisões para perdas em processos societários e reversão de R\$ 186 milhões da provisão referente à adesão ao REFIS.

6. RESULTADO FINANCEIRO

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
Receitas financeiras				
Juros e variações monetárias sobre outros ativos	73.660	99.122	188.620	196.872
Rendimentos de aplicações financeiras	17.047	56.248	17.647	99.912
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a receber de partes relacionadas	122.694	34.947	29	143
Dividendos recebidos				1.659
Variação cambial sobre aplicações financeiras no exterior	123.476	3.564	3.997.002	28.528
Outras receitas	121.696	27.214	(199.502)	52.298
Total	458.573	221.095	4.003.796	379.412
Despesas financeiras e outros encargos				
a) Despesas com empréstimos e financiamentos				
Variação monetária e cambial sobre empréstimos a pagar a terceiros	(5.024.624)	(933.355)	(10.227.401)	(1.261.047)
Operações de instrumentos financeiros derivativos	4.590.903	758.269	5.730.760	995.599
Juros sobre empréstimos a pagar a terceiros	(358.538)	(209.929)	(1.085.489)	(507.981)
Juros sobre debêntures	(168.664)	(208.610)	(169.429)	(209.328)
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a pagar a partes relacionadas	(126.548)	(56.552)		
Sub-total:	(1.087.471)	(650.177)	(5.751.559)	(982.757)
b) Outros encargos				
Juros e variações monetárias sobre outros passivos	(88.441)	(70.123)	112.701	(111.413)
Atualização monetária de provisões	(17.160)	197	41.083	20.443
Imposto sobre operações financeiras e encargos bancários	(54.055)	(47.958)	(125.963)	(121.049)
Juros sobre impostos e contribuições parcelados - refinanciamento fiscal	(15.083)	(19.023)	(30.167)	(29.120)
Outras despesas	(183.306)	(18.162)	(222.812)	(150.609)
Sub-total:	(358.045)	(155.069)	(225.158)	(391.748)
Total	(1.445.516)	(805.246)	(5.976.717)	(1.374.505)
Resultado financeiro	(986.943)	(584.151)	(1.972.921)	(995.093)

Notas Explicativas

	Período de nove meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
Receitas financeiras				
Juros e variações monetárias sobre outros ativos	265.824	283.288	604.750	578.979
Rendimentos de aplicações financeiras	45.206	157.958	130.041	290.496
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a receber de partes relacionadas	269.014	90.294	29.076	143
Dividendos recebidos (i)				31.270
Variação cambial sobre aplicações financeiras no exterior	135.239	2.052	3.861.776	8.620
Outras receitas (ii)	483.724	110.178	255.457	123.018
Total	1.199.007	643.770	4.881.100	1.032.526
Despesas financeiras e outros encargos				
a) Despesas com empréstimos e financiamentos				
Variação monetária e cambial sobre empréstimos a pagar a terceiros	(6.792.105)	(290.035)	(12.357.401)	(376.852)
Operações de instrumentos financeiros derivativos	5.849.407	(324.170)	7.452.811	(361.001)
Juros sobre empréstimos a pagar a terceiros	(898.350)	(555.579)	(2.376.871)	(1.435.058)
Juros sobre debêntures	(718.330)	(713.161)	(720.566)	(715.261)
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a pagar a partes relacionadas	(288.913)	(197.169)		
Sub-total:	(2.848.291)	(2.080.114)	(8.002.027)	(2.888.172)
b) Outros encargos				
Juros e variações monetárias sobre outros passivos	(202.123)	(207.867)	(398.297)	(515.182)
Atualização monetária de provisões	(37.578)	(112.100)	(74.280)	(183.348)
Imposto sobre operações financeiras e encargos bancários	(190.398)	(91.173)	(378.246)	(226.695)
Juros sobre impostos e contribuições parcelados - refinanciamento fiscal	(42.463)	(46.469)	(83.031)	(81.457)
Outras despesas	(224.987)	(68.588)	(396.827)	(364.236)
Sub-total:	(697.549)	(526.197)	(1.330.681)	(1.370.918)
Total	(3.545.840)	(2.606.311)	(9.332.708)	(4.259.090)
Resultado financeiro	(2.346.833)	(1.962.541)	(4.451.608)	(3.226.564)

- (i) Em maio de 2014, a controlada TMAR recebeu dividendos da Pharol de € 0,10 por ação, perfazendo o montante de € 8.965, os quais haviam sido atribuídos em 30 de abril de 2014.
- (ii) Refere-se, substancialmente, ao ganho nas operações de pagamento de debêntures próprias.

Notas Explicativas

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

Os tributos sobre a renda abrangem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro. A alíquota para imposto de renda é de 25% e a alíquota para contribuição social é de 9%, produzindo uma taxa tributária nominal combinada de 34%.

Os registros relativos à provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro reconhecidos no resultado são os seguintes:

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro				
Tributos correntes	(55.139)	(6.337)	(228.709)	(74.271)
Tributos diferidos	244.007	(66.913)	283.905	13.457
Total	188.868	(73.250)	55.196	(60.814)

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
Lucro (Prejuízo) antes das tributações	(1.175.366)	128.110	(1.081.967)	112.987
Total do resultado tributado	(1.175.366)	128.110	(1.081.967)	112.987
IRPJ E CSLL				
IRPJ + CSLL sobre o resultado tributado	399.624	(43.557)	367.869	(38.416)
Equivalência patrimonial	(195.742)	(20.299)	(5.578)	(360)
Incentivos fiscais (basicamente, lucro da exploração) (i)	231	6	4.205	(8.702)
Exclusões (adições) permanentes (ii)	(15.245)	(9.400)	(58.376)	25.357
Ativo fiscal diferido não constituído (iii)			(18.653)	(27.507)
Efeitos de taxas de imposto diferenciadas (iv)			(234.271)	(11.186)
Efeito de IRPJ/CSLL na demonstração de resultado	188.868	(73.250)	55.196	(60.814)

	Período de nove meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro				
Tributos correntes	(67.651)	(7.514)	(626.313)	(474.001)
Tributos diferidos	618.569	293.689	884.752	121.993
Total	550.918	286.175	258.439	(352.008)

	Período de nove meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
Lucro (prejuízo) antes das tributações	(2.398.977)	(191.786)	(2.141.273)	447.084
Total do resultado tributado	(2.398.977)	(191.786)	(2.141.273)	447.084
IRPJ E CSLL				
IRPJ + CSLL sobre o resultado tributado	815.652	65.207	728.033	(152.009)
Equivalência patrimonial	(288.548)	248.648	(5.404)	(1.287)
Efeito tributário dos JSCP	1.087			
Incentivos fiscais (basicamente, lucro da exploração) (i)	324	18	20.286	18.400
Exclusões (adições) permanentes (ii)	22.403	(27.698)	(203.535)	(136.069)
Compensação de prejuízos fiscais/base negativa da CSLL				446
Ativo fiscal diferido não constituído (iii)			(75.856)	(79.971)
Efeitos de taxas de imposto diferenciadas (iv)			(205.085)	(1.518)
Efeito de IRPJ/CSLL na demonstração de resultado	550.918	286.175	258.439	(352.008)

Notas Explicativas

- (i) Refere-se ao lucro da exploração reconhecido no resultado da controlada Oi Móvel, pela aplicação da Lei nº 11.638/2007.
- (ii) Os principais itens de efeitos tributários de exclusão (adição) permanentes são: multas indedutíveis, patrocínios e doações indedutíveis, receitas de dividendos prescritos.
- (iii) Referem-se a ajustes aos ativos fiscais diferidos em decorrência de controladas que não constituem crédito tributário sobre prejuízos fiscais e base negativa.
- (iv) Esta rubrica corresponde aos efeitos da diferença entre a taxa de imposto aplicável no Brasil e as taxas de imposto aplicáveis a outras empresas do Grupo sediadas no exterior.

As Informações Trimestrais findas em 30 de setembro de 2015 foram elaboradas considerando as melhores estimativas da Administração e os procedimentos instituídos pela Lei nº 12.973/2014.

A Administração efetuou uma avaliação inicial dos aspectos relevantes às suas operações/atividades, tendo por base as inovações na legislação fiscal trazidas pela Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013 (“MP 627/2013”) e as posteriores alterações promovidas em seu texto original durante a sua tramitação pelo Congresso Nacional, resultando no Projeto de Lei de Conversão nº 02/2014 (“PLV 02/2014”), bem como o disposto na Instrução Normativa nº 1.397, de 16 de setembro de 2013, alterada pela IN nº 1.422 de 19 de dezembro de 2013 (“IN 1397/2013”). A partir desta avaliação, a Administração não apurou impactos relevantes em comparação ao regime em vigor até 31 de dezembro de 2014 (para os não optantes pela antecipação dos efeitos da Lei nº 12.973/2014).

Ressalta-se que, o PLV 02/2014 resultou na publicação, em 14 de maio de 2014, da Lei nº 12.973/2014, a qual, em uma análise preliminar, não altera as conclusões acima expostas. A Companhia não optou por antecipar os efeitos decorrentes da referida lei, passando a sujeitar-se às suas disposições a partir de 1 de janeiro de 2015.

8. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras realizadas pela Companhia e suas controladas, nos períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, são classificadas como mantidas para negociação e são mensuradas pelos respectivos valores justos.

(a) Caixa e equivalentes de caixa

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Caixa e contas bancárias	139.213	110.239	536.469	532.285
Equivalentes de caixa	1.597.963	243.845	12.655.819	1.916.921
Total	1.737.176	354.084	13.192.288	2.449.206

Notas Explicativas

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
“Time Deposits”	25.540	31.426	10.269.111	187.117
Fundos de investimentos exclusivos	1.531.633	159.412	1.845.317	1.007.728
Operações compromissadas	39.074	36.184	188.386	66.183
CDB – Certificado de Depósito Bancário	127	15.383	349.123	652.948
Outros	1.589	1.440	3.882	2.945
Equivalentes de caixa	1.597.963	243.845	12.655.819	1.916.921

(b) Aplicações financeiras

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
“Time Deposits”			2.995.101	
Fundos de investimentos exclusivos	17.825	24.437	105.440	171.415
Títulos privados	61.990	18.465	122.408	111.285
Total	79.815	42.902	3.222.949	282.700
Circulante	59.814	24.437	3.100.541	171.415
Não circulante	20.001	18.465	122.408	111.285

(c) Composição das carteiras dos fundos de investimentos exclusivos

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Operações compromissadas	835.921	124.438	995.705	707.304
CDB – Certificado de Depósito Bancário	694.371	33.492	825.914	267.168
“Time Deposits”			206	18.406
Outros	1.341	1.482	23.492	14.850
Títulos classificados em equivalentes de caixa	1.531.633	159.412	1.845.317	1.007.728
Títulos públicos	14.141	19.551	105.440	171.415
Outros	3.684	4.886		
Títulos classificados em aplicações financeiras de curto prazo	17.825	24.437	105.440	171.415
Total aplicado em fundos exclusivos	1.549.458	183.849	1.950.757	1.179.143

A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras em fundos de investimentos exclusivos no Brasil e no exterior, que possuem como objetivo remunerar o caixa, tendo como “benchmark”, o CDI no Brasil e a LIBOR no exterior.

Notas Explicativas

9. CONTAS A RECEBER

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Serviços faturados	2.162.724	1.576.128	6.348.495	5.481.028
Serviços a faturar	463.807	620.740	1.213.982	1.450.777
Aparelhos e acessórios vendidos	77.497	62.135	983.936	1.032.022
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(290.288)	(280.445)	(501.407)	(513.787)
Total	2.413.740	1.978.558	8.045.006	7.450.040

A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
A vencer	2.078.719	1.779.255	6.574.245	5.878.915
Vencidas até 60 dias	398.488	368.536	1.025.981	1.388.330
Vencidas de 61 a 90 dias	41.410	33.351	155.403	136.200
Vencidas de 91 a 120 dias	29.111	23.723	130.919	113.212
Vencidas de 121 a 150 dias	30.480	20.395	134.682	102.139
Vencidas acima de 150 dias	125.820	33.743	525.183	345.031
Total	2.704.028	2.259.003	8.546.413	7.963.827

As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes são as seguintes:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2014	(280.445)	(513.787)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(81.909)	(505.551)
Contas a receber de clientes baixadas como incobráveis	72.066	517.931
Saldo em 30/09/2015	(290.288)	(501.407)

10. TRIBUTOS CORRENTES E DIFERIDOS SOBRE A RENDA

	ATIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Tributos correntes a recuperar				
IR a recuperar (i)	7.555	18.299	166.054	485.929
CS a recuperar (i)	3.863	6.597	66.693	182.772
IRRF/CS – Impostos retidos na fonte (ii)	257.411	194.785	465.389	428.488
Total circulante	268.829	219.681	698.136	1.097.189
Tributos diferidos a recuperar				
IR sobre créditos fiscais – ágio incorporado (iii)	2.199.787	1.180.524	2.199.787	1.180.524
CS sobre créditos fiscais – ágio incorporado (iii)	791.923	424.989	791.923	424.989
IR sobre diferenças temporárias (iv)	1.804.037	921.367	2.894.763	2.073.875
CS sobre diferenças temporárias (iv)	641.935	326.848	947.230	655.156
IR sobre prejuízos fiscais (iv)	1.228.807	1.136.874	2.751.941	2.353.806
CS sobre base negativa (iv)	395.680	360.169	1.025.155	876.478
Subtotal – Tributos diferidos a recuperar	7.062.169	4.350.771	10.610.799	7.564.828
Outros tributos diferidos a recuperar (v)	126.266	30.490	167.288	60.944
Total não circulante	7.188.435	4.381.261	10.778.087	7.625.772

Notas Explicativas

	PASSIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Tributos correntes a recolher				
IR a pagar	40.817	12.491	240.754	306.366
CS a pagar	69.202	59.386	147.100	170.916
Total circulante	110.019	71.877	387.854	477.282

- (i) Referem-se principalmente a antecipações de IR e CS, os quais serão compensados com tributos federais a serem apurados futuramente.
- (ii) Referem-se a créditos de IRRF sobre aplicações financeiras, mútuo, órgãos públicos e outros que são utilizados como dedução nas apurações dos períodos e CS retida na fonte sobre serviços prestados a órgãos públicos.
- (iii) Referem-se a: (i) créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos apurados sob a forma de benefício fiscal originado dos ágios pagos na aquisição da Companhia registrados pelas empresas incorporadas no decorrer do ano de 2009, a realização do crédito fiscal decorre da amortização do saldo de ágio fundamentado na licença de STFC e na mais valia do imobilizado, com aproveitamento fiscal previsto até 2025 e (ii) a créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos originados dos ágios pagos na aquisição de participações da Companhia nos anos de 2008 e 2011 registrados pelas empresas incorporadas na TmarPart e esta pela Companhia, a fundamentação destes ágios está pautada na rentabilidade futura da Companhia e sua amortização está prevista até 2025 (Nota 1).
- (iv) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de encerramento de exercício e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. A Companhia e suas controladas compensam seus prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, até o limite de 30% do lucro fiscal apurado, conforme legislação fiscal vigente.

Adicionalmente, para as controladas diretas e indiretas que não apresentaram, em 30 de setembro de 2015, históricos de rentabilidade e/ou expectativa de geração de lucros tributáveis, os créditos tributários sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social não foram reconhecidos na sua totalidade, bem como, os créditos tributários sobre diferenças temporárias. Os créditos não reconhecidos contabilmente totalizam R\$ 285.406 (31/12/2014 - R\$ 217.655).

A seguir estão apresentados os prazos de expectativa de realização dos ativos de tributos diferidos, provenientes dos créditos tributários sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social e diferenças temporárias:

Notas Explicativas

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
2015		131.339
2016	181.629	382.273
2017	191.179	405.864
2018	340.523	526.947
2019	474.487	988.340
De 2020 a 2022	2.478.950	4.153.854
De 2023 a 2024	403.691	1.030.472
Total	4.070.459	7.619.089

- (v) Referem-se principalmente a antecipações de IR e CS realizadas em anos anteriores, que serão compensadas com tributos federais.

Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	CONTROLADORA			
	Saldo em 31/12/2014	Reconhecido no resultado de IR/CS diferidos	Reconhecido diretamente no Patrimônio líquido	Saldo em 30/09/2015
Impostos diferidos ativos com relação a:				
Diferenças temporárias				
Provisões	1.004.660	(37.901)		966.759
Provisões de tributos com exigibilidade suspensa	33.961	7.071		41.032
Provisões para fundos de pensão e efeitos do CPC 33 (R1) (IAS 19 R)	182.942	(32.089)	5.035	155.888
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	101.596	5.396		106.992
Participação nos lucros	32.019	(13.236)		18.783
Variações cambiais	324.681	747.890		1.072.571
Ágio incorporado (i)	1.605.513	(124.813)	1.511.010	2.991.710
Contabilidade de "hedge"	(63.526)		454.424	390.898
Outras adições e exclusões temporárias	(368.118)	12.328	48.839	(306.951)
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL				
Prejuízos fiscais	1.136.874	91.933		1.228.807
Base negativa de CSLL	360.169	35.511		395.680
Total	4.350.771	692.090	2.019.308	7.062.169

	CONSOLIDADO			
	Saldo em 31/12/2014	Reconhecido no resultado de IR/CS diferidos	Reconhecido diretamente no Patrimônio líquido	Saldo em 30/09/2015
Impostos diferidos ativos com relação a:				
Diferenças temporárias				
Provisões	1.534.792	(96.686)		1.438.106
Provisões de tributos com exigibilidade suspensa	133.958	7.436		141.394
Provisões para fundos de pensão e efeitos do CPC 33 (R1) (IAS 19 R)	183.148	(33.032)	5.035	155.151
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	592.279	48.982		641.261
Participação nos lucros	86.534	(47.383)		39.151
Variações cambiais	556.389	720.468		1.276.857
Ágio incorporado (i)	1.605.513	(124.813)	1.511.010	2.991.710
Contabilidade de "hedge"	(63.695)		522.688	458.993
Outras adições e exclusões temporárias	(294.374)	(63.385)	48.839	(308.920)
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL				
Prejuízos fiscais	2.353.806	398.135		2.751.941
Base negativa de CSLL	876.478	148.677		1.025.155
Total	7.564.828	958.399	2.087.572	10.610.799

Notas Explicativas

- (i) Como consequência da incorporação da TmarPart pela Oi ocorrida em 1 de setembro de 2015, a Companhia registrou o benefício fiscal de imposto de renda e contribuição social estimado, decorrente da amortização dos ágios pagos na aquisição de participações da Companhia nos anos de 2008 e 2011 registrados pelas empresas incorporadas na TmarPart e esta pela Companhia, fundamentados em resultados futuros da Companhia.

11. OUTROS TRIBUTOS

	ATIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
ICMS a recuperar (i)	409.392	414.280	1.356.939	1.512.543
PIS e COFINS	18.626	17.184	164.725	181.772
Outros	15.014	14.811	159.867	101.851
Total	443.032	446.275	1.681.531	1.796.166
Circulante	249.447	247.507	938.602	1.054.255
Não circulante	193.585	198.768	742.929	741.911

	PASSIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
ICMS	302.290	278.999	671.536	709.126
ICMS Convênio nº 69/1998	18.334	16.884	32.987	80.287
PIS e COFINS	363.692	385.613	632.946	664.278
FUST/FUNTTTEL/Radiodifusão	108.069	107.637	847.218	807.576
Outros	72.217	109.993	128.986	281.059
Total	864.602	899.126	2.313.673	2.542.326
Circulante	754.765	810.513	1.422.239	1.667.599
Não circulante	109.837	88.613	891.434	874.727

- (i) O ICMS a recuperar é decorrente, em sua maior parte, das antecipações e dos créditos constituídos na aquisição de bens do imobilizado, cuja compensação com as obrigações fiscais desse imposto ocorre em até 48 meses, de acordo com a Lei Complementar nº 102/2000.

12. DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Em algumas situações, por exigência legal ou por apresentação de garantias, são efetuados depósitos judiciais para garantir a continuidade dos processos em discussão. Esses depósitos judiciais podem ser exigidos para processos cuja probabilidade de perda foi avaliada pela Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, como provável, possível ou remota.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Cíveis	7.321.716	6.967.000	9.433.277	8.919.658
Tributárias	663.515	639.013	2.511.943	2.466.187
Trabalhistas	1.294.596	1.161.776	2.245.714	2.007.822
Total	9.279.827	8.767.789	14.190.934	13.393.667
Circulante	877.973	881.595	1.253.268	1.133.639
Não circulante	8.401.854	7.886.194	12.937.666	12.260.028

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, os depósitos judiciais são atualizados monetariamente.

Notas Explicativas

13. INVESTIMENTOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Investimentos em controladas	16.255.927	19.160.523		
Negócios em conjunto			66.880	74.803
Incentivos fiscais, líquidos das provisões para perdas	10.273	10.273	31.579	31.579
Ágio "Goodwill"	11.618	11.618		
Outros investimentos	3.799	3.799	42.337	42.029
Total	16.281.617	19.186.213	140.796	148.411

Conforme mencionado na Nota 1, no processo de venda da PT Portugal para Altice, a Companhia passou a deter investimento direto nas empresas PT Participações, PTIF, CVTEL e Carrigans.

Resumo das movimentações dos saldos de investimento

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2014	19.186.213	148.411
Transferência de ativos mantidos para venda para investimentos	(1.858.415)	
Equivalência patrimonial	(848.670)	(15.892)
Equivalência reflexa sobre outros resultados abrangentes em controladas	(132.511)	
Equivalência patrimonial reconhecida em ativos mantidos para venda	(10.184)	8.134
Dividendos de controladas	(54.816)	
Outros		143
Saldo em 30/09/2015	16.281.617	140.796

Os principais dados relativos às participações diretas em controladas são os seguintes:

			CONTROLADORA			
			30/09/2015			
			Quantidade em milhares		Participação - %	
Controladas	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) líquido do período	Ações		Capital total	Capital votante
			Ordinárias	Preferenciais		
TMAR	18.185.778	(323.866)	154.032.213	189.400.783	100	100
Rio Alto	607.044	164.308	215.538.129		50	100
Oi Holanda	40.792	(99.778)	100		100	100
Oi Serviços Financeiros	6.880	6.879	799		100	100
PTIF	(2.464.653)	(622.804)	0,042		100	100
CVTEL	(149)	(180)	18		100	100
Carrigans	102		0,100		100	100

Notas Explicativas

	CONTROLADORA					
	Equivalência patrimonial				Valor do investimento	
	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em			
Controladas	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	31/12/2014
TMAR	(28.566)	(67.041)	(323.866)	570.291	18.185.778	18.642.154
Rio Alto	27.104	26.463	82.154	109.381	303.520	269.445
Oi Holanda	(16.839)	(42.625)	(99.778)	(6.613)	40.792	140.570
Oi Serviços Financeiros	1.370	1.162	6.879	6.692	6.880	6.740
PTIF	(608.131)		(622.804)		(2.464.653)	
CVTEL	(129)		(180)		(149)	
Carrigans					102	
Resultado não realizado com investidas	23.732	6.836	82.043	12.972	183.657	101.614
Operações na África (i)	10.874	47.218	12.009	80.093		
PT Portugal (i)	14.873	(31.713)	14.873	(40.895)		
BrT Venezuela				(603)		
Total	(575.712)	(59.700)	(848.670)	731.318	16.255.927	19.160.523

(i) Refere-se a equivalência patrimonial dos investimentos nas operações em Portugal e África, classificadas como ativos mantidos para venda.

Informações financeiras resumidas

Controladas	30/09/2015		
	Ativos	Passivos	Receitas
TMAR	37.791.708	19.605.930	7.915.036
Oi Holanda	26.124.477	26.083.685	
PTIF	17.570.148	20.034.801	
Rio Alto	695.824	88.780	339.241
Oi Serviços Financeiros	75.967	69.087	5.187
CVTEL	57	206	

Controladas	31/12/2014		30/09/2014
	Ativos	Passivos	Receitas
TMAR	36.502.209	17.860.055	8.776.791
Oi Holanda	4.211.322	4.070.752	
Rio Alto	659.246	120.357	268.760
Oi Serviços Financeiros	63.239	56.499	

Notas Explicativas

14. IMOBILIZADO

	CONTROLADORA						
	Obras em andamento	Equipamentos de comutação automática	Equipamentos de transmissão e outros ⁽¹⁾	Infraestrutura	Prédios	Outros ativos	Total
Custo do imobilizado (valor bruto)							
Saldo em 31/12/2014	470.227	5.260.523	17.922.151	3.900.121	1.066.939	1.983.544	30.603.505
Adições	627.322		45.455			4.930	677.707
Baixas			(8.786)	(25.526)		(12.828)	(47.140)
Transferências	(737.073)	(12.838)	349.126	366.913		33.872	
Saldo em 30/09/2015	360.476	5.247.685	18.307.946	4.241.508	1.066.939	2.009.518	31.234.072
Depreciação acumulada							
Saldo em 31/12/2014		(5.089.334)	(14.967.386)	(2.763.723)	(744.020)	(1.463.721)	(25.028.184)
Despesas de depreciação		(29.425)	(316.394)	(230.766)	(16.487)	(50.414)	(643.486)
Baixas			7.004	24.762		12.732	44.498
Transferências		9.639	(2.043)	(706)		(6.890)	
Saldo em 30/09/2015		(5.109.120)	(15.278.819)	(2.970.433)	(760.507)	(1.508.293)	(25.627.172)
Imobilizado líquido							
Saldo em 31/12/2014	470.227	171.189	2.954.765	1.136.398	322.919	519.823	5.575.321
Saldo em 30/09/2015	360.476	138.565	3.029.127	1.271.075	306.432	501.225	5.606.900
Taxa anual de depreciação (média)		11%	10%	8%	8%	12%	

(1) Os equipamentos de transmissão e outros incluem equipamentos de transmissão e comunicação de dados.

	CONSOLIDADO						
	Obras em andamento	Equipamentos de comutação automática	Equipamentos de transmissão e outros ⁽¹⁾	Infraestrutura	Prédios	Outros ativos	Total
Custo do imobilizado (valor bruto)							
Saldo em 31/12/2014	2.657.409	18.767.622	47.661.787	25.025.369	3.641.753	4.792.264	102.546.204
Adições	2.393.247		161.726	878	481	22.789	2.579.121
Baixas		(2.189)	(57.786)	(516.377)		(15.015)	(591.367)
Transferências	(3.239.752)	60.022	1.677.472	1.233.422		268.836	
Saldo em 30/09/2015	1.810.904	18.825.455	49.443.199	25.743.292	3.642.234	5.068.874	104.533.958
Depreciação acumulada							
Saldo em 31/12/2014		(16.536.253)	(34.693.873)	(19.637.902)	(1.773.042)	(4.235.108)	(76.876.178)
Despesas de depreciação		(257.369)	(1.528.070)	(805.697)	(60.154)	(178.199)	(2.829.489)
Baixas		2.189	56.003	515.545		14.801	588.538
Transferências		23.619	41.159	1.001		(65.779)	
Saldo em 30/09/2015		(16.767.814)	(36.124.781)	(19.927.053)	(1.833.196)	(4.464.285)	(79.117.129)
Imobilizado líquido							
Saldo em 31/12/2014	2.657.409	2.231.369	12.967.914	5.387.467	1.868.711	557.156	25.670.026
Saldo em 30/09/2015	1.810.904	2.057.641	13.318.418	5.816.239	1.809.038	604.589	25.416.829
Taxa anual de depreciação (média)		11%	10%	8%	8%	12%	

(1) Os equipamentos de transmissão e outros incluem equipamentos de transmissão e comunicação de dados.

Informações adicionais

De acordo com os contratos de concessão da ANATEL, todos os bens integrantes do patrimônio da Companhia, que sejam indispensáveis à prestação de serviços autorizados nos referidos contratos são denominados reversíveis, e integram o custo da concessão. Esses bens são revertidos à ANATEL ao término dos Contratos de Concessão não renovados.

Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2015, o saldo residual dos bens reversíveis da controladora é de R\$ 2.871.554 (31/12/2014 – R\$ 2.841.541), composto por bens e instalações em andamento, equipamentos de comutação, transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos de sistemas e suporte à operação. No consolidado, o referido saldo monta R\$ 8.195.314 (31/12/2014 - R\$ 8.199.356).

No período findo em 30 de setembro de 2015, foram capitalizados encargos financeiros e custos de transação às obras em andamento na taxa média de 10% a.a.

15. INTANGÍVEL

	CONTROLADORA			
	Intangível em formação	Sistemas de processamento de dados	Outros	Total
Custo do intangível (valor bruto)				
Saldo em 31/12/2014	123.250	2.263.582	100.723	2.487.555
Adições	53.346		316	53.662
Transferências	(66.840)	66.402	438	
Saldo em 30/09/2015	109.756	2.329.984	101.477	2.541.217
Amortização acumulada				
Saldo em 31/12/2014		(2.175.576)	(72.148)	(2.247.724)
Despesas de amortização		(50.969)	(1.327)	(52.296)
Saldo em 30/09/2015		(2.226.545)	(73.475)	(2.300.020)
Intangível líquido				
Saldo em 31/12/2014	123.250	88.006	28.575	239.831
Saldo em 30/09/2015	109.756	103.439	28.002	241.197
Taxa anual de amortização (média)		20%	20%	

	CONSOLIDADO					
	Ágios	Intangível em formação	Sistemas de processamento de dados	Licenças regulatórias	Outros	Total
Custo do intangível (valor bruto)						
Saldo em 31/12/2014	613.719	156.718	7.310.309	4.041.011	1.160.211	13.281.968
Adições		354.643	25.827		35.862	416.332
Transferências		(414.245)	404.839		9.406	
Saldo em 30/09/2015	613.719	97.116	7.740.975	4.041.011	1.205.479	13.698.300
Amortização acumulada						
Saldo em 31/12/2014	(459.645)		(5.874.996)	(2.394.221)	(862.128)	(9.590.990)
Despesas de amortização			(428.656)	(228.901)	(119.432)	(776.989)
Saldo em 30/09/2015	(459.645)		(6.303.652)	(2.623.122)	(981.560)	(10.367.979)
Intangível líquido						
Saldo em 31/12/2014	154.074	156.718	1.435.313	1.646.790	298.083	3.690.978
Saldo em 30/09/2015	154.074	97.116	1.437.323	1.417.889	223.919	3.330.321
Taxa anual de amortização (média)			20%	9%	16%	

Ágios (“Goodwill”)

A Companhia e suas controladas possuem ágios na aquisição de investimentos fundamentados na expectativa de rentabilidade futura (“goodwill”).

Em dezembro de 2014 foram realizadas as análises anuais do valor recuperável, teste de “impairment”, baseadas em projeções de fluxo de caixa descontados de dez anos, prazo pelo qual a entidade estimava recuperar os investimentos quando da aquisição dos negócios, aplicando a taxa

Notas Explicativas

média de crescimento de 24,2% para TV, 14,5% para Meios de pagamento, 6,0% para provedor de internet RII e 4,7% para Multimídia RII, taxa de desconto de 12,3% e utilização de perpetuidade no último ano. Os resultados dos testes não apuraram perdas, conforme resumido no quadro abaixo:

Unidade Geradora de Caixa (UGC)	Saldo dos ativos	Ágio (“goodwill”) alocado à UGC	Base para avaliação do valor recuperável	Valor em uso
TV	46.723	37.690	84.413	912.893
Meios de pagamento	77.591	36.211	113.802	139.781
Provedor de internet RII	27.189	72.828	100.017	287.755
Multimídia RII	169.474	7.345	176.819	650.116
Total	320.977	154.074	475.051	1.990.545

16. FORNECEDORES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Materiais de infraestrutura, rede e manutenção da planta	338.787	218.879	1.601.934	1.708.777
Serviços	879.037	828.806	2.333.037	1.985.629
Aluguel de postes e direito de passagem	116.039	274.261	377.127	422.423
Outros	91.836	75.664	117.811	219.737
Total	1.425.699	1.397.610	4.429.909	4.336.566

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Empréstimos e financiamentos por natureza

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO			
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014	Vencimento (Principal e Juros)	TIR %
“Senior Notes”	11.690.125	8.750.141	40.381.664	12.737.364		
Moeda nacional	1.105.257	1.136.801	1.105.257	1.136.801	set/2015 à set/2016	11,90
Moeda estrangeira	10.584.868	7.613.340	39.276.407	11.600.563	set/2015 à fev/2022	15,94
Instituições financeiras	5.427.600	3.167.440	16.001.426	15.778.442		
CCB - Cédula de Crédito Bancário	22.040	1.310.573	2.527.520	4.503.810	set/2015 à jan/2028	12,08
CRI - Certificados de Recebíveis Imobiliários	506.675	482.302	1.572.588	1.496.674	set/2015 à ago/2022	14,33
Bancos de Desenvolvimento e Agências de Crédito à Exportação	2.096.280	1.374.565	9.098.713	9.777.958	set/2015 à dez/2033	12,38
Linha de crédito rotativo	2.802.605		2.802.605		set/2015 à out/2016	22,90
Debêntures públicas	4.196.158	7.760.378	4.245.404	7.807.389	set/2015 à jul/2021	11,82
Mútuo e Debêntures com controladas	13.491.019	5.252.853			set/2015 à mai/2022	16,42
Subtotal	34.804.902	24.930.812	60.628.494	36.323.195		
Custo de transação incorrido	(281.175)	(289.380)	(529.501)	(473.800)		
Total	34.523.727	24.641.432	60.098.993	35.849.395		
Circulante	2.105.517	1.901.051	8.732.850	4.463.728		
Não circulante	32.418.210	22.740.381	51.366.143	31.385.667		

Em 2 de junho de 2015 foi efetivada a venda da PT Portugal para a Altice S.A. Como parte do processo de venda da PT Portugal o endividamento da subsidiária PTIF (classificado anteriormente como passivos associados a ativos mantidos para venda) ficou com a Oi juntamente com o caixa de

Notas Explicativas

igual montante, sendo reclassificado para endividamento da Companhia. As dívidas originárias são representadas principalmente pela emissão de EMTN “Notes” com vencimento entre 2016 a 2025.

Custos de transações por natureza

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Instituições financeiras	273.901	258.867	522.227	443.287
Debêntures públicas	7.274	30.513	7.274	30.513
Total	281.175	289.380	529.501	473.800
Circulante	60.746	63.711	129.519	107.695
Não circulante	220.429	225.669	399.982	366.105

Composição da dívida por moeda

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Euro	2.706.412	2.412.691	25.362.473	2.412.691
Dólar Norte Americano	11.436.511	5.217.645	21.243.168	12.368.551
Reais	20.380.804	17.011.096	13.493.352	21.068.153
Total	34.523.727	24.641.432	60.098.993	35.849.395

Composição da dívida por indexador

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Taxa pré-fixada	11.726.060	8.765.810	41.685.797	14.146.444
Libor	3.735.927	225.873	6.739.191	2.762.046
CDI	17.567.954	11.982.478	6.487.495	9.811.490
TJLP	746.057	777.669	3.291.286	5.149.392
IPCA	627.333	2.768.443	1.714.445	3.798.431
INPC	120.396	121.159	180.779	181.592
Total	34.523.727	24.641.432	60.098.993	35.849.395

Cronograma de vencimento da dívida de longo prazo e cronograma de apropriação do custo de transação

	Dívida de longo prazo		Custo de transação	
	CONTROLADORA	CONSOLIDADO	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
	30/09/2015			
2016	3.861.212	4.083.677	14.001	26.138
2017	3.753.470	8.780.166	51.889	99.649
2018	1.149.777	6.708.537	48.255	90.525
2019	2.476.761	7.005.360	44.514	80.428
2020 e exercícios seguintes	21.397.419	25.188.385	61.770	103.242
Total	32.638.639	51.766.125	220.429	399.982

Notas Explicativas

Descrição das principais captações de empréstimos e financiamentos

“Senior Notes” – Moeda Estrangeira e Nacional

Em junho de 2015 a Companhia emitiu “Senior Notes” no montante de 600 milhões de Euros, com taxa de remuneração de 5,625% a.a. e vencimento em 2021, com o objetivo de refinanciar as dívidas da Oi e de suas subsidiárias. Com base nos recursos captados com a referida emissão a Companhia realizou aquisições no montante total de € 148 milhões de “Notes” anteriormente emitidas com vencimento em fevereiro de 2016 e cupom de 5,625% e com vencimento em março de 2017 e cupom de 5,242%. Além disso, houve a adesão de troca por “Notes” da nova emissão, no montante total de € 173 milhões das “Notes” com vencimento em fevereiro de 2016 e cupom de 5,625% com vencimento em março de 2017 e cupom de 5,242% e com vencimento em dezembro de 2017 e cupom de 5,125%.

Em julho de 2015 a Companhia recomprou com o imediato cancelamento 169.793 “Notes”, dos detentores que optaram por exercer o direito de venda das “Senior Notes” do “Retail Bond” emitido em julho de 2012 no montante de € 400 milhões.

Em 30 de setembro a Companhia detinha obrigações de sua emissão adquiridas no mercado pelo montante de aproximadamente US\$ 37 milhões e € 27 milhões, as quais mantém em carteira e se destinam a ser canceladas ou mantidas até à maturidade.

Instituições Financeiras

Bancos de Desenvolvimento e Agências de Crédito à Exportação

A Companhia e suas subsidiárias contratam financiamentos junto ao BNDES e outros bancos de desenvolvimento da região Norte e Nordeste com o objetivo de financiar a expansão e melhoria da qualidade de rede fixa e móvel em todo o território nacional e atendimento às obrigações regulatórias e junto a Agências de Crédito à Exportação com o objetivo de financiar parte dos investimentos em equipamentos e serviços que incorporam tecnologia internacional. As principais agências de crédito à exportação contraparte da Companhia e suas subsidiárias são: SEK – “Swedish Export Corporation”; CDB – “China Development Bank”; ONDD – “Office National Du Ducroire”; e FEC – “Finnish Export Credit”.

Em fevereiro de 2015, foram desembolsados US\$ 42,8 milhões (R\$ 123,2 milhões) do contrato de financiamento assinado pela Companhia junto à ONDD (“Office National Du Ducroire/Nationale Delcrederedienst”) em março de 2013, no valor total de US\$ 257 milhões com o objetivo de financiar parte dos investimentos.

Em março de 2015, foram desembolsados US\$ 141,3 milhões (R\$ 461,1 milhões) do contrato de financiamento assinado pela Companhia junto à Finnvera (“Finnish Export Credit Ltd”) em outubro de 2014, no valor de US\$ 397,4 milhões com o objetivo de financiar parte dos investimentos.

Em setembro de 2015 a Companhia realizou o pré-pagamento de R\$ 1.533 milhões e € 58,79 milhões de linhas de financiamento de Bancos de Desenvolvimento e Agências de Crédito à Exportação, respectivamente.

Notas Explicativas

Linha de crédito rotativo

Em maio de 2015 foram desembolsados US\$ 300 milhões (R\$ 955,7 milhões), e em abril de 2015 foram desembolsados US\$ 400 milhões (R\$ 1.167,7 milhões) da linha de crédito rotativo (“*Revolver Credit Facility*”) assinada pela Oi junto à instituições financeiras (Citigroup Global Markets Inc., HSBC Securities (USA) Inc. Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated and RBS Securities Inc.) em outubro de 2011, no valor de US\$ 1.000 milhão com o objetivo de prover capital de giro para a Oi e suas subsidiárias ou para outros propósitos em geral.

Em setembro de 2015, a Companhia realizou o pré-pagamento do montante total desembolsado, R\$ 1.300 milhões, da linha de crédito rotativo (“*Revolver Credit Facility*”) contratada junto a um sindicato de bancos comerciais, composto por Banco do Brasil, Bradesco, HSBC e Santander. O montante total da linha é de R\$ 1.500 milhões.

Debêntures públicas

Em 2015 a Companhia realizou a recompra e imediato cancelamento de Debêntures Públicas não conversíveis em ações, da espécie quirografária de distribuição pública: (1) 38.219 debêntures da 1ª Série da 9ª Emissão; (2) 150.427 debêntures da 2ª Série da 9ª Emissão; (3) 24.002 debêntures da 2ª Série da 5ª Emissão e (4) 100 debêntures da 7ª Emissão.

Garantias

Os financiamentos do BNDES possuem garantias em recebíveis da Companhia e de suas controladas TMAR e Oi Móvel. A Companhia presta aval a suas controladas TMAR e Oi Móvel para tais financiamentos no montante de R\$ 2.809 milhões.

Em 5 de maio de 2014 os EMTN “*Notes*” da subsidiária PTIF passaram a contar com a garantia da Oi.

“Covenants”

A Companhia e suas controladas TMAR e Oi Móvel possuem obrigações no cumprimento de índices financeiros (“*covenants*”) nos contratos de financiamento junto ao BNDES, outras instituições financeiras e em suas emissões de Debêntures e Títulos. Os índices financeiros são apurados trimestralmente ou anualmente.

A venda da PT Portugal levou a um aumento temporário da alavancagem financeira da Companhia, uma vez que a Oi manteve algumas dívidas da PT Portugal em seu balanço. Portanto, a Oi negociou “*waivers*” com os seus credores, inclusive junto ao BNDES, aumentando o seu limite de alavancagem para 6,0x durante todos os trimestres de 2015, devendo voltar ao limite original no primeiro trimestre de 2016.

No fechamento das Informações Trimestrais findas em 30 de setembro de 2015 não houve qualquer evento de vencimento antecipado de dívidas devido ao não cumprimento de quaisquer dos índices financeiros.

Notas Explicativas

Linhas de crédito contratadas e não utilizadas

Em dezembro de 2014, a Companhia assinou um contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB) no valor de R\$ 370,6 milhões com o objetivo de financiar parte dos investimentos na região do nordeste do Brasil. Não houve desembolso dessa linha até o momento.

Em outubro de 2014, a Companhia assinou um contrato de financiamento junto ao Finnvera (“*Finnish Export Credit Ltd*”) no valor de US\$ 397,36 milhões com o objetivo de financiar parte dos investimentos durante os próximos anos. A “*Tranche*” B no valor de US\$ 164,6 milhões ainda não foi desembolsada.

Em dezembro de 2012 a Companhia, contratou uma linha de crédito rotativo (“*Revolver Credit Facility*”), no valor de R\$ 1.500 milhões junto a um sindicato de bancos comerciais, composto por Banco do Brasil, Bradesco, HSBC e Santander. Todo o montante está disponível para desembolso.

Em outubro de 2011 a Companhia contratou linha de crédito rotativo (“*Revolver Credit Facility*”), no valor de US\$ 1.000 milhão junto a um sindicato composto por nove bancos comerciais globais, tendo como líderes os bancos “*Bank of America N.A Merrill Lynch*”, “*Pierce, Fenner & Smith Incorporated*”, “*HSBC Securities (USA) Inc*”, “*RBS Securities Inc*” e “*Citibank N.A.*”. Também participaram do sindicato, em diferentes níveis, os bancos “*Tokio Mitsubishi UFJ*”, “*Barclays PLC*”, “*Deutsche Bank AG*”, “*Morgan Stanley N.A*” e “*Sumitomo Mitsui*”. O montante de US\$ 300 milhões está disponível para desembolso.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Ativos				
Contratos de “ <i>swap</i> ” - cambial	4.811.797	2.113.061	6.480.680	2.871.904
Contratos de “ <i>swap</i> ” - taxa de juros		1.327	409.583	196.017
Contratos de NDF - “ <i>Non Deliverable Forward</i> ”	1.284.287	141.072	1.288.386	153.560
Contratos de Opção	14.120		14.120	
Total	6.110.204	2.255.460	8.192.769	3.221.481
Circulante	1.285.516	141.096	1.838.852	340.558
Não circulante	4.824.688	2.114.364	6.353.917	2.880.923
Passivos				
Contratos de “ <i>swap</i> ” - cambial	839.908	326.329	911.692	413.573
Contratos de “ <i>swap</i> ” - taxa de juros	533.520	233.643	539.503	241.138
Contratos de NDF - “ <i>Non Deliverable Forward</i> ”	298.100	11.864	298.686	12.211
Total	1.671.528	571.836	1.749.881	666.922
Circulante	1.264.794	444.106	1.343.147	523.951
Não circulante	406.734	127.730	406.734	142.971

Notas Explicativas

19. AUTORIZAÇÕES E CONCESSÕES A PAGAR

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
SMP			831.799	1.238.209
Concessões do STFC		40.052	11.446	123.731
Total		40.052	843.245	1.361.940
Circulante		40.052	834.259	675.965
Não circulante			8.986	685.975

Correspondem aos valores a pagar à ANATEL pelas outorgas de radiofrequência e autorizações de prestação de SMP e concessões de serviços STFC, obtidas através de leilões.

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

	CONSOLIDADO
2015	2.810
2016	833.818
2017	3.142
2018	3.142
2019	333
Total	843.245

20. PROGRAMA DE REFINANCIAMENTO FISCAL

O saldo do Programa de refinanciamento fiscal está composto como segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Parcelamento da Lei nº 11.941/2009 e Lei nº 12.865/2013	485.976	515.581	804.128	983.904
REFIS II - PAES	4.336	4.336	4.458	6.326
Total	490.312	519.917	808.586	990.230
Circulante	52.415	52.590	93.706	94.041
Não circulante	437.897	467.327	714.880	896.189

Os valores do parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009, segregados em principal, multas e juros incluindo-se, aí, os débitos indicados por ocasião das reaberturas do prazo para adesão levadas a efeito pelas Leis nºs 12.865/2013 e 12.996/2014, são compostos como segue:

	CONSOLIDADO				
	30/09/2015				31/12/2014
	Principal	Multas	Juros	Total	Total
COFINS	185.343	7.742	201.471	394.556	563.846
Imposto de renda	46.117	4.499	53.394	104.010	119.447
PIS	66.321	1.394	37.803	105.518	102.598
INSS – SAT	54	2.854	8.854	11.762	13.852
Contribuição social	11.351	1.435	13.643	26.429	30.985
CPMF	19.211	2.157	26.656	48.024	39.717
Outros	45.058	5.274	67.955	118.287	119.785
Total	373.455	25.355	409.776	808.586	990.230

Notas Explicativas

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
2015	13.495	22.253
2016	53.979	89.019
2017	53.979	89.019
2018	53.979	89.019
2019	53.979	89.019
2020 a 2022	161.938	267.056
2023 a 2025	98.963	163.201
Total	490.312	808.586

21. PROVISÕES

Composição do saldo

Natureza	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Trabalhista				
Horas extras	256.783	258.072	374.986	471.506
Adicionais diversos	53.579	56.054	115.932	131.963
Indenizações	66.453	71.460	111.697	152.113
Estabilidade / Reintegração	75.231	73.958	110.856	126.070
Complemento de aposentadoria	57.090	54.080	76.036	83.417
Diferenças salariais	33.233	31.719	43.441	52.852
Honorários advocatícios/periciais	16.569	17.891	27.192	29.382
Verbas rescisórias	7.086	6.810	15.567	20.235
Multas trabalhistas	4.536	3.981	13.823	15.562
FGTS	5.569	5.822	7.655	9.359
Vínculo empregatício	177	249	6.584	5.717
Subsidiariedade	536	850	988	1.581
Demais ações	27.041	31.990	42.052	55.267
Total	603.883	612.936	946.809	1.155.024
Tributária				
ICMS	29.954	92.292	308.029	363.025
ISS	127	536	68.527	71.666
INSS (responsabilidade solidária, honorários e verbas indenizatórias)	379	3.634	29.071	31.735
ILL			6.811	20.691
Demais ações	32.339	2.360	77.306	45.504
Total	62.799	98.822	489.744	532.621
Cível				
Societário	1.105.005	1.549.525	1.105.005	1.549.525
Estimativas ANATEL	227.121	222.308	620.691	597.437
Multas ANATEL	114.027	106.592	516.776	506.726
Juizado Especial	240.003	148.122	402.877	282.209
Demais ações	180.320	203.767	467.476	508.226
Total	1.866.476	2.230.314	3.112.825	3.444.123
Total das provisões	2.533.158	2.942.072	4.549.378	5.131.768
Circulante	787.346	637.244	1.222.642	1.058.521
Não circulante	1.745.812	2.304.828	3.326.736	4.073.247

Notas Explicativas

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, as provisões para perdas em processos judiciais são mensalmente atualizadas monetariamente.

Detalhamento do passivo contingente, por natureza

A composição das contingências cujo grau de risco foi considerado possível e, portanto, não registradas contabilmente, é a seguinte:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Trabalhista	406.793	540.345	756.389	1.082.677
Tributária	5.438.708	5.505.144	22.154.002	21.059.009
Cível	356.659	358.735	1.210.456	1.146.745
Total	6.202.160	6.404.224	24.120.847	23.288.431

Resumo das movimentações dos saldos de provisões:

	CONTROLADORA			
	Trabalhista	Tributária	Cível	Total
Saldo em 31/12/2014	612.936	98.822	2.230.314	2.942.072
Incorporação da TmarPart		5.397		5.397
Atualização monetária	18.285	(12.082)	31.375	37.578
Adições / (Reversões)	18.322	8.623	62.994	89.939
Baixas por pagamentos / encerramentos	(45.660)	(37.961)	(458.207)	(541.828)
Saldo em 30/09/2015	603.883	62.799	1.866.476	2.533.158

	CONSOLIDADO			
	Trabalhista	Tributária	Cível	Total
Saldo em 31/12/2014	1.155.024	532.621	3.444.123	5.131.768
Incorporação da TmarPart		5.397		5.397
Atualização monetária	4.197	14.983	55.100	74.280
Adições / (Reversões)	(64.424)	21.959	426.563	384.098
Baixas por pagamentos / encerramentos	(147.988)	(85.216)	(812.961)	(1.046.165)
Saldo em 30/09/2015	946.809	489.744	3.112.825	4.549.378

De acordo com avaliações de nossos consultores jurídicos e com base em informações históricas mais completas, a avaliação de perda de um conjunto de processos judiciais trabalhistas em que a Companhia tem responsabilidade acessória passou a ser avaliado como remoto, resultando numa baixa do valor anteriormente registrado.

A Companhia revisou a metodologia de apuração das provisões para perdas em processos cíveis – societários relacionados aos contratos de participação financeira, incluindo técnicas estatísticas, em função de maior experiência acumulada no assunto. A mudança de estimativa gerou uma reversão nas provisões para processos cíveis - societários de R\$ 325.709 na controladora e no consolidado, registrados em outras receitas (despesas) operacionais, líquidas.

Garantias

A Companhia possui contratos de carta de fiança bancária e seguros garantia com diversas instituições financeiras e seguradoras para garantir compromissos em processos judiciais, obrigações contratuais e licitações junto à ANATEL. O valor atualizado de fianças, seguro garantia contratadas e vigentes na data do encerramento do período findo em 30 de setembro de 2015 corresponde a R\$ 5.646.888 (31/12/2014 - R\$ 5.816.071) na controladora e R\$ 16.790.182

Notas Explicativas

(31/12/2014 - R\$ 16.488.245) no consolidado. Os encargos de comissão desses contratos refletem as taxas praticadas no mercado.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 21.438.374 (31/12/2014 - R\$ 21.438.220), composto pelas seguintes ações sem valor nominal:

	Quantidade (em milhares de ações)	
	30/09/2015	31/12/2014
Capital total em ações		
Ações ordinárias	286.155	286.155
Ações preferenciais	572.317	572.317
Total	858.472	858.472
Ações em tesouraria		
Ações ordinárias	55.830	8.425
Ações preferenciais	102.151	7.281
Total	157.981	15.706
Ações em circulação		
Ações ordinárias	230.325	277.730
Ações preferenciais	470.166	565.036
Total em circulação	700.491	842.766

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, em ações ordinárias e preferenciais, até que o valor do seu capital social alcance R\$ 34.038.701.741,49, observado o limite legal de 2/3 (dois terços) do capital social de ações sem direito a voto no caso de emissão de novas ações preferenciais sem esse direito.

Por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, o capital da Companhia poderá ser aumentado pela capitalização de lucros acumulados ou de reservas anteriores a isto destinados pela Assembleia Geral. Nestas condições, a capitalização poderá ser feita sem modificação do número de ações.

O capital social é representado por ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal, não havendo obrigatoriedade, nos aumentos de capital, de se guardar proporção entre elas.

Por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, pode ser excluído o direito de preferência para emissão de ações, bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações, nas hipóteses previstas no art. 172 da Lei das Sociedades por Ações.

Em 25 de fevereiro de 2015 o Conselho de Administração aprovou um aumento do capital social de R\$ 154 sem emissão de novas ações com capitalização de reserva de investimento.

(b) Ações em tesouraria

As ações em tesouraria na data de 30 de setembro de 2015 são originadas de eventos societários ocorridos no decorrer do primeiro trimestre de 2015, do segundo trimestre de 2014 e do primeiro semestre de 2012, a seguir descritos:

Notas Explicativas

- (i) Em 27 de fevereiro de 2012 a AGE – Assembleia Geral Extraordinária da Oi S.A. aprovou o Protocolo e Justificação da Incorporação da Coari na Companhia e, conseqüentemente, o cancelamento da totalidade das ações em tesouraria existentes na Companhia naquela data;
- (ii) Em 27 de fevereiro de 2012 a AGE da Oi S.A. aprovou o Protocolo e Justificação da Incorporação da TNL na Companhia e as ações então detidas pela TNL da Companhia, em decorrência da incorporação da Coari na Companhia, foram canceladas com a exceção de 24.647.867 ações ordinárias que foram mantidas em tesouraria;
- (iii) A partir de 9 de abril de 2012 foram realizados pagamentos do valor do reembolso das ações de acionistas dissidentes.
- (iv) Em decorrência do aumento de capital da Companhia homologado pelo Conselho de Administração em 30 de abril e 5 de maio de 2014, e devido a subscrição efetuado pela Pharol em ativos da PT Portugal, o montante de R\$ 263.028 foi reclassificado contabilmente para ações em tesouraria (Nota 3.1 - item iv).
- (v) Nos termos do contrato de permuta celebrado com a Pharol, em 8 de setembro de 2014 (Nota 27), aprovados em AGE da Pharol, pela CVM e AGE da Oi, a Companhia realizou, em 30 de março de 2015, permuta de ações pela qual a Pharol entregou à PTIF ações de emissão da Oi correspondentes a 474.348.720 OIBR3 e 948.697.440 OIBR4 (47.434.872 e 94.869.744, respectivamente após o grupamento de ações); e a Companhia, em contrapartida, entregou títulos de emissão da Rio Forte à Pharol, no valor total principal de R\$ 3.163 milhões (€ 897 milhões).

(c) Reservas de capital

As reservas de capital são constituídas em conformidade com as seguintes práticas:

Reserva especial de ágio na incorporação: representa o valor líquido da contrapartida do valor do crédito tributário, conforme disposições da Instrução CVM nº 319/1999.

Reserva especial de incorporação – acervo líquido: representado por: (i) acervo líquido incorporado pela Companhia na Reorganização Societária aprovada em 27 de fevereiro de 2012 no montante de R\$ 2.309.296; (ii) acervo líquido incorporado pela Companhia na incorporação da TmarPart aprovada em 1 de setembro de 2015 no montante de R\$ 122.411 incluem, principalmente, R\$ 20.349 de Caixa e equivalentes de caixa, R\$ 112.961 de Tributos diferidos e R\$ 11.166 de Empréstimos e (iii) o valor da contrapartida do benefício fiscal decorrente da amortização de ágios registrados na Companhia pela incorporação da TmarPart no montante de R\$ 1.511.011, conforme disposições da Instrução CVM nº 319/1999 (Nota 1).

Em relação ao acervo líquido da TmarPart cumpre mencionar que em 30 de junho de 2015 havia registrado no balanço da TmarPart uma mais-valia do ativo imobilizado e intangível de R\$ 6.347 milhões, líquido de impostos. Com base nos eventos ocorridos entre 30 de junho de 2015 e a data de incorporação em 1 de setembro de 2015, nos pareceres técnicos externos obtidos pela Companhia e considerando a ausência de norma contábil específica sobre incorporações de entidades sob controle comum nas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) e práticas contábeis adotadas no Brasil e a existência de interpretações indicando que, na incorporação, a manutenção ou estorno da mais-valia é uma escolha de política contábil, a Companhia não registrou no seu balanço a referida mais-valia. Nos termos do ICPC 09 (R2) itens 77 e 78 e na Instrução CVM 319/1999 a Companhia irá apresentar uma consulta técnica à CVM. A

Notas Explicativas

Companhia informa que o registro da mais-valia no seu balanço, em 30 de setembro de 2015, geraria o aumento do total do ativo e do patrimônio líquido em R\$ 9.343 milhões e R\$ 6.167 milhões, respectivamente, e a diminuição do resultado líquido do período de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2015 em R\$ 60 milhões, líquidos dos efeitos tributários.

Reserva de doações e subvenções para investimentos: constituída em razão de doações e subvenções recebidas antes do início do exercício social de 2008 e cuja contrapartida representa um ativo recebido pela Companhia.

Reserva de correção monetária especial da Lei nº 8.200/1991: constituída em razão dos ajustes de correção monetária especial do ativo permanente e cuja finalidade foi a compensação de distorções nos índices de correção monetária anteriores a 1991.

Juros sobre obras em andamento: formadas pela contrapartida de juros sobre obras em andamento incorridos até 31 de dezembro de 1998.

Outras reservas de capital: formadas pelos recursos aplicados em incentivos fiscais de imposto de renda, antes do início do exercício social de 2008.

(d) Reservas de lucros

As reservas de lucros são constituídas de acordo com as seguintes práticas:

Reserva legal: destinação de 5% do lucro anual até o limite de 20% do capital social realizado. A destinação é optativa quando a reserva legal, somada às reservas de capital, supera em 30% o capital social. A reserva somente é utilizada para aumento do capital social ou para absorção de prejuízos.

Reserva para investimentos: formada pelos saldos de lucros do exercício, ajustados nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/1976 e destinados após o pagamento dos dividendos. Os saldos de lucros dos exercícios que contribuem para a formação desta reserva foram integralmente destinados como lucros retidos pelas respectivas assembleias gerais de acionistas, face ao orçamento de investimentos da Companhia e de acordo com o art. 196 da Lei das Sociedades por Ações.

Em 25 de fevereiro de 2015, o Conselho de Administração aprovou a capitalização do saldo da reserva de investimentos no valor total de R\$ 1.933.354, da seguinte forma: (i) R\$ 154 para o aumento do capital social e (ii) R\$ 1.933.200 para constituição de reservas de capital, sem emissão de novas ações.

(e) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Os dividendos são calculados ao final do exercício social, de acordo com o estatuto da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos mínimos obrigatórios são calculados de acordo com o art. 202 da Lei nº 6.404/1976 e os preferenciais ou prioritários de conformidade com o estabelecido no estatuto da Companhia.

As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto nas hipóteses dos parágrafos 1º a 3º do art. 12 do estatuto social, sendo a elas assegurada prioridade no recebimento de dividendo mínimo e não cumulativo de 6% a.a., calculado sobre o valor resultante da divisão do capital social pelo número total de ações ou de 3% a.a., calculado sobre o valor resultante da divisão do patrimônio líquido contábil pelo número total de ações, o que for maior.

Notas Explicativas

Por deliberação do Conselho de Administração a Companhia pode pagar ou creditar, a título de dividendos, juros sobre o capital próprio nos termos do art. 9º, parágrafo 7º, da Lei nº 9.249/1995. Os juros pagos ou creditados serão compensados com o valor do dividendo anual mínimo obrigatório, de acordo com o art. 43 do estatuto social.

Na AGO - Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 29 de abril de 2015, foi aprovada a destinação do prejuízo do exercício de 2014 no montante de R\$ 4.407.711 da seguinte forma: (i) absorção da reserva legal no valor de R\$ 383.527 e o valor de R\$ 4.024.184 para prejuízos acumulados.

(f) Custo de emissões de ações

Nessa rubrica foram reconhecidos os custos de emissão das ações, líquido de impostos no montante de R\$ 175.838, relacionados às transações societárias: (1) aumento do capital social, em conformidade com o plano de combinação de negócios entre a Companhia e a Pharol, (2) Reorganização Societária de 27 de fevereiro de 2012 e (3) incorporação da TmarPart pela Oi. Esses custos diretamente atribuíveis aos eventos mencionados são representados basicamente por gastos com elaboração de prospectos e relatórios, serviços profissionais de terceiros, taxas e comissões, custos de transferência e custos de registro.

(g) Outros resultados abrangentes

Nessa rubrica são reconhecidos outros resultados abrangentes que incluem ganhos e perdas de contabilidade de “*hedge*”, ganhos e perdas atuariais, variações cambiais decorrentes de investimento líquido em controladas no exterior, incluindo variações cambiais sobre empréstimos de mútuo que fazem parte do investimento líquido em controladas no exterior, ajustes de reclassificação e os efeitos tributários relativos a esses componentes, não reconhecidos nas demonstrações do resultado.

O formulário de Informações Trimestrais arquivado no sistema Empresas.Net da CVM apresenta no balanço patrimonial apenas a rubrica de “Ajuste de avaliação patrimonial” e “Outros resultados abrangentes” - patrimônio líquido (e não apresenta a rubrica “Custo de emissão de ações”, “Obrigações em instrumentos patrimoniais” e “Variação de porcentagem de participação”) e a demonstração das mudanças do patrimônio líquido apenas a rubrica “Outros resultados abrangentes” (não apresentando a rubrica “Custo de emissão de ações”, “Obrigações em instrumentos patrimoniais”, tampouco a rubrica “Variação de porcentagem de participação”).

Notas Explicativas

Conseqüentemente, os efeitos discutidos no item acima, são apresentados de forma agregada nas respectivas rubricas existentes, e acima mencionadas, conforme demonstrado abaixo:

	Outros resultados abrangentes	Custo de emissão de ações	Obrigações em instrumentos patrimoniais	Varição de porcentagem de participação	Total
Saldo em 31/12/2014	45.126	(309.592)	(2.894.619)	3.916	(3.155.169)
Incorporação da TmarPart		(31.680)			(31.680)
Perda de contabilidade de "hedge"	(882.118)				(882.118)
Perda de contabilidade de "hedge" reflexa	(132.509)				(132.509)
Perda atuarial	(9.770)				(9.770)
Ganho atuarial reflexo transferido para prejuízos acumulados	714.654				714.654
Varição cambial sobre investimento no exterior	1.888.963				1.888.963
Varição cambial sobre investimento no exterior reflexa	364.408				364.408
Obrigações em instrumentos patrimoniais			(268.921)		(268.921)
Permuta de ações em tesouraria			3.163.540		3.163.540
Outros resultados abrangentes	144.735				144.735
Resultado abrangente transferido para resultado do período	(1.709.347)				(1.709.347)
Saldo em 30/09/2015	424.142	(341.272)		3.916	86.786

(h) Lucro (Prejuízo) por ação básico e diluído

Os acionistas ordinaristas e preferencialistas possuem direitos diferentes em relação a dividendos, direito a voto e em caso de liquidação, conforme determina o estatuto social da Companhia. Desta forma, o lucro (prejuízo) por ação básico e diluído foi calculado com base no lucro do período disponível para os mesmos.

Básico

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas controladores da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o período.

Diluído

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia não possui atualmente ações potenciais diluidoras.

Notas Explicativas

A seguir são apresentados os cálculos do lucro (prejuízo) por ação básico e diluído:

	Período de três meses findos em 30/09/2015	Período de nove meses findos em 30/09/2015	Período de três meses findos em 30/09/2014	Período de nove meses findos em 30/09/2014
Lucro (Prejuízo) líquido das operações continuadas	(986.498)	(1.848.059)	54.860	94.389
Resultado líquido das operações descontinuadas (líquido de impostos)	5.849	1.085.910	(47.218)	(80.093)
Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas controladores da Companhia	(980.649)	(762.149)	7.642	14.296
Lucro (Prejuízo) alocado às ações ordinárias – básicas e diluídas	(322.414)	(250.797)	2.518	4.681
Lucro alocado às ações preferenciais – básicas e diluídas	(658.235)	(511.352)	5.124	9.615
Média ponderada das ações em circulação (Em milhares de ações)				
Ações ordinárias – básicas e diluídas	230.295	246.107	277.730	177.173
Ações preferenciais – básicas e diluídas	470.166	501.789	565.036	363.921
Lucro (Prejuízo) por ação (Em Reais):				
Ações ordinárias – básicas e diluídas	(1,40)	(1,02)	0,01	0,03
Ações preferenciais – básicas e diluídas	(1,40)	(1,02)	0,01	0,03
Lucro (Prejuízo) por ação – operações continuadas:				
Ações ordinárias – básicas e diluídas	(1,41)	(2,47)	0,07	0,17
Ações preferenciais – básicas e diluídas	(1,41)	(2,47)	0,07	0,17
Lucro (Prejuízo) por ação – operações descontinuadas:				
Ações ordinárias – básicas e diluídas	0,01	1,45	(0,06)	(0,15)
Ações preferenciais – básicas e diluídas	0,01	1,45	(0,06)	(0,15)

Ajuste retrospectivo

Conforme requerido pelo CPC 41/IAS 33, a Companhia ajustou retrospectivamente o cálculo do lucro básico e diluído por ação considerando a nova composição acionária decorrente do grupamento de ações comentado no item (a) acima.

23. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Em 30 de setembro de 2015, as responsabilidades consolidadas com benefícios de aposentadoria registradas no balanço estão demonstradas a seguir:

	30/09/2015	31/12/2014
Ativos atuariais	47.256	47.496
Circulante	2.775	1.744
Não circulante	44.481	45.752
Passivos atuariais	397.944	476.535
Circulante	35.085	129.662
Não circulante	362.859	346.873

Notas Explicativas

(a) Fundos de pensão

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de benefícios de aposentadoria (“Fundos de Pensão”) aos seus empregados, desde que estes optem pelos referidos planos, e aos participantes assistidos. Segue abaixo quadro demonstrativo dos planos de benefícios existentes em 30 de setembro de 2015.

Planos de benefícios	Empresas patrocinadoras	Gestor
TCSPREV	Oi, Oi Móvel, BrT Multimídia e Oi Internet	FATL
BrTPREV	Oi, Oi Móvel, BrT Multimídia e Oi Internet	FATL
TelemarPrev	Oi, TMAR, Oi Móvel e Oi Internet	FATL
PAMEC	Oi	Oi
PBS-A	TMAR e Oi	Sistel
PBS-Telemar	TMAR	FATL
PBS-TNCP	Oi Móvel	Sistel
CELPREV	Oi Móvel	Sistel

Sistel – Fundação Sistel de Seguridade Social

FATL – Fundação Atlântico de Seguridade Social

A Companhia, para efeitos de fundos de pensão citada nesta nota, também poderá estar denominada como “Patrocinadora”.

Os planos patrocinados são avaliados por atuários independentes na data de encerramento do exercício social. Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, as avaliações atuariais foram realizadas pela Mercer Human Resource Consulting Ltda. Os estatutos sociais prevêem a aprovação da política de previdência complementar, sendo que a solidariedade atribuída aos planos de benefícios definidos vincula-se aos atos firmados junto às fundações, com a anuência da PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar, no que cabe aos planos específicos. A PREVIC é o órgão oficial que aprova e fiscaliza os referidos planos.

Nos planos patrocinados de benefício definido não há mais possibilidade de novas adesões por serem planos fechados. As contribuições de participantes e da patrocinadora estão definidas no Plano de Custeio.

Para os planos patrocinados, de benefício definido, que apresentem situação atuarial deficitária são constituídos os passivos atuarias. Para os planos que apresentam situação atuarial superavitária são constituídos ativos nos casos de autorização explícita para compensação com contribuições patronais futuras.

As obrigações no balanço em 30 de setembro de 2015 foram registradas com base nos estudos atuariais com referência a 31 de dezembro de 2014, elaborados com base no “Método da Unidade de Crédito Projetada”, ajustadas por custos com benefícios de aposentadoria e pagamentos de benefícios no período e pelas perdas atuariais apuradas em 30 de setembro de 2015 relacionadas com a diferença entre a rentabilidade real e estimada dos fundos e com o impacto da revisão das taxas de desconto utilizadas para desconto das obrigações atuariais. As principais premissas atuariais consideradas nos estudos atuariais de 31 de dezembro de 2014 e em 30 de setembro de 2015 após a revisão das taxas de desconto são como segue:

Notas Explicativas

	CONSOLIDADO			
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev
PRINCIPAIS PREMISSAS ATUARIAIS UTILIZADAS				
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	11,83%	11,83%	11,83%	11,83%
Taxa estimada de inflação	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%
Índice de aumento salarial nominal estimado	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%
Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano	11,83%	11,83%	11,83%	11,83%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT2000	AT2000	AT2000	AT2000
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Zimmermann	Zimmermann	Zimmermann	Zimmermann
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss
Taxa de rotatividade	7,3%	8,2%	Nula	0% a 12%

	CONSOLIDADO			
	PBS-A	PAMEC	PBS-TNCP	CELPREV
PRINCIPAIS PREMISSAS ATUARIAIS UTILIZADAS				
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	11,83%	11,83%	11,83%	11,83%
Taxa estimada de inflação	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%
Índice de aumento salarial nominal estimado	N/A	N/A	N/A	N/A
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	N/A	N/A	N/A	N/A
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos	N/A	8,67%	N/A	N/A
Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano	11,83%	11,83%	11,83%	11,83%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT2000	AT2000	AT2000	AT2000
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Zimmermann	Zimmermann	Zimmermann	ZimmermannNi
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss
Idade de início dos benefícios	N/A	N/A	57anos	55anos
Taxa de rotatividade	N/A	N/A	Nula	Nula

Abaixo seguem as principais movimentações ocorridas nas obrigações atuariais com planos de pensão e aposentadoria em 30 de setembro de 2015:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31 de dezembro de 2014	476.190	476.535
Custos com planos de aposentadoria, líquidos	60.678	60.734
Pagamentos, contribuições e reembolsos	(139.325)	(139.325)
Saldo em 30 de setembro de 2015	397.543	397.944

Abaixo seguem as principais movimentações ocorridas nos ativos atuariais relativos aos planos de pensão e aposentadoria em 30 de setembro de 2015:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31 de dezembro de 2014	43.772	47.496
Rendimentos com planos de aposentadoria, líquidos	3.885	4.214
Ganhos (perdas) atuariais, líquidos	924	924
Pagamentos, contribuições e reembolsos	(4.888)	(5.378)
Saldo em 30 de setembro de 2015	43.693	47.256

24. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Administração da Companhia utiliza as informações por segmentos de negócios para a tomada de decisões. A Companhia identificou apenas um segmento operacional que corresponde aos negócios de Telecomunicações no Brasil.

Além dos negócios de Telecomunicações no Brasil, a Companhia tem outros negócios que não cumprem individualmente ou em conjunto nenhum dos indicadores quantitativos que obrigam à divulgação como segmento de negócio reportável. Estes negócios respeitam essencialmente às

Notas Explicativas

seguintes empresas: Mobile Telecommunications Limited na Namíbia, Companhia Santomense de Telecomunicações, Listas Telefónicas de Moçambique, ELTA – Empresa de Listas Telefónicas de Angola e Timor Telecom, as quais prestam serviços de telecomunicações fixas e móveis e de listas telefónicas e foram consolidadas a partir de maio de 2014.

A geração de receita é avaliada pela Administração na visão segmentada por cliente nas seguintes categorias:

- Serviços Residenciais, com foco na venda de serviços de telefonia fixa, incluindo serviços de voz, serviços de comunicação de dados (banda larga) e TV por assinatura;
- Mobilidade Pessoal com foco na venda de serviços de telefonia móvel para clientes Pós-pago e Pré-pago e clientes de banda larga móvel; e
- Empresarial/Corporativo que incluem soluções empresariais para nossos clientes corporativos de pequeno, médio e grande porte.

Telecomunicações no Brasil

Na preparação da informação financeira deste segmento reportável, as transações entre as empresas que o compõem são eliminadas. A informação financeira deste segmento reportável para 30 de setembro de 2015 e de 2014 é como segue:

	Período de três meses findos em	
	30/09/2015	30/09/2014
Residencial	2.436.623	2.450.698
Mobilidade pessoal	2.048.373	2.180.476
Empresarial / Corporativo	1.967.236	2.039.354
Outros serviços e negócios	62.708	67.000
Receita de vendas e/ou serviços	6.514.940	6.737.528
Despesas operacionais		
Depreciação e amortização	(1.213.798)	(1.102.869)
Interconexão	(430.897)	(627.142)
Pessoal	(655.784)	(673.693)
Serviços de terceiros	(1.529.997)	(1.540.663)
Serviços de manutenção de rede	(516.104)	(481.444)
Custo de aparelhos e outros	(5.721)	(171.314)
Publicidade e propaganda	(127.800)	(198.365)
Aluguéis e seguros	(911.685)	(763.033)
Provisões / Reversões	(185.606)	(136.810)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(181.403)	(140.098)
Tributos e outras despesas	(229.730)	(463.808)
Outras receitas operacionais, líquidas	325.709	561.151
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS	852.124	999.440
RESULTADO FINANCEIRO		
Receitas financeiras	4.291.304	382.533
Despesas financeiras	(6.252.468)	(1.381.141)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	(1.109.040)	832
Imposto de renda e contribuição social	116.875	6.810
PREJUÍZO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS	(992.165)	7.642

Notas Explicativas

	Período de nove meses findos em	
	30/09/2015	30/09/2014
Residencial	7.387.419	7.522.494
Mobilidade pessoal	6.324.820	6.577.856
Empresarial / Corporativo	5.989.437	6.226.534
Outros serviços e negócios	208.854	222.063
Receita de vendas e/ou serviços	19.910.530	20.548.947
Despesas operacionais		
Depreciação e amortização	(3.606.477)	(3.257.713)
Interconexão	(1.361.507)	(2.053.984)
Pessoal	(1.843.509)	(2.041.033)
Serviços de terceiros	(4.636.423)	(4.558.072)
Serviços de manutenção de rede	(1.457.664)	(1.392.453)
Custo de aparelhos e outros	(178.554)	(446.728)
Publicidade e propaganda	(251.973)	(500.647)
Aluguéis e seguros	(2.598.904)	(2.333.120)
Provisões / Reversões	(677.647)	(494.101)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(505.551)	(516.547)
Tributos e outras despesas	(913.949)	(1.335.618)
Outras receitas operacionais, líquidas	277.954	1.886.680
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS	2.156.326	3.505.611
RESULTADO FINANCEIRO		
Receitas financeiras	5.022.792	1.034.565
Despesas financeiras	(9.475.329)	(4.264.666)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	(2.296.211)	275.510
Imposto de renda e contribuição social	414.453	(261.214)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS	(1.881.758)	14.296

Reconciliação das receitas e do resultado líquido e informação por mercado geográfico

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2015 e de 2014, a reconciliação entre receitas do segmento de Telecomunicações no Brasil e o total das receitas consolidadas é como segue:

	Período de três meses findos em	
	30/09/2015	30/09/2014
Receita de vendas e/ou serviços		
Receitas relativas ao segmento reportado	6.514.940	6.737.528
Receitas relativas a outros negócios (i)	312.024	230.953
Receita de vendas e/ou serviços consolidado	6.826.964	6.968.481

	Período de nove meses findos em	
	30/09/2015	30/09/2014
Receita de vendas e/ou serviços		
Receitas relativas ao segmento reportado	19.910.530	20.548.947
Receitas relativas a outros negócios (i)	740.155	375.625
Receita de vendas e/ou serviços consolidado	20.650.685	20.924.572

(i) Em 2014 os negócios de África e Timor foram consolidados após 1 de maio.

Notas Explicativas

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2015 e de 2014, a reconciliação entre o resultado antes do resultado financeiro e tributos do segmento de Telecomunicações no Brasil e o resultado antes do resultado financeiro e tributos consolidado é como segue:

	Período de três meses findos em	
	30/09/2015	30/09/2014
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		
Telecomunicações no Brasil	852.124	999.440
Outros negócios (i)	38.830	108.640
Resultado antes do resultado financeiro e tributos consolidado	890.954	1.108.080

	Período de nove meses findos em	
	30/09/2015	30/09/2014
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		
Telecomunicações no Brasil	2.156.326	3.505.611
Outros negócios (i)	154.009	168.037
Resultado antes do resultado financeiro e tributos consolidado	2.310.335	3.673.648

(i) Em 2014 os negócios de África e Timor foram consolidados após 1 de maio.

O total do ativo, do passivo e dos ativos tangíveis e intangíveis por mercado geográfico em 30 de setembro de 2015, são como segue:

	30/09/2015				
	Total do ativo	Total do passivo	Ativos tangíveis	Ativos intangíveis	Investimento em ativos tangíveis e intangíveis
Brasil	91.021.684	80.433.832	25.416.829	3.330.321	2.612.912
Outros, principalmente África	10.166.830	897.112	510.118	1.042.028	102.221

Notas Explicativas**25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS****Transações com partes relacionadas consolidadas**

	CONTROLADORA	
	30/09/2015	31/12/2014
Ativo		
Títulos de emissão de partes relacionadas (“Senior Notes”)	3.684	4.886
Oi Holanda	3.684	4.886
Contas a receber	1.553.319	701.840
BrT Call Center	36.952	20.057
BrTI		9.032
Oi Internet	20.341	2.469
BrT Multimídia	37.499	28.205
Oi Móvel	1.264.964	468.145
TMAR	193.563	168.606
Telemar Internet		4.119
PT Portugal		1.207
Créditos com partes relacionadas (circulante e não circulante)	3.624.858	3.151.856
TMAR	2.454.689	670.530
BrT Call Center		37.160
Oi Móvel	1.134.671	112
PTIF		2.444.054
PT Participações	35.498	
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	882.818	854.231
TMAR	848.041	848.041
Rio Alto	21.847	
Oi Serviços Financeiros	12.930	6.190
Outros	272.295	218.509
TMAR	36.969	65.148
BrT Call Center	36.650	37.242
BrTI		266
Oi Internet	297	
BrT Multimídia	36.339	30.500
Oi Móvel	151.915	85.353
Oi Holanda	10.068	
Dommo	57	

Notas Explicativas

	CONTROLADORA	
	30/09/2015	31/12/2014
Passivo		
Fornecedores	517.281	502.909
BrT Call Center	132.399	202.840
Oi Internet	64.743	532
BrT Multimídia	102.676	90.014
Oi Móvel	114.338	138.034
TMAR	87.237	53.185
Telemar Internet		203
Paggo Administradora	15.888	14.196
PT Portugal		538
PT Inovação e Sistemas		3.367
Empréstimos e financiamentos e debêntures	13.491.019	5.252.853
TMAR	908.264	875.369
Oi Móvel	1.017	194.088
Oi Holanda	12.390.892	4.012.062
Telemar Internet		171.334
Oi Internet	190.846	
Demais obrigações	130.721	103.474
BrT Call Center	411	411
BrTI		24.915
Oi Internet	25.150	210
BrT Multimídia	79.394	61.347
Oi Móvel	16.945	16.470
TMAR	8.821	121

	Período de três meses findos em	
	CONTROLADORA	
	30/09/2015	30/09/2014
Receitas		
Receita dos serviços prestados	115.934	158.516
BrTI		860
Oi Internet	2.127	(96)
BrT Multimídia	2.477	5.401
Oi Móvel	88.169	120.896
TMAR	23.161	28.352
Telemar Internet		1.068
PT Portugal		2.035
Outras receitas operacionais	11.880	12.895
BrT Call Center	2.122	2.954
BrT Multimídia	330	599
Oi Móvel	9.401	9.342
TMAR	27	
Receitas financeiras	122.694	34.947
BrT Call Center		12
Oi Móvel	15.450	11.760
TMAR	107.225	16.882
PT Portugal		6.293
PT Participações	19	

Notas Explicativas

	Período de nove meses findos em	
	CONTROLADORA	
	30/09/2015	30/09/2014
Receitas		
Receita dos serviços prestados	371.678	388.935
BrTI	208	1.867
Oi Internet	5.459	1.856
BrT Multimídia	8.643	11.904
Oi Móvel	283.767	283.641
TMAR	68.741	81.493
Telemar Internet	260	1.709
TNL PCS		3.855
PT Portugal	4.600	2.610
Outras receitas operacionais	35.795	36.430
BrT Call Center	6.511	6.963
Oi Internet		1
BrT Multimídia	990	1.499
Oi Móvel	28.203	27.967
TMAR	85	
Serede	6	
Receitas financeiras	269.014	90.294
BrT Call Center	5.896	651
Oi Móvel	43.968	29.352
BrTI		91
BrT Multimídia		4
TNL PCS		3.738
TMAR	188.734	50.165
PT Portugal		6.293
PT Participações	19	
PTIF	30.397	

	Período de três meses findos em	
	CONTROLADORA	
	30/09/2015	30/09/2014
Custos e despesas operacionais	(247.979)	(418.867)
BrT Multimídia	(1.222)	(13.888)
Oi Móvel	(100.234)	(195.940)
TMAR	(16.516)	(18.579)
Paggo Administradora	4.989	(4.920)
BrT Call Center	(134.673)	(185.575)
Oi Internet	(323)	315
PT Portugal		(224)
PT Inovação e Sistemas		(56)
Despesas financeiras	(126.548)	(56.552)
Oi Móvel	(39)	(53)
Oi Internet	(9.568)	
TMAR	(31.551)	(24.824)
Oi Holanda	(85.390)	(31.675)

Notas Explicativas

	Período de nove meses findos em	
	CONTROLADORA	
	30/09/2015	30/09/2014
Custos e despesas operacionais	(809.118)	(962.523)
BrT Multimídia	(12.671)	(30.219)
Oi Móvel	(338.880)	(450.439)
TMAR	(49.907)	(55.363)
TNL PCS		(8.323)
Paggo Administradora	(1.693)	(8.227)
BrT Call Center	(403.086)	(409.092)
Oi Internet	(968)	(139)
PT Portugal	(1.822)	(665)
PT Inovação e Sistemas	(91)	(56)
Despesas financeiras	(288.913)	(197.169)
Oi Móvel	(14.628)	(34.387)
TMAR	(84.265)	(73.345)
Oi Holanda	(163.473)	(89.437)
Oi Internet	(24.713)	
Telemar Internet	(1.834)	

Linhas de créditos

As linhas de crédito concedidas pela Companhia para suas controladas têm por finalidade fornecer capital de giro para as atividades operacionais, onde o prazo de vencimento pode ser repactuado com base nos fluxos de caixa projetados dessas empresas, à taxa correspondente a 115% do CDI (31/12/2014 – 115% do CDI).

Aluguel de infraestrutura de transmissão

As transações realizadas com a TMAR e Oi Móvel, referem-se a prestação de serviços e cessão de meios abrangendo, principalmente, interconexão e EILD.

As transações realizadas com a Telemar Internet, controlada da TMAR, referem-se a prestação de serviços de aluguel de portas Dial.

Garantias

A Companhia é avalista das controladas TMAR e Oi Móvel em financiamentos obtidos junto ao BNDES, debêntures públicas e demais empréstimos. A Companhia registrou no período findo em 30 de setembro de 2015, a título de comissão pelo aval, receitas no montante de R\$ 62.654 (30/09/2014 - R\$ 53.365). Adicionalmente, na operação do CRI, foram concedidos avais pela TMAR à Companhia ao custo de 0,5% a.a. calculados sobre o saldo devedor. No período findo em 30 de setembro de 2015, as despesas relativas a esses avais totalizaram R\$ 241 (30/09/2014 – R\$ 284).

Notas Explicativas**Transações com partes relacionadas não consolidadas**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Contas a receber e outros ativos			1.887.606	1.586.372
Unitel			1.881.011	1.375.162
Multitel				24.282
PT-ACS				15.114
Fundação PT				7.387
Sportinvest Multimédia				105.492
Siresp				40
Fibroglobal				48.134
Yunit				7.454
TODO			1	
Contax			6.594	3.307

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Contas a pagar e outros passivos	5.300	1.807	46.752	61.603
Unitel				1.484
Multitel				1.217
PT-ACS				599
Fundação PT				2
Sportinvest Multimédia				291
Siresp				6
Fibroglobal				9.564
Yunit				669
Contax	170	9	33.370	41.832
TODO	4.854	1.578	7.935	5.587
Ability				7
Veotex	276	220	5.447	345

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
Receita				
Receita dos serviços prestados		337	12.631	38.972
Unitel				12.133
Contax		337	12.331	8.572
TODO			300	351
Multitel				1.049
PT-ACS				552
Sportinvest Multimédia				100
Siresp				11.491
Fibroglobal				944
Fundação PT				3.780

Notas Explicativas

	Período de nove meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
Receita				
Receita dos serviços prestados		2.733	29.076	130.346
PT Portugal		2.011		59.936
Unitel				19.530
Contax		722	28.500	21.556
TODO			576	785
Multitel				1.844
PT-ACS				552
Sportinvest Multimédia				173
Siresp				20.552
Fibroglobal				1.638
Fundação PT				3.780

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
Custos/Despesas				
Custos e despesas operacionais	(3.465)	(4.614)	(8.800)	(32.648)
Unitel				(8.204)
Multitel				(339)
Sportinvest Multimédia				(669)
Fibroglobal				(10.974)
Veotex	(391)	(521)	(2.130)	(2.546)
TODO	(3.074)	(4.093)	(6.670)	(7.533)
PT-ACS				(2.383)

	Período de nove meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
Custos/Despesas				
Custos e despesas operacionais	(13.397)	(14.577)	(28.212)	(81.718)
PT Portugal		(664)		(25.066)
Unitel				(8.204)
Multitel				(339)
Sportinvest Multimédia				(669)
Fibroglobal				(10.974)
PT Inovação e Sistemas		(58)		(1.442)
PT Comunicações				(782)
Veotex	(1.230)	(1.426)	(7.083)	(7.597)
TODO	(12.167)	(12.429)	(21.129)	(22.758)
PT-ACS				(3.887)

Serviços prestados pela Contax

A Companhia e as controladas TMAR e Oi Móvel contratam serviços de “call center” e de cobrança da Contax que é controlada por acionistas que faziam parte do bloco de controle da Companhia. A Contax presta serviços de atendimento ao cliente de telefonia fixa, telemarketing ativo para a captação de novos clientes móveis, suporte aos clientes pré e pós-pagos de telefonia móvel, suporte técnico aos assinantes Velox (ADSL) e serviços de cobrança. No período findo em 30 de setembro de 2015 o total das despesas dos serviços prestados pela Contax foi de R\$ 18.937

Notas Explicativas

(30/09/2014 – R\$ 51.694) na controladora e de R\$ 1.004.001 (30/09/2014 – R\$ 1.185.485) no consolidado.

Contratos de financiamentos com o BNDES

Foram firmados contratos de financiamentos com o BNDES, acionista controlador do BNDESPAR, que atualmente detém 4,63% do capital da Companhia, após a incorporação da TmarPart e conversão de ações ocorridas neste trimestre.

O saldo devido relativo aos financiamentos do BNDES, na data de encerramento do período findo em 30 de setembro de 2015 era de R\$ 963 milhões (31/12/2014 – R\$ 1.007 milhões), na controladora e R\$ 3.772 milhões (31/12/2014 – R\$ 5.872 milhões) no consolidado e foram registradas despesas financeiras de R\$ 60 milhões (30/09/2014 – R\$ 52 milhões) na controladora e R\$ 371 milhões (30/09/2014 – R\$ 356 milhões) no consolidado.

Remuneração do pessoal chave da Administração

A remuneração dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, foi de R\$ 17.312 (30/09/2014 – R\$ 10.537) na controladora e R\$ 17.468 (30/09/2014 – R\$ 10.654) no consolidado.

A Companhia no primeiro semestre de 2015 implementou um programa de Incentivos de Longo Prazo para alguns dos seus diretores com duração de três anos. O benefício atribuído aos participantes será pago em caixa e concedido anualmente mediante o atendimento de metas financeiras e operacionais anuais e o seu montante é determinado em função da cotação da ação da Oi. Em 30 de setembro de 2015 se encontra registrada uma provisão de R\$ 9,7 milhões para este plano.

26. ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA E OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Alienação das Ações da PT Portugal para a Altice

Em 9 de dezembro de 2014, a Companhia e a Altice celebraram o contrato de compra e venda da integralidade das ações da PT Portugal à Altice, envolvendo substancialmente as operações conduzidas pela PT Portugal em Portugal e na Hungria.

Em 22 de janeiro de 2015, os acionistas da Pharol aprovaram que a Oi alienasse a integralidade das ações da PT Portugal à Altice, nos termos e condições do contrato de compra e venda de ações. Dessa forma, a condição suspensiva prevista no referido contrato para a sua eficácia foi implementada.

No dia 2 de junho de 2015, foi efetivada a alienação pela Oi à Altice da integralidade da participação societária detida pela Oi na PT Portugal. Pela aquisição da PT Portugal, a Altice desembolsou o valor total de 5.789 milhões de Euros, dos quais 4.920 milhões de Euros foram recebidos, em caixa, pela Oi e 869 milhões de Euros foram destinados a imediatamente quitar dívidas da PT Portugal em Euros. Existe ainda a previsão de um pagamento diferido (“*earn-out*”) de 500 milhões de Euros relacionado à geração futura de receita da PT Portugal bem como a Oi deu ao comprador um conjunto de garantias e representações usuais neste tipo de contratos.

Notas Explicativas

Classificação das operações de venda do investimento como operações descontinuadas

Em 5 de maio de 2014, a Companhia adquiriu a PT Portugal, e desde então, consolidava integralmente seus resultados, ativos e passivos. Em dezembro de 2014, com a aprovação da alienação dos investimentos na PT Portugal para Altice, a Companhia classificou as operações em Portugal como ativos mantidos para a venda e passivos associados a ativos mantidos para venda e operações descontinuadas.

Com a venda das ações da PT Portugal para a Altice os resultados com a venda do investimento são apresentadas como operações descontinuadas em única linha na demonstração do resultado, como segue:

	30/09/2015
Resultado na venda da PT Portugal e despesas relacionadas com a venda do investimento (i)	(607.696)
Resultado abrangente transferido para a demonstração do resultado (ii)	1.709.347
Resultado das operações descontinuadas (iii)	(15.741)
Resultado líquido das operações descontinuadas	1.085.910

- (i) O resultado na venda da PT Portugal inclui: (1) o custo do investimento baixado que considera o valor do ágio (“goodwill”), decorrente da combinação de negócios entre a Companhia e a PT deduzido de provisão para perda de R\$ 4,2 bilhões, reconhecida em dezembro de 2014 e despesas de venda totalizando R\$ 1,3 bilhões; e (2) a receita de R\$ 0,7 bilhão proveniente do recebimento em caixa diretamente pela Companhia. O preço final está sujeito a eventuais ajustes pós fechamento a serem apurados nos próximos meses em função de alterações nas posições de caixa, dívida e capital de giro na data de fechamento.
- (ii) Refere-se a parcela acumulada de variações cambiais reconhecidas em outros resultados abrangentes, transferidas do patrimônio líquido para o resultado do exercício pela venda do investimento.
- (iii) Refere-se ao resultado da PT Portugal reconhecido como equivalência patrimonial de 1 janeiro de 2015 a 31 de maio de 2015.

Aprovação de medidas preparatórias à venda da Africatel

Em reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 16 de setembro de 2014, a administração da Oi foi autorizada a tomar as medidas necessárias para a alienação da participação da Companhia na Africatel, representativa de 75% do capital social da Africatel, e/ou seus ativos. A Oi irá liderar o processo de venda, não obstante acredite ser no melhor interesse de ambos os acionistas da Africatel para a maximização do valor dos seus investimentos que tal venda seja realizada de uma forma coordenada com a Samba Luxco, uma coligada da Helios Investors L.P., que detém os 25% restantes do capital social da Africatel. A Oi está empenhada em trabalhar com seus parceiros locais e cada uma das companhias operacionais em que a Africatel investiu de modo a garantir uma transição coordenada de sua participação nessas companhias.

Não obstante o disposto acima, a nossa subsidiária indireta Africatel GmbH & Co. KG, detentora direta do investimento da Oi no capital da Africatel, recebeu, no dia 16 de setembro de 2014, uma correspondência da Samba Luxco, por meio da qual esta exerceu um suposto direito de venda das ações por ela detidas na Africatel (“Put”), segundo o acordo de acionistas dessa empresa. Segundo a correspondência, a Put decorreria da transferência indireta das ações da Africatel, antes detidas

Notas Explicativas

indiretamente pela Pharol, para a Companhia em integralização do aumento de capital concluído em maio de 2014.

Conforme divulgado na Nota 3 “Riscos relacionados à participação detida na Unitel”, a Companhia julga que não houve qualquer ato ou fato que, nos termos do Acordo de Acionistas da Africatel, dê lugar ao exercício da Put. Nesse sentido, sem prejuízo do valor que a Companhia deposita na manutenção de uma relação de respeito mútuo com a Samba Luxco, a Africatel GmbH pretende disputar tal exercício da Put pela Samba Luxco nas atuais circunstâncias, nos termos do Acordo de Acionistas da Africatel. Assim, em novembro de 2014, a Samba Luxco iniciou procedimento de arbitragem em face da Africatel GmbH e da Pharol para a resolução de tal matéria.

A Oi pretende focar seus esforços na venda da Africatel e/ou de seus ativos e acredita que, caso este objetivo seja alcançado de maneira bem sucedida, a arbitragem já iniciada perderá seu objeto.

O grupo de ativos e de passivos das operações em África estão demonstrados ao menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos as despesas de vendas.

As operações na África são consolidadas na demonstração do resultado desde 5 de maio de 2014.

Os principais componentes de ativos mantidos para venda e passivos associados a ativos mantidos para venda das operações na África, estão demonstrados abaixo:

	Operações na África
	30/09/2015
Ativos mantidos para venda	10.166.830
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	246.371
Contas a receber	205.624
Dividendos a receber (i)	1.881.011
Ativo financeiro disponível para venda (ii)	5.888.112
Outros ativos	237.564
Investimentos	156.002
Imobilizado	510.118
Intangível	369.965
Ágio (“goodwill”)	672.063
Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	897.112
Empréstimos e financiamentos	16.069
Fornecedores	126.979
Provisões para planos de pensão	1.054
Outros passivos	753.010
Participação de não controladores	1.818.832
Total dos ativos mantidos para venda e passivos associados a ativos mantidos para venda - Consolidado	7.450.886
Eliminações intragrupo	(142.419)
Total de ativos mantidos para venda – Controladora	7.308.467
Investimentos na África	7.308.467

Notas Explicativas

	Operações da PT Portugal	Operações em África	Total
	2014		
Ativos mantidos para venda	26.283.854	7.642.738	33.926.592
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	590.111	170.056	760.167
Contas a receber	2.270.140	195.690	2.465.830
Dividendos a receber (i)	1.948	1.261.826	1.263.774
Ativo financeiro disponível para venda (ii)		4.284.416	4.284.416
Outros ativos	1.085.751	164.121	1.249.872
Investimentos	134.272	63.267	197.539
Imobilizado	10.560.140	506.347	11.066.487
Intangível	5.271.808	376.441	5.648.249
Ágio (“goodwill”)	6.369.684	620.574	6.990.258
Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	26.326.948	851.273	27.178.221
Empréstimos e financiamentos	18.892.793	83.843	18.976.636
Fornecedores	2.260.503	97.600	2.358.103
Provisões para planos de pensão	3.347.667	997	3.348.664
Outros passivos	1.825.985	668.833	2.494.818
Participação de não controladores		1.509.197	1.509.197
Total dos ativos mantidos para venda e passivos associados a ativos mantidos para venda - Consolidado	(43.094)	5.282.268	5.239.174
Eliminações intragrupo			26.202
Total de ativos mantidos para venda – Controladora			5.265.376
Investimentos na PT Portugal			2.821.322
Créditos com partes relacionadas			2.444.054

- (i) Refere-se a dividendos a receber da Unitel;
- (ii) Refere-se ao valor justo do investimento na Unitel (Nota 3).

27. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Títulos da Rio Forte

Em 30 de junho de 2014, a Companhia tomou conhecimento, através de comunicado divulgado pela Pharol, da aplicação de recursos da Portugal Telecom International Finance BV (“PTIF”) e da PT Portugal, sociedades contribuídas pela Pharol à Oi no aumento de capital de abril de 2014, em papel comercial da Rio Forte Investments S.A. (respectivamente, “Títulos” e “Rio Forte”), sociedade integrante do grupo português Espírito Santo (“GES”), na época em que a PTIF e a PT Portugal eram controladas pela Pharol.

De acordo com o referido comunicado, os Títulos haviam sido emitidos no valor total de 897 milhões de Euros, com uma remuneração média anual de 3,6% e vencimento em 15 e 17 de julho de 2014 (847 e 50 milhões de Euros, respectivamente), sendo que, desde 28 de abril de 2014, não haviam sido realizadas quaisquer aplicações e/ou renovações desse tipo de investimentos.

Notas Explicativas

Tanto a PT Portugal como a PTIF (em conjunto, “Subsidiárias da Oi”) se tornaram controladas da Companhia em razão da conferência da totalidade das ações de emissão da PT Portugal à Companhia, por parte da Pharol, em virtude da integralização, em 5 de maio de 2014, do aumento de capital da Companhia aprovado em 28 e 30 de abril de 2014.

Em julho de 2014, ocorreu o vencimento dos Títulos e, posteriormente, o encerramento do período de cura para pagamento dos Títulos, sem que a Rio Forte tenha pagado o valor devido. Em 17 de outubro de 2014, a Rio Forte teve seu pedido de gestão controlada rejeitado pelo Tribunal do Comércio de Luxemburgo, tendo sua falência sido declarada em 8 de dezembro de 2014.

Acordos celebrados entre a Companhia, TmarPart e a Pharol relativamente às aplicações financeiras realizadas em papéis de emissão da Rio Forte

Em 8 de setembro de 2014, após a obtenção das devidas aprovações societárias, a Companhia, as Subsidiárias da Oi, a TmarPart e a Pharol celebraram os contratos definitivos relacionados aos investimentos feitos nos Títulos. Os contratos previam (i) a realização de uma permuta (“Permuta”) na qual as Subsidiárias da Oi transfeririam os Títulos à Pharol em troca de ações preferenciais e ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade da Pharol, bem como (ii) a outorga pelas Subsidiárias da Oi de uma opção de compra de ações de emissão da Companhia em favor da Pharol (“Opção”).

Em 26 de março de 2015, a fim de cumprir as condições apresentadas pelo Colegiado da CVM para a concessão das dispensas necessárias à implementação das operações de Permuta e Opção, conforme decisão proferida em 4 de março de 2015, foi realizada Assembleia Geral da Companhia, na qual restaram aprovados os termos e condições dos contratos de Permuta e de Opção.

No dia 31 de março de 2015, a Companhia anunciou, através de Fato Relevante, a consumação da Permuta, pela qual a Pharol entregou à PTIF ações livres de emissão da Oi correspondentes a 47.434.872 OIBR3 e 94.869.744 OIBR4 (“Ações Permutadas”); e a Oi, em contrapartida, por meio da PTIF, entregou os Títulos à Pharol, no valor total principal de € 897 milhões, sem torna.

Com a implementação da Permuta, a Pharol passou a ser a titular dos Títulos e a única responsável pela negociação com a Rio Forte e pelas decisões relacionadas aos Títulos, cabendo à Companhia somente prestar o suporte documental à Pharol para a tomada das medidas necessárias à cobrança dos créditos representados pelos Títulos.

Como resultado da consumação da Permuta, a participação direta da Pharol na Oi passou de 104.580.393 ações ordinárias e 172.025.273 ações preferenciais, representativas de 37,66% do capital votante (ex-tesouraria) e 32,82% do capital social total da Oi (ex-tesouraria) para 57.145.521 ações ordinárias e 77.155.529 ações preferenciais, representativas de 24,81% do capital votante (ex-tesouraria) e 19,17% do capital social total da Oi (ex-tesouraria). As ações da Oi recebidas pela PTIF como resultado da Permuta permanecerão mantidas em tesouraria.

Principais termos do Contrato de Opção de Compra de Ações e Outras Avenças (“Contrato de Opção”)

Nos termos do Contrato de Opção celebrado em 8 de setembro de 2014 entre a Pharol, a PTIF, a PT Portugal, a Oi e a TmarPart e aditado em 31 de março de 2015, a opção de compra para aquisição de ações da Oi outorgada à Pharol se tornou exercível com a consumação da Permuta, a partir de 31 de março de 2015, a qualquer tempo, pelo prazo de seis anos.

Notas Explicativas

Nos termos do Contrato de Opção, a Opção envolverá 47.434.872 ações ordinárias e 94.869.744 ações preferenciais de emissão da Oi (“Ações Objeto da Opção”) e poderá ser exercida, total ou parcialmente, a qualquer tempo, de acordo com os seguintes termos e condições:

(i) Prazo: 6 (seis) anos, observado que o direito da Pharol de exercer a Opção sobre as Ações Objeto da Opção será reduzido pelos percentuais indicados abaixo:

<u>Data de Redução</u>	<u>% das Ações Objeto da Opção que anualmente deixam de estar sujeitas à Opção</u>
A partir do dia 31.03.2016	10%
A partir do dia 31.03.2017	18%
A partir do dia 31.03.2018	18%
A partir do dia 31.03.2019	18%
A partir do dia 31.03.2020	18%
A partir do dia 31.03.2021	18%

(ii) Preço de Exercício: R\$ 1,8529 por ação preferencial e R\$ 2,0104 por ação ordinária de emissão da Companhia, corrigidos pela variação da taxa do CDI acrescida de 1,5% ao ano, calculada “*pro rata temporis*”, desde a realização da Permuta até a data do efetivo pagamento do preço de exercício, seja parcial ou total, da Opção. O preço de exercício da Opção deverá ser pago à vista, em dinheiro, na data da transferência das Ações Objeto da Opção.

A Oi não está obrigada a manter as Ações Permutadas em tesouraria. Caso a PTIF e/ou qualquer das subsidiárias da Oi não possuam, em tesouraria, Ações Objeto da Opção livres em número suficiente para entregar à Pharol, a Opção poderá ser liquidada financeiramente, mediante o pagamento pelas Subsidiárias da Oi do valor correspondente à diferença entre o preço de mercado então das Ações Objeto da Opção e o respectivo preço de exercício correspondente a estas ações.

Enquanto vigorar a Opção, a Pharol não poderá comprar ações de emissão da Oi, direta ou indiretamente, por qualquer forma que não através do exercício da Opção. A Pharol não poderá ceder ou transferir a Opção, nem tampouco outorgar quaisquer direitos decorrentes da Opção, inclusive garantias, sem o consentimento da Oi. Caso a Pharol emita, direta ou indiretamente, derivativos que estejam lastreados ou referenciados em ações de emissão da Oi, deverá imediatamente utilizar a totalidade dos recursos financeiros auferidos, direta ou indiretamente, em tais operações na aquisição de Ações Objeto da Opção.

A Oi poderá declarar extinta a Opção caso (i) seja alterado voluntariamente o Estatuto Social da Pharol para suprimir ou alterar a previsão que limita o direito a voto a 10% da totalidade dos votos correspondentes ao capital social da Pharol; (ii) a Pharol passe a exercer, direta ou indiretamente, atividades concorrentes com as atividades mantidas pela Oi ou suas controladas nos países em que estas atuem; (iii) a Pharol viole determinadas obrigações contraídas pelo Contrato de Opção.

Em 31 de março de 2015, o Contrato de Opção foi aditado para prever (i) a possibilidade de a Pharol ceder ou transferir a Opção, independentemente de consentimento prévio da Oi, desde que tal cessão ou transferência abranja no mínimo ¼ das Ações Objeto da Opção, podendo a Pharol utilizar livremente os recursos decorrentes de tais operações, (ii) a possibilidade de a Pharol, mediante o prévio e expreso consentimento da Oi, criar ou outorgar quaisquer direitos decorrentes da Opção ou, ainda, outorgar garantias sobre a Opção, e (iii) a concessão de direito de preferência à Oi para a aquisição da Opção, caso a Pharol deseje vender, ceder, transferir, conferir ao capital de outra sociedade, transmitir ou, de qualquer forma, alienar ou dispor da Opção.

Notas Explicativas

O referido aditamento foi firmado sob condição suspensiva e só terá eficácia e passará a produzir efeitos após ter sido obtida autorização da CVM para a efetivação da alteração do Contrato de Opção, caso necessário, bem como após a assembleia geral de acionistas da Oi, com a concessão do direito de voto aos acionistas preferenciais no referido conclave, ter aprovado os termos do presente Aditivo.

No dia 30 de setembro de 2015, a Opção apresentava um valor justo estimado de R\$ 9 milhões calculados pela Companhia com base no modelo de “*Black-Scholes*” e pressupostos teóricos de volatilidade da ação, pela técnica de avaliação de Abordagem de Receita prevista no item B10 e B11 do CPC 46/IFRS 13 - Mensuração a Valor Justo.

b) Assinatura de contrato com o Banco BTG Pactual S.A. com relação a uma proposta para aquisição de participação na TIM Participações S.A.

No dia 26 de agosto de 2014, a Oi assinou contrato com o Banco BTG Pactual S.A. (“BTG Pactual”) para atuar como comissário a fim de desenvolver alternativas viáveis de estruturas que viabilizem a participação na consolidação do setor de telecomunicações no mercado brasileiro.

Como já informado ao mercado, o BTG Pactual manteve conversas com terceiros com relação a uma possível operação, sendo o contato com outros participantes de mercado que possam ter interesse na operação um dos papéis do BTG Pactual na qualidade de comissário da Companhia para a operação (vide Nota 28).

c) Finalização de leilão para a alienação de ações

Em 30 de junho de 2015, foi realizado o último leilão para a alienação das ações formadas pelo agrupamento de frações de ações resultantes do grupamento de ações aprovado pelos acionistas na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de novembro de 2014.

Como resultado dos três leilões realizados, foram alienadas 1.069.131 ações ordinárias e 1.162.652 ações preferenciais de emissão da Companhia (“Ações”), que representam a totalidade das ações formadas pelo agrupamento das frações.

Os valores líquidos apurados com a alienação das Ações de R\$ 13.632 foram creditados, no dia 10 de julho de 2015, em nome dos titulares das frações, proporcionalmente às frações por eles detidas.

d) Norma de listagem da Bolsa de Valores de Nova Iorque - NYSE

Em setembro de 2015, a Companhia foi notificada pela NYSE de que não estava em conformidade com a norma de listagem contínua que exige que o preço médio de fechamento de valores mobiliários listados de uma empresa não seja inferior a US\$ 1,00 por ação para qualquer período consecutivo de 30 dias de negociação.

A Companhia tem a intenção de alterar os termos de seus ADSs ordinários e preferenciais, para aumentar o número de ações ordinárias e ações preferenciais da Companhia representadas pelos ADSs, a fim de voltar a cumprir o requisito de preço mínimo de ação estabelecido pela NYSE. A Companhia ainda não determinou as proporções aplicáveis de ações por ADS, mas pretende escolhê-las com a expectativa de permanecer em cumprimento com o requisito da NYSE de preço mínimo por ação no futuro próximo, após tais alterações. As alterações nos termos dos ADSs devem ser aprovadas pelo Conselho de Administração da Oi e pela Comissão de Valores

Notas Explicativas

Mobiliários. A Companhia pretende implementar esta alteração de proporção antes de 14 de março de 2016.

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Consolidação do setor de telecomunicações no mercado brasileiro

Em 23 de outubro de 2015, a Companhia recebeu uma carta da LetterOne Technology (UK) LLP, sociedade integrante do grupo de investimentos LetterOne (“L1 Technology”), contendo proposta de exclusividade para potencial transação com o fim específico de possibilitar uma consolidação do setor de telecomunicações no mercado brasileiro envolvendo uma potencial combinação de negócios com a TIM Participações S.A. (“TIM Participações”). De acordo com a proposta, a L1 Technology estaria disposta a realizar um aporte de até US\$ 4,0 bilhões na Companhia, condicionada à operação de consolidação.

Após a avaliação da proposta, a Companhia enviou contraproposta à L1 Technology em 28 de outubro de 2015, pela qual a Oi e a L1 Technology conceder-se-iam mutuamente um direito de exclusividade, por um período de sete meses contados de 23 de outubro de 2015, com relação a, especialmente, combinações de negócios envolvendo companhias de telecomunicações ou ativos de telecomunicações no Brasil. Considerando a aceitação da L1 Technology aos termos da contraproposta, a Oi e a L1 Technology passaram a estar vinculadas pela exclusividade pelo prazo de sete meses contados de 23 de outubro de 2015.

Se concretizada a operação em construção, espera-se uma redução de alavancagem da Oi, tornando-a um “*player*” mais robusto, e a geração de importantes sinergias e ganho de escala, promovendo geração de valor para todos os acionistas. Uma potencial união da Oi com a TIM Participações deve resultar na constituição de um operador mais completo e bem posicionado, capaz de competir com “*players*” globais já instalados no país. O consumidor deverá ser beneficiado com o consequente fortalecimento da Companhia.

b) Incorporação das operações da Telemont no Estado do Rio de Janeiro

Em outubro de 2015, a Serede controlada indireta da Companhia incorporou as operações da Telemont no Estado do Rio de Janeiro. A Telemont manterá a prestação de serviços de planta externa nos demais estados onde possui parceria com a Companhia.

Notas Explicativas

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**Divulgações adicionais a demonstração do fluxo de caixa****Transações não caixa**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/09/2015	30/09/2014	30/09/2015	30/09/2014
Varição entre investimento econômico e financeiro (ativo imobilizado e intangível)	317.554	99.628	280.272	189.652
Compensação de depósitos judiciais contra provisões	220.530	285.807	266.130	329.300

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva

Ao

Conselho de Administração e Acionistas da

Oi S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Oi S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva

Mais valia de ativos

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia incorporou sua acionista Telemar Participações S.A. em 1º de setembro de 2015 ("incorporação"). Os ativos da Telemar Participações S.A. incluíam a mais-valia originada pela aquisição da Brasil Telecom Participações S.A. ("BrT", atualmente Oi S.A.) ("mais-valia"), visto que a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, em seu OFÍCIO/CVM/SEP/GEA-5/N.º 119/2013 ("Ofício CVM"), permitiu o estorno da mais-valia dos livros da Companhia e a sua recomposição em nível consolidado nos livros da Telemar Participações S.A., até a sua completa amortização em 2025. Embora, na ausência de norma contábil específica sobre incorporações de entidades sob controle comum nas Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") e práticas contábeis adotadas no Brasil, existam interpretações indicando que, na incorporação, a manutenção ou estorno da mais-valia é uma escolha de política contábil pela Companhia, o posicionamento atual contido no Ofício CVM é pela sua manutenção nas demonstrações contábeis consolidadas da Telemar Participações S.A. (empresa controladora). No entanto, conforme descrito na Nota Explicativa nº 22, a prática contábil adotada pela Companhia na incorporação, não incluiu a mais-valia no acervo líquido incorporado. Conseqüentemente, em 30 de setembro de 2015, os saldos do ativo e patrimônio líquido da Companhia estão diminuídos em R\$ 9.343 milhões e R\$ 6.167 milhões (líquidos dos efeitos tributários diferidos de R\$ 3.176 milhões), respectivamente, e o prejuízo do período de três e nove meses findo naquela data está diminuído em R\$ 60 milhões (em decorrência da não amortização da mais-valia), líquidos dos efeitos tributários. A administração da Oi S.A. está em processo de elaboração de uma consulta técnica à CVM para análise pelo regulador da política contábil adotada.

Conclusão com ressalva sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para conclusão com ressalva, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Investimento na Unitel S.A.

O valor do investimento na Unitel S.A., de R\$ 5.827 milhões em 30 de setembro de 2015 (R\$ 4.157 milhões em 31 de dezembro de 2014), o qual inclui os dividendos a receber desta entidade no montante de R\$ 1.411 milhões (R\$ 944 milhões em 31 de dezembro de 2014), foi determinado pela Administração com base em avaliação econômica e financeira efetuada de forma a refletir a melhor estimativa do seu valor justo. Chamamos a atenção para as incertezas divulgadas nas Notas Explicativas nº 3 e nº 26 às informações contábeis intermediárias uma vez que o valor de realização do referido investimento depende da concretização dos pressupostos assumidos na mencionada avaliação e quanto as condições de venda da participação na Unitel S.A. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para conclusão com ressalva, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 2015.

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-RJ

José Luiz de Souza Gurgel

Contador CRC RJ-087339/O-4